www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.245 • 34 WPÁGINAS • R$ 5,00

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Justiça reduz velocidade do Eixão e exige semáforos

Decisão do juiz Carlos Maroja, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Agrário do Tribunal de Justiça do DF, determinou que, em 60 dias, a velocidade do Eixo Rodoviário, Norte e Sul, seja reduzida de 80km/h para 60km/h. O magistrado atende a ações do Ministério Público e, na sentença, exige a instalação de semáforos ao longo da pista com dispositivos de acionamento pelos pedestres. Insegurança na travessia pelas passagens subterrâneas e risco de atropelamentos foram alunos dos argumentos para os pedidos das mudanças. O GDF vai recorrer.

PÁGINA 13

Cedido ao Correio



Um dos baleados por PM na van sai do hospital

Vítima que teve três perfurações a bala recebeu alta. Ela é uma das três pessoas feridas pelo policial militar Bruno dos Passos, que no ataque, em um posto da 302 Sul, matou uma jovem de 27 anos. Outro baleado, o também PM Daniel Aquino, segue internado. Vídeo (foto) mostra os momentos de terror na madrugada de domingo.

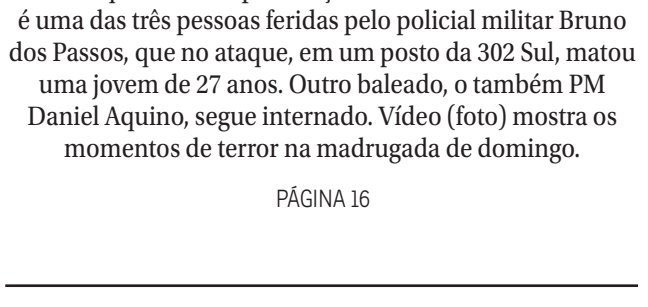
PÁGINA 16

Mais casos de covid deixam Saúde em alerta

A doença registrou alta em 18 unidades da federação e no Distrito Federal entre 2 de outubro e 5 de novembro. Embora os números no ano mostrem queda, o quadro recente mereceu atenção das autoridades. Baixa vacinação preocupa.

PÁGINAS 6 E 16

AFP



Lula pede ação mundial

Em discurso na COP31, na Turquia, presidente brasileiro lamenta falta de urgência na agenda climática e convoca líderes globais para debater sobre o tema.

PÁGINA 12

Espanha tem greve geral contra o custo da moradia

PÁGINA 9

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press



Presidência na pauta / Ao *CB.Poder*, o distrital Ricardo Vale (PT) falou sobre as articulações e a disputa pelo comando da Câmara Legislativa do DF. O parlamentar acredita que o atual presidente, Wellington Luiz (MDB) deverá permanecer no cargo. PÁGINA 15

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Brasil tem urgência para regular IA

Reunidos em Brasília em evento promovido pelo Lide e pelo **Correio**, autoridades, especialistas e empresários debateram inovações trazidas pela inteligência artificial, mas sugeriram a criação de regras para sua aplicação no país. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro aposentado Luís Roberto Barroso defendeu que a legislação precisa sair de um consenso, principalmente entre governo e Congresso.

PÁGINA 8 E CAPITAL S/A, 17

Fotos: Carlos Vieira CB/DA Press







Bazar do Rema: 50 anos de Natal

Nesta edição histórica, na sede do Recanto de Maria, os visitantes poderão escolher entre 1.500 peças natalinas produzidas por voluntários ao longo do ano. Coordenador do evento, Maurício Maia (acima) explica que os produtos seguem as tendências da decoração natalina.

PÁGINA 18



Herança e dinheiro para cuidar de pets: o que diz a lei?

Ao **Correio**, o advogado Yuri Fernandes Lima analisa a destinação de recursos para o cuidado com os animais cujos tutores morreram.

Reforma Tributária

Juristas pedem um ano de testes antes da cobrança do imposto seletivo e do CBS

Projeto do governo mira ajuste fiscal de R$ 60 bi

Enviado ontem ao Congresso e com previsão de votação hoje, um projeto de lei complementar estabelece medidas para tentar alcançar as metas do Orçamento para os próximos anos. Pressionada a equilibrar as contas, a equipe econômica busca manter despesas, como benefícios prometidos e concedidos nas eleições. A proposta limita crescimento dos gastos, reduz subsídios e discute supersalários.

PÁGINA 7

BRB pede ressarcimento na Justiça

Banco entrou com ação de responsabilidade civil na Justiça de Brasília contra sete ex-administradores da instituição por atos praticados no âmbito da Operação Compliance Zero. A ação também envolve seis empresas vinculadas a seis imóveis em São Paulo e no DF.

PÁGINA 14. BRASÍLIA-DF, 5

Ministro da Justiça quer explicação do chefe da PF

PÁGINA 2

Triplex que levou Lula à prisão: OAS é a dona

Imóvel de luxo no Guarujá (SP), cuja propriedade era atribuída ao presidente pela Operação Lava-Jato, foi vendido num leilão em 2018, por R$ 2,2 milhões, e o dinheiro estava numa conta da Caixa. Por decisão da Justiça, a quantia acabou transferida, ontem, para a construtura OAS Empreendimentos.

PÁGINA 4

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846



Diretor da PF entre a pressão e o apoio

Andrei Rodrigues é cobrado pelo ministro da Justiça a dar explicações sobre afastamento de delegados que elaboraram relatórios a respeito do envolvimento de ministros do STF com Vorcaro. Decano da Corte, Gilmar Mendes sai em defesa do chefe da Polícia Federal

» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA
» RENATO SOUZA

Isaac Amorim/Ascom/MJSP



Lula Marques/Agência Brasil



O ministro Wellington César Lima e Silva quer justificativa para o afastamento dos delegados, determinado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues

A crise em que está mergulhada a Polícia Federal, na condução do caso Master, escalou com a cobrança do ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, ao diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, para que esclareça a saída dos delegados Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes de funções de chefia na Coordenação-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro. Em outra frente, o Congresso aprovou requerimento para ouvir Rodrigues a respeito da decisão (**leia reportagem abaixo**). Em contrapartida, o chefe da PF recebeu o apoio público do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé participaram da elaboração de relatórios que reuniram informações sobre conversas do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, com ministros do STF. Os documentos, enviados ao presidente da Corte, Edson Fachin, referiram-se, porém, apenas a Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Kassio Nunes Marques. Entretanto, nas revelações feitas até agora sobre a investigação do Master, há citações, também, a André Mendonça e Luiz Fux.

Rodrigues determinou, então, que os pareceres fossem refeitos, para incluir informações de todos os magistrados da Corte citados em conversas mantidas pelo banqueiro com interlocutores. Além disso, os relatórios deveriam seguir as ordens de Fachin: conter "todas as menções encontradas, sem exceção", garantido, ainda, seu contexto e em "caráter estritamente descritivo".

Daniel Cola e Wedson Cajé foram comunicados sobre o afastamento das funções dois dias depois da apresentação dos relatórios. A Polícia Federal afirma que as alterações fazem parte de uma reestruturação administrativa.

Em nota após os afastamentos, a Associação dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) manifestou repúdio à decisão, defendeu a autonomia das autoridades policiais para investigar e criticou o comando da corporação. "O episódio também evidencia, na avaliação da entidade, uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade de polícia judiciária", enfatizou.

Na semana passada, Rodrigues havia se desfiliado ADPF, depois de 24 anos como membro da associação. Ele estaria ressentindo com a falta de uma defesa incisiva da entidade quando foi afastado do cargo pelo ministro André Mendonça, do STF.

Decano do STF

Enquanto é cobrado pelo Ministério da Justiça e pelo Congresso, Andrei Rodrigues recebeu a solidariedade do ministro Gilmar Mendes. Em publicação nas redes sociais, o decano do STF enfatizou a independência das investigações da PF e defendeu a autonomia do diretor-geral para promover mudanças administrativas.

"Andrei Rodrigues, delegado de carreira que dedicou mais de duas décadas de sua vida ao Brasil, tem conduzido a Polícia Federal com integridade e independência. Sua postura republicana à frente da corporação dá a medida de seu caráter", escreveu no X.

Gilmar também relembrou o apoio manifestado por integrantes da cúpula da PF ao diretor-geral, em setembro, quando sua conduta foi alvo de questionamentos. Na ocasião, 11 dos 13 diretores da instituição vieram a público defender a atuação de Rodrigues, classificada pelo decano como "técnica, isenta e responsável".

Na publicação, o magistrado citou operações conduzidas pela PF nos últimos anos, entre elas a Carbono Oculto, que atingiu estruturas financeiras do crime organizado no setor de combustíveis, e a Unha e Carne, no Rio de Janeiro, voltada a agentes políticos e policiais ligados a facções criminosas e esquemas de lavagem de dinheiro. Segundo o decano, os resultados demonstram a capacidade da corporação de atuar com "destemor, firmeza e rigor técnico".

O ponto central da manifestação, no entanto, foi a defesa da prerrogativa do diretor-geral de realizar alterações na estrutura administrativa da instituição. "A autonomia da Polícia Federal precisa ser preservada, e isso inclui a competência do diretor-geral para promover mudanças administrativas legítimas, inspiradas no melhor interesse público", frisou.

Gilmar reforçou, ainda, a confiança na condução da PF e afastou dúvidas sobre a integridade de Rodrigues. "A trajetória de Andrei não deixa dúvida sobre a lisura de suas decisões de gestão. Registro meu apoio e meu reconhecimento pelos serviços que vem prestando ao país", arrematou.

Senado chama Andrei e ministro

» DANANDRA ROCHA

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou, ontem, requerimentos para ouvir o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues; o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva; e os delegados afastados de funções de chefia durante a investigação do Banco Master. Os pedidos buscam esclarecer as circunstâncias das mudanças na equipe responsável pelo caso e possíveis interferências políticas no trabalho técnico da corporação.

Autor dos requerimentos, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou ao **Correio** que a aprovação dos pedidos é uma oportunidade para esclarecer se houve interferência política nas investigações. "É ter a possibilidade da transparência para os brasileiros sobre se há ou não interferência política no trabalho técnico da Polícia Federal. Isso é fundamental para quem acredita na justiça", declarou.

Vieira informou que o ministro Wellington Lima e Silva já confirmou presença na próxima quarta-feira, às 14h30, em uma reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com a Comissão de Segurança Pública. Sobre o diretor-geral da PF, o senador explicou que ele está fora do país e ainda não havia sido contactado.

A expectativa é de que os convidados prestem esclarecimentos sobre as alterações na equipe responsável pelo caso Master e a reformulação de relatórios produzidos durante a investigação.

A iniciativa do Senado ocorre após o afastamento de Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes de funções de chefia em áreas da Polícia Federal ligadas ao combate à corrupção, aos crimes financeiros e à lavagem de dinheiro. Os dois delegados participaram da elaboração de relatórios que reuniram referências a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encontradas em materiais apreendidos na investigação envolvendo Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Reorganização

A direção da PF determinou a reformulação dos documentos para que apresentassem as mensagens identificadas e seus respectivos contextos, sem análises ou conclusões sobre a conduta dos ministros.

Saulo Cruz/Agência Senado



Os requerimentos aprovados pela Comissão de Segurança Pública do Senado são de autoria de Alessandro Vieira

> **É ter a possibilidade da transparência para os brasileiros sobre se há ou não interferência política no trabalho técnico da Polícia Federal. Isso é fundamental para quem acredita na justiça"**
>
> ***Alessandro Vieira (MDB-SE),*** *senador, autor dos requerimentos*

A corporação justificou o afastamento dos agentes como parte de uma reorganização administrativa e informou que as equipes responsáveis pelos inquéritos permanecem inalteradas. A decisão, no entanto, provocou questionamentos de integrantes da carreira e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), que manifestaram preocupação com a autonomia dos investigadores.

Na terça-feira, Andrei Rodrigues pediu desfiliação da ADPF, encerrando um vínculo de 24 anos com a entidade. O pedido foi formalizado em 6 de novembro, em meio às divergências sobre a atuação da associação e a representação da categoria.

Um dos pontos de atrito foi a reação da entidade ao afastamento do diretor-geral, determinado em setembro pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, a associação questionou a decisão individual e defendeu que o afastamento fosse submetido ao plenário da Corte. A entidade também passou a defender maior autonomia administrativa, financeira e funcional para a PF, além de mandato fixo para o diretor-geral.

Saiba mais

Flávio segue à frente de comissão

A sessão da Comissão de Segurança Pública do Senado foi conduzida pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), que substituiu Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à frente dos trabalhos. O candidato derrotado à Presidência fugiu para os Estados Unidos após as eleições.

Apesar de estar fora do país, Flávio permanece na Presidência da comissão. Em conversa com jornalistas, Mourão confirmou que o parlamentar continua acompanhando as atividades do colegiado e poderá participar das próximas reuniões. "Ele é o presidente da comissão", reiterou. Mourão acrescentou que Flávio poderá fazer perguntas aos convidados caso participe de uma sessão presencial, como está previsto para a próxima quarta-feira.

Ele também descartou a possibilidade de uma transferência automática do comando em razão da ausência do titular. Segundo disse, qualquer senador pode assumir temporariamente a condução de uma reunião, desde que haja entendimento entre os parlamentares, mas uma mudança definitiva na Presidência exigiria nova eleição.

FRAUDE FISCAL

Ação mira empresário e parentes

Foragido no exterior, Ricardo Magro, controlador do Grupo Refit, é alvo de mandado de prisão, assim como familiares dele

» CAETANO YAMAMOTO*

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deflagrou, ontem, a Operação Caronte, que mira Ricardo Magro, controlador do Grupo Refit, da Refinaria de Manguinhos. O empresário, parentes dele e executivos da empresa são investigados por suposta participação em uma organização criminosa voltada à prática de fraudes fiscais e lavagem de dinheiro.

A operação de ontem — liderada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal do MP do Rio (Gaesf) — teve o objetivo de cumprir 10 mandados de prisão e 19 de busca e apreensão.

As diligências apontam Ricardo Magro como líder da organização criminosa. Também foram os alvos os pais dele, João Manuel Magro e Gabriela da Conceição Magro; o avô, Manuel Joaquim Andrade; e o tio, Ernesto dos Santos Andrade. Outros supostos implicados são Cristiano Beraldo, suplente de deputado federal ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), que não foi localizado nos endereços em São Paulo, e **André Marques**, piloto da Fórmula Truck, preso durante a ação.

Magro, alvo de mandado de prisão, estaria nos Estados Unidos. Os pais do controlador da Refit estão, conforme as informações, em Portugal. Em razão da idade, a Justiça determinou a prisão domiciliar para o pai e o avô de Magro. A medida contra o avô foi cumprida em São Paulo.

O procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, informou que estão sendo adotadas providências para a difusão internacional da ordem de prisão de Magro, por meio da Interpol.

De acordo com Moreira, as investigações apuraram prejuízos aos cofres públicos estaduais da ordem de R$ 15 bilhões, considerando um período de cinco anos. Além da Refit, as distribuidoras Flagler, Fera, Direcional, World Comércio, Phaenarete, Vaishia e 76 Oil estariam envolvidas no esquema.

A pedido do MPRJ, a Justiça determinou medidas de constrição de bens e valores, incluindo contas bancárias e ativos virtuais, de R$ 5,6 bilhões. O montante restante é objeto de outras investigações em andamento.

Entre os resultados da operação estão a apreensão de 10 veículos de luxo, avaliados em R$ 8 milhões, e duas aeronaves, estimadas em R$ 25 milhões, além de relógios, documentos e equipamentos eletrônicos. "Estamos diante de um esquema antigo, um crime de colarinho-branco, que gerava um enorme prejuízo ao Estado do Rio de Janeiro", enfatizou Moreira em coletiva de imprensa.

De acordo com o procurador, "desde a paralisação das atividades da Refit, aqueles que passaram a operar nesse setor geraram uma arrecadação tributária 50% superior à do trimestre anterior, em apenas três meses". "Isso demonstra a dimensão do prejuízo que essas práticas vinham causando aos cofres públicos. Sem esse diálogo entre as instituições, dificilmente o estado conseguirá dar uma resposta à sociedade", acrescentou.

Postos de combustíveis

Conforme a apuração, André Marques teria adquirido aproximadamente 40 postos de combustíveis em apenas dois meses. A movimentação foi identificada a partir da análise das operações financeiras de distribuidoras pelas quais ele era responsável.

Divulgação



Ricardo Magro é apontado pelo MPRJ como líder da organização criminosa que praticava fraudes fiscais

Três núcleos

Coordenador do Gaesf, Décio Alonso explicou que as investigações identificaram três núcleos de atuação da organização criminosa: familiar, operacional e financeiro. Segundo ele, a estrutura permitia controlar diferentes etapas da cadeia de produção e comercialização de combustíveis, desde a importação de derivados de petróleo até a distribuição aos postos, com a utilização de operações simuladas para evitar o recolhimento de tributos.

Segundo as apurações, todas as empresas envolvidas na cadeia produtiva do setor eram comandadas pela Refit. Isso permitia a prática sucessiva de fraudes fiscais, desde a aquisição da matéria-prima até a comercialização do produto ao consumidor final. Entre os mecanismos identificados estão operações fictícias de importação e comercialização de combustíveis, além de compensações tributárias fraudulentas.

As diligências indicam que, à medida que Magro se afastava formalmente dos quadros societários das empresas envolvidas, era substituído por pessoas de sua confiança, incluindo familiares, que permanecem até hoje na estrutura empresarial como sócios formais ou procuradores habilitados. Essa estratégia teria permitido a manutenção do controle sobre as empresas e a continuidade das atividades ilícitas.

De acordo com o coordenador, o grupo obtinha vantagens tanto com o não pagamento do ICMS quanto com a utilização indevida de mecanismos tributários, enquanto parte dos recursos era direcionada a operações de lavagem de dinheiro. Alonso explicou ainda que os valores desviados da arrecadação representam recursos que deixam de ser destinados a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança.

Conexões criminosas

Na coletiva sobre a Operação Caronte, o procurador-geral de Justiça, Antonio José Moreira, afirmou que as investigações identificaram conexões entre operadores de lavagem de dinheiro vinculados ao esquema e estruturas usadas por organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

De acordo com Moreira, um dos operadores financeiros presos no Rio de Janeiro teria atuado na movimentação e na ocultação de recursos provenientes tanto de fraudes tributárias quanto de outras atividades criminosas, por meio da utilização de postos de combustíveis.

O PGJ defendeu o fortalecimento dos mecanismos de atuação conjunta, especialmente a participação do MPRJ no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), estrutura voltada à articulação de órgãos públicos no combate à sonegação fiscal e na recuperação de recursos.

No início de setembro, o MPRJ obteve na Justiça a decretação da falência das empresas do Grupo Refit, cujo passivo fiscal, segundo o Ministério Público, passou de cerca de R$ 5 bilhões para R$ 25,7 bilhões durante quase 10 anos de recuperação judicial.

A ação de ontem integra uma série de medidas adotadas pelo Gaesf, deflagradas ao longo deste ano, para combater a sonegação fiscal e recuperar recursos. (CY*)

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

JUDICIÁRIO

Freio em ações contra a tabela SUS

» RENATO SOUZA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o andamento de processos em todo o país que questionam os valores aplicados pela tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas ações, empresas privadas pedem a aplicação de outros parâmetros para definir o valor dos serviços que prestam ao SUS.

De acordo com os processos que correm na Corte, somente entre 2023 e 2024, ações relacionados ao tema levaram a União a pagar R$ 731 milhões em cumprimento de decisões judiciais.

O valor total dos processos, caso ocorra condenação, pode gerar impacto de R$ 243 bilhões aos cofres do governo federal. A União afirma que apenas no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), 196 cumprimentos de sentença definitivos sobre a matéria alcançam R$ 18,65 bilhões.

Por conta do risco do impacto financeiro sobre os cofres públicos, Gilmar Mendes determinou a suspensão de todos os processos judiciais sobre o assunto. "Ante o exposto, com fundamento no art. 1.035, § 5º, do CPC, determino a suspensão nacional de todos os processos e incidentes, individuais ou coletivos, em que se pretenda a revisão judicial dos valores pagos ou transferidos pela União para a remuneração de serviços prestados ao SUS ou para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde, sob o fundamento de que os referenciais federais seriam insuficientes ou defasados", escreveu o magistrado, no despacho.

A decisão impacta diretamente hospitais filantrópicos e santas casas. "A suspensão incide independentemente do parâmetro invocado para a revisão ou para o cálculo das diferenças, ou de quem figure no polo ativo, seja prestador privado, com ou sem fins lucrativos, ente federativo, associação ou entidade representativa", destacou o decano do STF. A decisão é liminar, ou seja, provisória, e vale até que o plenário da Corte julgue o tema.

A defasagem da tabela do SUS é uma grande reclamação entre entidades privadas do setor de saúde. Os hospitais que possuem convênio com o sistema público reclamam que os valores não são corrigidos, o que gera prejuízos nos serviços prestados para pacientes da rede pública.

Os convênios entre o sistema público de saúde e as redes privadas ocorrem para desafogar o SUS e são adotados quando não há disponibilidade na rede pública de situações demandadas pelos pacientes. Por outro lado, muitos hospitais privados não se sustentariam financeiramente sem a parceria com o SUS.

Rosinei Coutinho/STF



Gilmar destaca risco do impacto financeiro sobre os cofres públicos

Saiba mais

Caso Master

A suspensão determinada pelo ministro Gilmar Mendes abrange a expedição de precatórios originados a partir de decisões desfavoráveis à União sobre a tabela do SUS. Para o magistrado, há indícios de que uma "parcela relevante" desses créditos não se destina aos hospitais, mas a instituições financeiras que adquiriram esses ativos, "muitas vezes com expressivo deságio", afirmou. Na decisão, ele citou o caso do Banco Master, que, segundo a Polícia Federal, buscava adquirir precatórios a partir de sentenças transitadas em julgado contra a União para inflar artificialmente a liquidez do banco.

"Justifica-se a medida, também, pelos graves indícios de irregularidades na fase de execução, em que recursos que deveriam financiar a saúde pública convertem-se em créditos de exigibilidade controvertida, e, subsequentemente, em lastro para operações de captação no mercado financeiro, mecanismo que produz riscos à integridade do sistema bancário no país"

Gilmar Mendes,
ministro do STF

AMBIENTAL
CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



• DESINSETIZAÇÃO;
• DESRATIZAÇÃO;
• DESCUPINIZAÇÃO;
• CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
• LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
• LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.

(61) 3364-4050

PODER

Dinheiro do triplex será devolvido à OAS

Imóvel que serviu de pretexto para colocar Lula na prisão foi leiloado, mas recurso estava bloqueado. Justiça levou em consideração o arquivamento da ação contra o presidente

» CAETANO YAMAMOTO*

Reprodução



Lula visitou o imóvel acompanhado do dono da OAS, Léo Pinheiro (de costas). Empreiteira era a dona da unidade

A Justiça Federal determinou que a OAS Empreendimentos receba todo o dinheiro obtido com a venda do triplex no edifício Solaris, no Guarujá (SP), atribuído ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela Operação Lava-Jato e que serviu de base para a condenação que o manteve preso por 580 dias na sede da Polícia Federal, em Curitiba. O imóvel foi comprado em leilão, em 2018, por R$ 2,2 milhões (cerca de 2,4 milhões com as correções), que ficaram depositados em uma conta judicial na Caixa Econômica Federal.

A decisão confirma que o apartamento estava registrado em nome da OAS e não de Lula. A determinação pela devolução do dinheiro à empreiteira foi assinada pelo juiz federal substituto Marcelo Gentil Monteiro, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, em 5 de novembro.

Segundo o magistrado, com o arquivamento da ação contra o presidente e a anulação das decisões anteriores, deixou de existir a justificativa para que o dinheiro continuasse bloqueado. A Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o pedido da OAS e considerou que a empreiteira comprovou ser a proprietária do imóvel. A Justiça consultou, também, outros tribunais com processos que poderiam atingir o triplex ou o dinheiro da venda e todos informaram não haver impedimentos.

A decisão esclarece que os pagamentos feitos à cooperativa Bancoop, pela falecida ex-primeira-dama Marisa Letícia, referiam-se a outro apartamento do mesmo edifício, mas de 82 m², e não ao triplex. Em 2021, a Justiça de São Paulo mandara devolver os valores pagos por ela, ao reconhecer que a família não recebeu o imóvel.

Um dos pontos considerados pela Justiça é que o triplex estava formalmente registrado em nome da OAS, tanto que a matrícula no Registro de Imóveis do Guarujá apontava a empreiteira como proprietária. A defesa de Lula apresentou documentos que apontavam que a história do tríplex começou em 2005, quando Marisa Letícia se associou à Bancoop e adquiriu uma cota no edifício — à época chamado Mar Cantábrico — correspondente à unidade 141.

R$ 2,2 MILHÕES

foi o valor pelo qual o triplex foi comprado em 2018. Imóvel tem 215 m² distribuídos em três pavimentos

Em 2009, a Bancoop enfrentou problemas financeiros e a OAS assumiu o empreendimento. A empresa rebatizou o prédio de Solaris, mas a ex-primeira-dama desistiu da cota. Ainda de acordo com a defesa de Lula, ele visitou o tríplex uma única vez, em 2014, acompanhado do então dono da OAS, Léo Pinheiro. O negócio, porém, não foi fechado porque o imóvel não atendia às necessidades da família.

Anulação

Mas, na Lava-Jato, o apartamento foi considerado produto de crime e acabou bloqueado pela Justiça. A tese da acusação era de que Lula teria recebido da OAS vantagens indevidas, entre elas a reserva e as reformas do triplex, em troca do favorecimento da empreiteira em contratos com a Petrobras.

Condenado pelo então juiz Sergio Moro, com sentença confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e mantida, com redução da pena, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), Lula foi impedido de disputar a eleição presidencial de 2018 contra Jair Bolsonaro — Fernando Haddad foi o candidato do PT. Posteriormente, o STF declarou que a Justiça Federal do Paraná não tinha competência para julgar o caso e anulou as decisões. A ação foi enviada à Justiça Federal do Distrito Federal e foi arquivada.

O triplex tem 215 m² distribuídos em três andares, com quatro quartos, cinco banheiros, elevador, churrasqueira e piscina. Em 2018, Moro determinou a venda em leilão. Anos depois, foi adquirido pelo empresário Fernando Gontijo. Em 2022, ele promoveu um sorteio do apartamento, avaliado à época em R$ 3 milhões. O vencedor foi o empresário Antônio Tarcísio Mendes da Nóbrega.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

CONGRESSO

PL na Câmara dividido sobre apoiar Motta

» LUÍZA ALTOÉ

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Nikolas: fechar com Motta é contrassenso, pois esteve com Lula na eleição

A bancada do PL adiou a decisão para a posição que adotará sobre a eleição da Presidência da Câmara. Havia a expectativa de que os deputados chegassem a consenso ontem, durante reunião com o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto. Porém, o partido segue rachado entre apoiar a reeleição do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) e lançar candidatura própria.

Com isso, ficou acordado que o PL consultará cada um dos 121 parlamentares eleitos sobre integrar o bloco de 15 partidos que estão fechados com Motta. Quem votar contra, poderá indicar um nome para ser lançado pelo partido à Presidência. Segundo o líder Sóstenes Cavalcante (RJ), os votos serão secretos e apurados pelos diretórios estaduais. Ele espera a definição do assunto em 15 dias.

Ao optar por ficar de fora do bloco, apesar de ter a maior bancada da Câmara a partir de 2027 — serão 121 deputados —, o PL pode se isolar e perder a prioridade na escolha de cargos na Mesa e no comando de comissões importantes. No grupo de apoio a Motta, tende a ser a primeira a escolher os espaços que quer. Só que parte significativa da bancada defende candidatura própria e entende que esse é o desejo do eleitorado que a elegeu, que quer o PL no comando da Casa para fazer andar pautas de interesse do bolsonarismo.

Um deles é o deputado Nikolas Ferreira (MG), que considera a gestão de Motta "fraca" e muito ligada ao Palácio do Planalto. "Apoiar o Hugo Motta pra mim não é uma via correta, até mesmo porque ele tomou uma posição muito veemente apoiando o (presidente) Lula nestas eleições", disse, antes da reunião.

Ele afirmou que deve sugerir ao candidato escolhido pelo PL alterações nos regimentos internos das duas Casas, para desconcentrar o poder de decisão das mãos dos presidentes. "Não dá para os presidentes da Casa terem tanto poder assim", avalia. Ele relembrou que, no Senado, por exemplo, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) engavetou os pedidos de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apesar da pressão dos pares.

O PL ventila nomes para a Presidência, como Sóstenes, Altineu Côrtes (RJ) e Luiz Philippe de Orléans e Bragança (SP). Ontem, a assessoria de Nikolas buscou reforçar que ele tem idade para concorrer ao posto — o postulante precisa cumprir os requisitos constitucionais para ser deputado federal e ser brasileiro nato.

Se na Câmara o cenário é de indefinição, no Senado o PL lançou Rogério Marinho (RN) candidato à Presidência da Casa. Com a maior bancada a partir de 2027, o partido tenta impedir a reeleição de Davi Alcolumbre (União-AP), que engavetou os impeachments de ministros do STF. Ainda pelo campo da direita, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) se apresenta candidata.

Marinho representa o bolsonarismo-raiz e tenta converter o capital da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro em força no Congresso. Tereza, por sua vez, é a alternativa que dialoga com setores da extrema-direita e do centro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Tony Bellotto, *Cabeça Dinossauro* e polícia para quem precisa

Um dos artistas mais importantes de sua geração, como guitarrista e compositor dos Titãs, Tony Bellotto ajudou a dar ao rock brasileiro uma linguagem que traduzia o país que saía da ditadura. Como romancista, fez da investigação criminal uma maneira de percorrer São Paulo e de mostrar o que aproxima as suas elites de seu submundo. Entre a guitarra de *Cabeça Dinossauro* e as histórias do detetive Remo Bellini, há uma pergunta que muda de forma, mas persiste e ganha ainda mais atualidade na crise do Supremo Tribunal Federal (STF): o que acontece quando alguém resolve confrontar a versão de quem tem autoridade para contá-la?

"Pra ajudar!/ Dizem que ela existe/ Pra proteger!/ Eu sei que ela pode/ Te parar!/ Eu sei que ela pode/ Te prender!/ Polícia!/ Para quem precisa/ Polícia!/ Para quem precisa/ De polícia/ Polícia!/ Para quem precisa/ Polícia!/ Para quem precisa", diz a letra punk de Tony Bellotto. *Polícia* é uma das canções mais conhecidas do terceiro álbum dos Titãs. Nasceu de uma experiência do próprio Bellotto.

No fim de 1985, ele e Arnaldo Antunes foram presos em São Paulo num episódio envolvendo drogas. Bellotto extraiu dali uma letra de vocabulário elementar, cuja força está nos verbos ajudar, proteger, parar e prender. O refrão devolve ao ouvinte a pergunta que a letra deixa em aberto: quem pode contar com a proteção da polícia e quem aprende, desde cedo, a temer sua chegada?

Lançado em 1986, *Cabeça Dinossauro* foi o disco em que os Titãs encontraram a sonoridade que aquelas letras pediam. Sob a produção de Liminha, a banda fez conviver a pancada punk de *Polícia*, a ironia doméstica de *Família* e a crítica de *Homem Primata* ao poder do dinheiro. O segredo do grupo foi tratar de instituições, costumes e preconceitos sem transformar a música em discurso. Em *Polícia*, o ataque das guitarras e a insistência do refrão dizem tanto quanto a letra. Quarenta anos depois, o disco voltou aos palcos numa turnê comemorativa.

Em 1995, com *Bellini e a esfinge*, o guitarrista estreou na literatura. Seu detetive particular, Remo Bellini, tem parentesco com Philip Marlowe, de Raymond Chandler. O que aproxima os dois é o modo de atravessar a cidade. Um caso leva o investigador de um endereço a outro, põe em contato pessoas que prefeririam jamais ser vistas juntas e mostra quanto custa sustentar certas aparências. A São Paulo de Bellini também deve algo a Rubem Fonseca, que fez da violência uma via de acesso à vida brasileira. O detetive voltou em outros livros, entre eles *Bellini e o demônio* e *Bellini e os espíritos*. É a São Paulo do banqueiro Daniel Vorcaro e suas perversas conexões com o poder.

A carreira literária ganhou novo relevo com *Vento em setembro*, vencedor do Jabuti de Romance Literário de 2025. Bellotto levou os recursos da literatura policial noir para uma história de desejo, traumas familiares e repressão política. Aos 66 anos, hoje convive com um câncer de pâncreas diagnosticado em março de 2025, um dos mais agressivos. Passou por cirurgia e quimioterapia, retomou o trabalho e, por recomendação médica, ficou fora do show dos Titãs do último sábado, em São José dos Campos. Dias antes, resumira à *Folha de S.Paulo* o que a música representa nesse período de luta pela vida. "Enquanto estou tocando, a doença não existe."

Risco de nulidade

Por ironia, num dos casos investigados por Bellini, as pistas de uma fraude financeira levam o investigador aos gabinetes encarregados de decidir o destino do caso. Foi o que tornou tão delicado o trabalho da Polícia Federal no escândalo do Banco Master. Mensagens extraídas do celular de Vorcaro trazem referências a ministros do Supremo Tribunal Federal. Dois delegados que elaboraram relatórios sobre parte dessas menções perderam funções de chefia, e a direção-geral da PF mandou refazer o material. A corporação encarregada de investigar o banco acabou arrastada para a crise do Supremo. A direção da PF afirma que os relatórios precisam atender à orientação do presidente do STF, Edson Fachin, de registrar todas as menções com o respectivo contexto. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal viu no afastamento um risco de interferência no trabalho dos investigadores. O ministro Gilmar Mendes saiu em defesa do diretor-geral, Andrei Rodrigues, e de sua prerrogativa de fazer mudanças administrativas.

O Ministério da Justiça pediu explicações e a Comissão de Segurança Pública do Senado, por proposta do senador Alexandre Vieira (MDB-SE), aprovou convites para ouvir Andrei e o ministro da Justiça. A menção a um ministro numa conversa de terceiros é insuficiente para sustentar uma acusação. Identificar quem falou, em que circunstâncias e com que respaldo é precisamente o trabalho da investigação. Preservar os relatórios originais e esclarecer por que foram refeitos permitiria avaliar se a revisão corrigiu falhas ou restringiu o alcance da apuração.

A pergunta que a canção de Bellotto fazia na rua chega, assim, aos gabinetes de Brasília. Quando a investigação supostamente ronda gente poderosa, como os ministros do STF Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux, até onde a polícia tem liberdade para ir? Não é uma questão simples de responder, porque também coloca em xeque as instituições que os envolvidos representam, inclusive a PF sob comando de Andrei Rodrigues. Há evidências de que nos bastidores de Brasília está sendo tecido um pacto entre o Executivo, o Congresso e o Supremo para blindar os Poderes após as eleições, quando o que estava na ordem do dia do debate eleitoral eram a reforma política e a do Judiciário. O problema é que a bagunça institucional pode desaguar na nulidade das investigações sobre o Master e, inclusive, beneficiar o pivô de toda essa crise: Vorcaro.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

PF em chamas

A briga dentro da Polícia Federal levará o presidente Lula a substituir Andrei Rodrigues no comando da instituição. Pelo menos essa é a aposta de muitos políticos ligados ao chefe do Executivo. Já há muita gente no governo dizendo que é preciso mudar tudo por ali. Governo novo, PF renovada, para evitar maiores desgastes.

A reforma prioritária

Enquanto o governo tentar resolver as contas públicas ainda este ano, muitos partidos elencam as prioridades para 2027. E a depender dos presidentes das agremiações de centro, a reforma que deverá abrir a temporada de 2027 será a do Judiciário.

O projeto de Kassab

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, tem defendido a idade mínima de 60 anos para ingresso na Suprema Corte, e mandato entre 12 e 15 anos. Só essa decisão, se tomada no primeiro semestre do ano que vem, impedirá que Lula indique, por exemplo, Jorge Messias, que tem 48 anos.

O jogo do isolamento

Ao cogitar lançar candidato para a Presidência da Câmara, o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro arrisca ficar de fora do blocão que serve de base para a distribuição das comissões técnicas da Casa. As primeiras projeções indicam que a sigla, nesse caso, teria a sexta pedida. Ou seja, não poderia escolher, por exemplo, a Comissão de Constituição e Justiça, colegiado a que teria direito por ser a maior bancada de um bloco.

Começa o estica e puxa do ajuste fiscal

O adiamento da votação do pacote que o governo apresentou de última hora, esta semana, para tentar resolver seus problemas fiscais foi chamado pelo empresariado de "velório da segurança jurídica". É que, além de ampliar o corte nos benefícios tributários, a proposta mexe com as compensações tributárias a que muitas empresas têm direito. Empresários contavam com esses recursos dos créditos legítimos a receber para ter fluxo de caixa e evitar maiores problemas financeiros. Agora, não sabem se terão acesso a esse dinheiro. Por isso, muita gente vai passar essas próximas horas no Senado para tentar reverter parte das medidas apresentadas pelo governo.

» » » » » » » » » » »

Assim não vai/ Os senadores, inclusive alguns aliados ao governo, não gostaram nada do envio da proposta de afogadilho. E está difícil acalmar a todos para assegurar a votação do texto. Muitos pensavam que estava terminado o tempo de mandar tudo de última hora e exigir aprovação de imediato.



CURTIDAS



Lula Marques/ Agência Brasil

Troca de comando no PP/ Derrotado na eleição para o Senado no Piauí, Ciro Nogueira **(foto)** está com os dias contados na Presidência do Progressistas. Tem um grupo fechado com o ex-deputado Alexandre Baldy (PP-GO), suplente da senadora eleita Gracinha Caiado (União-GO).

A cláusula pétrea de Salomão/ Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Luís Felipe Salomão foi incisivo na palestra de encerramento do 9º Brasília Summit Lide **Correio Braziliense** sobre Inteligência Artificial: "Se tem algo que não se pode abrir mão é a supervisão humana. Impossível imaginar um juiz robô".

É por aí/ O deputado Aguinaldo Ribeiro, relator do projeto de regulamentação da IA que já passou no Senado, planeja apresentar seu parecer este ano e já está em conversa com o senador Eduardo Gomes e com a presidente da comissão sobre o tema, deputada Adriana Ventura, para tentar votar tudo ainda em 2026. "Vamos apresentar um parecer a quatro mãos, para ser votado rapidamente."

Três caminhos/ O PSB tem reunião marcada para esta quinta-feira, a fim de definir se compõe federação com PDT, Solidariedade ou Avante. Até aqui, a tendência é fechar com o PDT.

SHELL APRESENTA:

PRÊMIO JK

CORREIO BRAZILIENSE

Consolidando-se como um reconhecimento das personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Brasília, o Prêmio JK Correio Braziliense chega a sua segunda edição em 2026.

SAVE THE DATE

18 · NOVEMBRO

Patrocínio master: Apoio: Realização: Realização:

SAÚDE PÚBLICA

No DF, covid sobe em 36 dias; estados observam

Para Secretaria de Saúde, não há razão para alarmismo, mas adverte que não se pode deixar a vacinação de lado. Boletim InfoGripe, porém, chama a atenção para o crescimento no número de casos da Síndrome Respiratória Aguda Grave

» RAFAELA BOMFIM

O Distrito Federal registrou 2.460 casos de covid-19 entre janeiro e 6 de novembro. Significa uma redução de 76% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizadas 10.247 ocorrências. Mas, apesar da queda, 719 notificações — quase um terço do total deste ano — foram feitas entre 2 de outubro e 5 de novembro. O avanço recente da doença também aparece em outras regiões e, segundo o Ministério da Saúde, 18 unidades da Federação apresentam tendência de alta nas infecções pelo coronavírus. Já o boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), chama a atenção para o aumento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada à covid-19 no DF, em Mato Grosso, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Santa Catarina.

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) avalia que o cenário de infecções não representa motivo para alarme. A pasta reforça, porém, a importância de manter a vacinação em dia contra o coronavírus e outros agentes causadores de doenças respiratórias.

Dos 5.405 casos de SRAG diagnosticados no DF neste ano, 106 (2%) foram provocados pelo coronavírus. A influenza respondeu por 544 ocorrências (10,1%), enquanto o vírus sincicial respiratório (VSR) foi identificado em 1.364 pacientes (25,23%). O rinovírus teve a maior parcela dos registros — com 1.757 (32,5%). A SRAG reúne infecções nas vias aéreas que podem provocar dificuldade para respirar e necessidade de hospitalização.

No país, o *Informe de Vigilância das Síndromes Gripais do Ministério da Saúde*, com dados até 31 de outubro, aponta 118.851 casos de síndrome gripal provocados pela covid-19 em 2026. Uma redução de 68,8% em relação ao mesmo período de 2025.

A queda também aparece nas hospitalizações e mortes. Foram aproximadamente 3,4 mil registros de SRAG associados ao coronavírus em 2026, contra 9,2 mil no ano passado, diminuição de 63%. Os óbitos passaram de 1,4 mil para 437, redução de 69%.

Mesmo com os indicadores abaixo dos registrados em 2025, o Ministério da Saúde identificou crescimento das infecções leves nas últimas seis semanas. A tendência de alta foi observada em 18 unidades da Federação. Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, DF, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina — todas permanecem em nível de baixo risco.

O boletim InfoGripe, por sua vez, identificou crescimento da SRAG associada à covid-19 em cinco unidades: Mato Grosso, DF, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Em quatro delas, a incidência permanece baixa. Mas Mato Grosso apresenta o cenário que exige maior atenção.

O professor de virologia Rômulo Neris, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse ao **Correio** que o aumento dos resultados positivos não é suficiente para caracterizar uma nova onda de covid-19. Para isso, é necessário observar também a procura por unidades de saúde, as internações e a evolução das mortes.

O pesquisador explica que as condições de circulação das pessoas também influenciam a transmissão. Ambientes fechados e climatizados, comuns em períodos de calor intenso, facilitam a disseminação do vírus. "Não necessariamente o vírus é mais facilmente transmitido por causa da temperatura em si. O aumento das aglomerações pode favorecer a transmissão", explica.

Sem nova onda

Outro ponto acompanhado é a circulação de variantes. De acordo com Neris, aproximadamente 90% dos casos confirmados correspondem à variante XFG e às linhagens derivadas dela, já identificadas no Brasil. "Até o momento, não há indicação de que uma nova variante com maior capacidade de escapar da proteção imunológica esteja provocando o aumento das infecções", tranquiliza.

O professor também chama a atenção para a participação da covid-19 nas mortes provocadas por vírus respiratórios. Nas últimas semanas, os óbitos associados ao coronavírus passaram a representar 24% desse grupo, ante aproximadamente 14% anteriormente. O indicador, segundo ele, merece acompanhamento, mas não confirma isoladamente uma nova onda.

A covid-19 divide espaço com outros agentes causadores de infecções respiratórias. A influenza, em pessoas vulneráveis, pode evoluir para pneumonia e outras complicações. A vacinação anual é a principal forma de prevenção.

Outro agente importante é o vírus sincicial respiratório (VSR), um dos principais responsáveis pela bronquiolite em bebês e crianças pequenas. Desde dezembro de 2025, a vacina contra o vírus integra o Calendário Nacional de Vacinação para gestantes, a partir da 28ª semana de gravidez. Mais de 1,7 milhão de mulheres já receberam o imunizante pelo SUS.

Em 2026, mais de 20,3 milhões de doses contra a covid-19 foram distribuídas pelo Ministério da Saúde. Desse total, 7,4 milhões foram aplicadas. Em outubro, a pasta também disponibilizou testes rápidos a todas as unidades da Federação e enviou estoques do antiviral indicado para pacientes com maior risco de agravamento. O tratamento deve começar nos primeiros cinco dias de sintomas e está disponível no SUS para públicos específicos.

» LEIA MAIS na página 16

Não dá para descuidar

COVID-19
- No caso do DF, houve redução entre janeiro e 6 de novembro, se comparado ao mesmo período de 2025. Total de 2.460 registros
- Porém, desses 2.460, 719 casos foram registrados somente entre 2 de outubro e 6 de novembro

Unidades da Federação com tendência de alta
- Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima

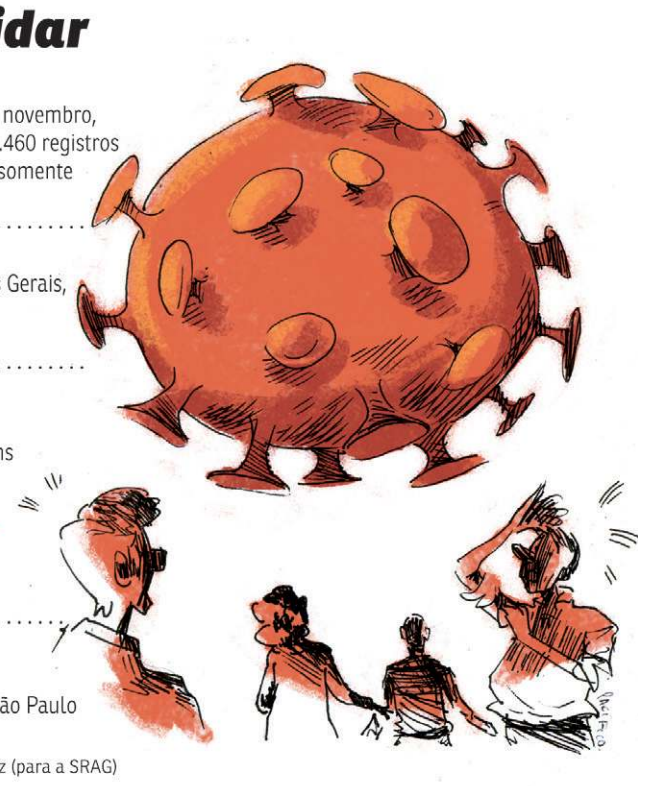
Unidades da Federeação em estabilidade
- Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins

SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE (SRAG)

Unidade da Federação com incidência alta
- Mato Grosso

Unidades da Federação em alerta, mas com incidência baixa*
- Distrito Federal, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo

* Tendência é de aumento da doença
Fontes: Ministério da Saúde (para a covid) e InfoGripe/Fiocruz (para a SRAG)



Paulo Pinto/Agência Brasil



Autoridades sanitárias advertem que calendário de vacinação deve ser seguido para evitar avanço das infecções

> **Até o momento, não há indicação de que uma nova variante com maior capacidade de escapar da proteção imunológica esteja provocando o aumento das infecções"**
> ***Rômulo Neris,*** *professor de virologia da UFRJ*

ENEM 2026

Entidade acusa viés e quer anular redação

» ANA BISPO CALISTO*

A Associação Escola Sem Partido entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal de Brasília para pedir a anulação da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2026. A entidade questiona o tema "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal" e alega que a proposta apresenta viés político-ideológico ao induzir os candidatos a defender o sistema público de saúde.

A ação foi apresentada na segunda-feira à 20ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na terça-feira, o juiz Anderson Santos da Silva determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), se manifeste sobre o pedido no prazo de 72 horas.

Segundo Miguel Nagib, advogado e presidente do Escola Sem Partido, a petição solicita a suspensão imediata da correção das redações. Caso a medida não seja concedida, a entidade pede que as notas não sejam divulgadas nem utilizadas em processos seletivos de acesso ao ensino superior até que haja uma decisão judicial.

Para a associação, a formulação do tema teria induzido os participantes a assumir uma posição favorável ao SUS, com o risco de serem prejudicados na avaliação caso apresentassem argumentos contrários à valorização do sistema.

"O Estado pode exigir que o candidato conheça, compreenda e analise o Sistema Único de Saúde. Não pode, entretanto, transformar a concordância com determinada avaliação política desse sistema em condição, explícita ou implícita, para a obtenção de uma boa nota", afirma a petição.

Divulgação/Gov.br



Segundo o Inep, tema da redação não tem coloração político-partidária

A entidade argumenta que a proposta compromete a liberdade de pensamento e a igualdade de condições de acesso ao ensino superior, princípios previstos na Constituição. Pede, ainda, que a redação seja considerada nula e que se faça nova avaliação.

Para a associação, estudantes que tivessem críticas ao SUS poderiam se sentir pressionados a adaptar seus argumentos para evitar prejuízos na correção. A petição também menciona as regras do exame, que estabelecem nota zero para redações que apresentem fuga ao tema proposto.

O que diz o Inep

Por sua vez, o Inep esclareceu que a proposta de redação do Enem passa por um processo de elaboração, revisão e validação técnico-pedagógica, com a participação de professores e especialistas. Segundo o instituto, a avaliação considera a adequação do tema às competências e habilidades previstas na matriz de referência do exame.

O Inep também defendeu que a proposta aborda uma questão de cidadania e de direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, e não um assunto de natureza político-partidária.

De acordo com o Inep, o tema permite que os participantes desenvolvam diferentes perspectivas de argumentação, incluindo discussões sobre a importância do SUS, os desafios enfrentados pelo sistema e as condições necessárias para garantir o direito universal à saúde.

O instituto ressaltou, porém, que os candidatos devem respeitar o recorte temático proposto e os critérios de avaliação do exame.

***Estagiária sob a supervisão de Ana Sá**

» Questões são contestadas

O deputado federal Rodolfo Nogueira (PL-MS) encaminhou ao Ministério da Educação pedido de anulação de duas questões do Enem 2026, alvos de críticas da bancada do agronegócio no Congresso e de entidades do setor. Uma delas apresenta uma reportagem que discute o crescimento da produção do agrícola em paralelo à permanência da fome no país. O texto reproduz a avaliação de um pesquisador de que parte expressiva da produção do campo é destinada à indústria e à exportação de commodities, e não diretamente para o sustento da população. Já a questão 76 do caderno azul aborda os centros de formação do Movimento dos Sem Terra. Nogueira indaga a respeito da escolha do MST como referência, argumentando que a prova poderia mencionar outras instituições ligadas à formação no setor rural.

Bolsas — Na terça-feira: 0,52% São Paulo; 0,3% Nova York

Pontuação B3 — IBovespa nos últimos dias: 166.191 / 171.336 (5/11, 6/11, 9/11, 10/11)

Na terça-feira: **R$ 5,586** (+1,46%)

Dólar

	Últimos
3/novembro	5,487
4/novembro	5,451
5/novembro	5,488
6/novembro	5,508
9/novembro	5,504

Salário mínimo: R$ 1.621

Euro — Comercial, venda na terça-feira: R$ 6,236

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,66%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

CONTAS PÚBLICAS

Ajuste fiscal prevê até R$ 60 bilhões

Projeto apresentado pela equipe econômica para Orçamento de 2027 pode ser votado ainda hoje no Plenário do Senado

» RAPHAEL PATI
» LUÍZA ALTOÉ

Ton Molina/Agência Senado



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti, apresentou o texto ontem em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO)

Pressionado pela falta de sinalização sobre o controle fiscal desde as eleições, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ontem, um projeto de lei complementar (PLP) que estabelece novas medidas para perseguir as metas previstas para o orçamento dos próximos anos, sem deixar de lado o que o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, destacou como "direitos à população", o que inclui também os programas sociais e os pisos para a saúde e educação.

A expectativa do governo com o projeto é abrir um espaço fiscal na ordem de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões já para o próximo ano, com um aumento para os exercícios seguintes. Ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou que deve ouvir os senadores e, caso haja sinalização positiva, deve colocar o texto em pauta ainda hoje no Plenário. A expectativa do governo era que o PLP fosse votado ontem, mas os senadores de oposição criticaram a velocidade dada à matéria e pediram mais tempo para analisar o conteúdo.

A senadora Teresa Leitão (PT-PE), líder do governo no Senado, disse que a base tem "total interesse" em votar hoje a matéria. Segundo ela, a urgência é necessária, pois o projeto servirá de "colchão" para que o Orçamento de 2027 seja viabilizado. A senadora Tereza Cristina (PP-MS) reiterou que ainda não há acordo para votar, mas que as bancadas vão analisar o tema. Já Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou um relatório ao projeto na noite de ontem, sugerindo a sua aprovação com apenas algumas mudanças.

Ao falar com a imprensa, Braga voltou a defender a aprovação do PLP e disse que ele é "fundamental" para "colocar de pé" a proposta orçamentária de 2027. "Nós temos, na minha opinião, duas pré-condições para a votação do orçamento: a votação do PLP e a discussão de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que ainda nem conhecemos o texto", disse.

Segundo ele, essas medidas dão condições e instrumentos legislativos ao Congresso para que possa viabilizar o orçamento diante do que foi aprovado pela população nas urnas. "Esse orçamento que está aqui foi elaborado em junho, encaminhado em agosto, quando a eleição sequer tinha iniciado", explicou Braga, que não soube detalhar o teor da PEC, mas reforçou que ela precisa ser encaminhada. "Sobre questões que foram apresentadas durante as eleições e não estão em nenhum instrumento legislativo", sinalizou.

Contenção de gastos

O projeto apresentado ao Congresso cria novos mecanismos de contingenciamento para que, a partir de 2027, o crescimento real das despesas seja limitado a 2% ao ano, descontada a inflação, percentual inferior ao autorizado pelo arcabouço fiscal, de até 2,5%. Com isso, essa diferença de 0,5% poderá ser contingenciada quando o governo não cumprir o piso da meta fiscal. O gatilho também possibilita limitar as compensações tributárias, assim como gastos obrigatórios não constitucionais.

O texto leva até 2030 a medida que retirava receitas extras do petróleo da conta de pisos de despesas, como o da saúde, e de fundos, como o do Distrito Federal. A mudança tinha sido aprovada em setembro e seria acionada somente em caso de deficit primário, mas a ideia do novo texto é que ela valha em caso de saldo positivo das contas públicas.

Além disso, o texto prevê que até 40% do superavit financeiro de fontes vinculadas — incluindo fundos — pode custear obrigações constitucionais. Ficam de fora recursos relativos ao orçamento da seguridade social, saúde, educação, segurança e repartição de receitas. A proposta também estabelece um prazo de 120 dias — contados a partir da sua publicação — para o Congresso Nacional apreciar a questão dos supersalários.

Durante a audiência na CMO, o ministro do Planejamento adiantou que o governo deve rever benefícios tributários no governo Lula 4. Segundo ele, a revisão dos limites orçamentários também passa pela abertura de receita não somente pelo corte de despesas e citou, especialmente, a revisão dos benefícios tributários.

De acordo com o ministro, somente a revisão desses benefícios deve conceder um "colchão" de R$ 50 bilhões para ser utilizado em caso de necessidade de revisão de receitas ou despesas.

O texto aumenta o corte linear de benefícios fiscais para 20%. Os casos de isenção passam a pagar 20% da alíquota padrão, enquanto a presunção do lucro presumido sobe 20%. "É um corte horizontal, para que você não penalize excessivamente nenhuma área. Então, o que a gente está fazendo é um corte linear dos gastos tributários e, caso a gente faça um esforço fiscal adicional do ponto de vista de contingenciamento de despesa, a gente pode dobrar esse esforço a partir da limitação das compensações. É uma maneira de você fazer um mix de receita e de despesa", acrescentou o ministro.

O PLP autoriza ainda um espaço fiscal adicional extraordinário de R$ 10,5 bilhões, em 2026, para pagar uma parcela de subvenção ao óleo diesel rodoviário, tendo em vista a permanência do conflito geopolítico em curso. "A proposta é relevante para proteger a população dos efeitos da guerra, estabilizando preços de combustíveis e contendo pressões inflacionárias", diz o texto.

Equilíbrio

O ministro do Planejamento reforçou que as medidas buscam combinar o equilíbrio fiscal com a preservação de direitos, principalmente daqueles mais vulneráveis. Segundo ele, ainda serão encaminhados para o relator do Orçamento no Congresso Nacional os ajustes da Lei Orçamentária Anual (LOA), que envolvem as mudanças no Bolsa Família e a inclusão de despesas do Desenrola.

Além disso, o ministro também contou que todas as vinculações não constitucionais ficam sujeitas ao arcabouço fiscal até 2030. "Isso vai ser fundamental para que essas despesas corram em linha com a nossa regra fiscal", pontuou.

Para o ministro, uma base contingenciável maior permitirá que o governo preserve despesas essenciais, principalmente aquelas ligadas a políticas sociais.

Para o economista da GO Associados e especialista em contas públicas Luccas Saqueto, o governo ainda tem o desafio de encurtar a distância significativa entre a meta estabelecida e a capacidade efetiva de execução do orçamento. "O próprio projeto de Orçamento de 2027 prevê um superavit primário efetivo de R$ 18,6 bilhões, enquanto a meta central é de, aproximadamente, R$ 73,2 bilhões", destaca.

Além disso, há uma divergência entre as projeções do governo e as da Instituição Fiscal Independente (IFI). Enquanto o governo trabalha com resultado positivo, a IFI projeta deficit de R$ 86,1 bilhões. Para o economista, essa diferença evidencia o grau de incerteza em relação ao cumprimento da meta, especialmente diante de projeções distintas para o crescimento econômico, arrecadação e despesas obrigatórias.

"Na minha avaliação, falta principalmente transformar o compromisso com o equilíbrio fiscal em medidas concretas, com revisão de despesas obrigatórias, maior controle dos gastos e previsibilidade na execução orçamentária. As medidas anunciadas recentemente podem contribuir para esse objetivo, mas será necessário avaliar seu impacto efetivo e, principalmente, se serão capazes de produzir economias permanentes", destaca Saqueto.

Aperto

Veja os principais pontos do PLP:

» Reduz de 2,5% para 2% o crescimento real das despesas

» Dá prazo de 120 dias para o Congresso discutir a redução dos supersalários

» Aumenta em 20% o corte linear de benefícios fiscais

» Prorroga até 2030 a medida que retira receitas extras do petróleo da conta de pisos de despesas, como o da saúde, e de fundos, como o Fundo Constitucional

» Permite o uso pelo governo de até 40% do superavit de algumas fontes, como fundos, possa ser usado para pagar obrigações no ano seguinte

» Exclui até R$ 10,5 bilhões da meta fiscal para subsidiar os preços do diesel

Washington Costa/MF



Secretário da Receita descartou o adiamento da reforma tributária

Fazenda quer reforma "imediata"

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, rebateu ontem os pedidos de adiamento para o início do período de transição da reforma tributária do consumo, previsto para começar em janeiro de 2027, com a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal que substitui PIS/Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

"É um avanço tão importante para o desenvolvimento do nosso país, que nós não podemos perder um dia que seja, nisso. Por isso, repito, a nossa posição no Ministério da Fazenda é de implementação (da reforma) imediata. O Brasil não pode esperar mais. Não pode conviver com um sistema mais atrasado, um sistema que desincentiva o investimento", destacou Barreirinhas.

O secretário participou de uma coletiva de imprensa na sede da Fazenda para dar mais transparência sobre os impostos que passam a incidir sobre os produtos com a reforma. No dia anterior, esteve em um almoço com parlamentares da bancada do agro, onde tentou desmentir informações que apontam para possíveis aumentos de carga tributária com a reforma. Segundo ele, o governo espera que alguns preços até diminuam para o consumidor, com o aumento da competitividade da indústria.

Notas fiscais

Barreirinhas anunciou, ontem, que o Comitê-Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) decidiu adiar a exigência dos novos modelos de nota fiscal para empresas do Simples Nacional, que passaria a valer em janeiro de 2027. Agora, essa cobrança começará em março.

Segundo o secretário da Receita, a decisão ocorreu após o Fisco detectar que 1,1 milhão de empresas ainda emitem os documentos de acordo com a regra atual. "O sistema da Receita já está pronto, mas nós reconhecemos que os sistemas dessas empresas podem não estar prontos ainda, porque, muitas vezes, são empresas muito pequenas, com prestadores de serviços de TI, também, muito pequenos", comentou o secretário.

Para o período entre janeiro e fevereiro, nada muda para as empresas que ainda não se adequarem às novas regras. No entanto, os profissionais de contabilidade devem ser orientados a fazer ajustes para apurar as receitas durante esses dois meses, já que os documentos antigos já operam em plataformas obsoletas. Na prática, os contadores devem informar manualmente sobre as receitas obtidas nesse período, como explicou o secretário.

"Estamos em uma obra. Ela gera dificuldades, mesmo. Nós temos mais de 22 milhões de CNPJs de empresas ativas no Brasil. Mesmo que seja um percentual pequeno dessas empresas que não estejam prontas para a reforma tributária em janeiro, em números absolutos, é um volume grande. E esses contribuintes vão merecer a atenção da Receita Federal e dos nossos parceiros", acrescentou Barreirinhas. (**RP**)



Regulação da IA no horizonte

Evento promovido pelo Lide e pelo **Correio** reuniu autoridades e especialistas para debater criação de regras para o setor

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» PEDRO JOSÉ BORGES

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



> **Parto do princípio de que as pessoas devem agir sempre com boa-fé e boa vontade, não importa se a pessoa é liberal ou progressista. Não pode ter pornografia infantil, não pode ter incentivo ao suicídio. Então, pessoas de boa-fé e bom senso são capazes de construir consenso, conservadoras ou progressistas"**
>
> ***Luís Roberto Barroso,*** *ex-presidente do STF*

A renovação do governo Lula para outros quatros anos de mandato coloca a regulamentação da inteligência artificial (IA) no radar. Essa é uma das metas do presidente reeleito, junto com o fortalecimento das regras para as big techs no geral, com foco nas que controlam plataformas digitais. O tema repercute em todas as esferas, em especial no Judiciário e no Legislativo, que terão papel central na discussão. Ontem, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ministro aposentado Luís Roberto Barroso defendeu que o movimento deve ser um consenso entre o governo e o Congresso, apesar das divergências esperadas para o próximo ano no Parlamento, com o avanço de partidos de direita.

"Parto do princípio de que as pessoas devem agir sempre com boa-fé e boa vontade, não importa se a pessoa é liberal ou progressista. Não pode ter pornografia infantil, não pode ter incentivo ao suicídio. Então, pessoas de boa-fé e bom senso são capazes de construir consenso, independentemente de serem conservadoras ou progressistas", disse Barroso em conversa com jornalistas após sua participação no 9º Brasília Summit, promovido pelo Lide em parceria com o **Correio Braziliense**, no Brasília Palace Hotel.

O comentário de Barroso em prol da regulação das IAs ocorreu no dia seguinte a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que multou em R$ 7,5 milhões a empresa Meta, dona do Instagram, do Facebook e do WhatsApp, por descumprir decisões judiciais durante a campanha das eleições presidenciais de outubro. Questionado sobre a medida, Barroso evitou comentá-la sob a justificativa de não ter lido a publicação. Ele, porém, ponderou que uma eventual regulamentação das redes sociais deve estabelecer critérios claros de transparência para não servir como mecanismo de censura.

"Acho que as plataformas digitais passaram a ser espaços públicos administrados privadamente. Então, eu acho que tem de ter regras de neutralidade", completou Barroso, que, atualmente, voltou ao ofício de advogado, sócio de um escritório jurídico.

Momentos antes de conversar com jornalistas, o ministro aposentado participou de um painel sobre inteligência artificial. Ao defender a regulamentação, Barroso reconheceu os avanços da tecnologia para a qualificação do trabalho e dos profissionais. Ele, no entanto, alertou para o risco de os robôs desenvolverem características originalmente humanas. "Se a IA tiver vontade própria, há o risco de que ela domine o mundo. Cientistas dizem que há 10% de chance de esse cenário ocorrer. Então, eu pergunto: você entraria em um avião que teria 10% de chances de cair? Pois é, eu não!", indagou Barroso.

Freio para a IA

O risco de robôs de inteligência artificial substituírem atividades originalmente humanas no Poder Judiciário foi apontado pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Luís Felipe Salomão. Intitulada "Transparência Tecnológica e Controle Humano do Uso da Inteligência Artificial no Brasil", a palestra de Salomão no evento rechaçou a possibilidade de robôs atuarem como juízes em tribunais.

» Cenário pós-eleições

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) também comentou a relação entre a polarização política e a atuação do Congresso Nacional. Para ele, parlamentares de diferentes correntes têm atribuições constitucionais a cumprir, enquanto a radicalização entre direita e esquerda abre espaço para a atuação do centro. Gomes defendeu que o debate político retome parâmetros democráticos e que as disputas eleitorais sejam separadas das responsabilidades de governo. Segundo ele, o objetivo deve ser preservar o equilíbrio entre as instituições, com independência.

"É impossível, no campo do Poder Judiciário, você imaginar a figura do juiz robô. Essa figura de quase um filme de Hollywood. No Judiciário brasileiro, não vai poder existir e não existirá, justamente porque temos uma previsão constitucional que exige decisões humanas fundamentadas, e também a transparência. A cláusula pétrea constitucional é a supervisão humana", opinou Salomão.

Na avaliação do representante do STJ, uma possível regulamentação da IA no Brasil deve ter como "cruciais" pontos relacionados à responsabilidade e à transparência. "Essas regulações, elas precisam responder a duas perguntas. A primeira: transparência. Como verificar o que o sistema fez? A segunda pergunta: quem responde pelo resultado? Essa segunda pergunta, de quem responde pelo resultado, eu diria que é uma incógnita até para o próprio Poder Judiciário", explicou o magistrado.

Embora tenha ponderado limites à utilidade da inteligência artificial no Judiciário na Justiça, o presidente do STJ argumentou que linguagens automatizadas por robôs têm importância diante dos mais de 40 milhões novos processos que tramitam por ano. "40 milhões de novos processos por ano e quase 80 milhões de ações em andamento — um processo para cada duas pessoas no Brasil. O uso da IA nesse ecossistema precisa levar em conta o nosso quantitativo e a exigência constitucional de um juiz humano para proferir as decisões", argumentou.

Competitividade

Discussões sobre como levar relevância e competitividade à inteligência artificial no Brasil também foram realizadas no Brasília Summit. O senador Eduardo Gomes (PL-TO), vice-presidente do Senado e titular da Comissão de Comunicação e Direito Digital da Casa, atrelou discussões sobre regulação da IA ao reconhecimento do resultado das últimas eleições presidenciais e ao foco das classes empresariais e políticas nos investimentos para o país.

"Passada a ressaca eleitoral, o foco principal deve ser cuidar do país. Os maiores empresários do Brasil continuam dispostos a investir aqui", pregou Gomes, ao destacar que o Brasil reuniria empresários capacitados. "Quem está com medo de investir no Brasil vai investir onde? No Paraguai. Quem está aqui são os melhores e maiores empresários do nosso país", ironizou, citando o país vizinho, que enfrenta problemas relacionados à política e ao sistema financeiro, que levaram ao impeachment e à prisão do ex-presidente Santiago Peña.

Também presentes na mesa sobre mercado de IA, regulação e competitividade no Brasil, os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do projeto de inteligência artificial da Câmara, e Adriana Ventura (Novo-SP) discorreram sobre questões jurídicas do país no âmbito de mercados voltados à tecnologia.

Enquanto, para Ribeiro, a legislação tradicional não consegue acompanhar, de forma permanente, as mudanças tecnológicas na área de IA, e que, por isso, a regulação deve ter mecanismos de governança flexíveis para permitir atualizações, Ventura considerou que a abrangência da inteligência artificial na sociedade tende a ir "muito além" da lei que vem sendo discutida no Congresso.

"A gente precisa resolver o que a gente quer regular, tem que ficar claro. (...) A régua não é a mesma", disse a parlamentar do Novo, ao comparar regulações em áreas da saúde com uma possível lei sobre o uso do aplicativo de conversas WhatsApp, e cobrar legislações claras sobre o setor para evitar fuga de capital na área de inteligência artificial.

Open Finance desafia soberania



> **É impossível você imaginar a figura do juiz robô. Essa figura de quase um filme de Hollywood. No Judiciário brasileiro, não vai poder existir e não existirá. Temos previsão constitucional que exige decisões humanas"**
>
> ***Ministro Luís Felipe Salomão,*** *presidente do STJ*

O avanço do Open Finance e a integração de dados devem transformar a relação entre consumidores e instituições financeiras, mas também levantam questões sobre soberania nacional, educação financeira e regulação. O superintendente de Estratégia Regulatória do Bradesco, Fernando Freitas, apontou a inteligência artificial (IA), os agentes digitais e a ampliação do compartilhamento de dados como três vetores de transformação do setor. Ele também defendeu a expansão do conceito de dados abertos para além do sistema financeiro.

"A gente enxerga três grandes vetores: a inteligência artificial junto com os agentes, o Open Finance, e uma provocação que eu vou colocar aqui que é o 'Open Tudo'. O dado é do usuário, então, não só os dados do sistema financeiro, mas todos os dados deveriam ser abertos para que o cidadão possa ter melhores serviços", afirmou, ontem, durante o painel *Pix, Open Finance e o Futuro da Infraestrutura Financeira*, no 9º Brasília Summit, promovido pelo Lide em parceria com o **Correio Braziliense**.

O Open Finance, ou Sistema Financeiro Aberto, permite que clientes autorizem o compartilhamento padronizado de suas informações financeiras entre diferentes instituições. A proposta é ampliar a concorrência e permitir que consumidores e empresas tenham acesso a produtos e serviços adequados ao próprio perfil. Para Freitas, a discussão sobre o compartilhamento de dados também envolve a soberania nacional diante da concentração do desenvolvimento de inteligência artificial em empresas dos Estados Unidos e da China. Segundo ele, o Brasil precisa buscar participação na cadeia de valor da tecnologia, em vez de atuar apenas como consumidor.

"A inteligência artificial hoje pertence aos Estados Unidos e à China, e os dados pertencem a cada país. A soberania nacional tem a ver com isso: quem pode acessar esses dados através do Open Finance?", questionou. "Nós só somos usuários da IA, mas não pertencemos à cadeia de valor da IA. Como cidadão brasileiro, nós deveríamos pensar seriamente em como estar dentro dessa cadeia e não apenas ser usuário", acrescentou.

A presidente da Associação Open Finance Brasil, Ana Carla Abrão, classificou o sistema como uma transformação menos conhecida pelo público do que o Pix, mas com potencial de alterar a estrutura do mercado financeiro. Segundo ela, a iniciativa do Banco Central buscou ampliar a abertura, a concorrência e a inovação no setor, tornando o país uma referência internacional.

"O Open Finance é uma revolução menos conhecida e muito mais silenciosa do que o Pix, o nosso primo mais conhecido. Ao criar o Open Finance, o Banco Central mirou no que viu — criar as condições para um sistema financeiro mais aberto, competitivo e inovador — e acertou no que não viu, tornando o Brasil uma referência mundial", afirmou. A presidente da associação também definiu o modelo como uma parceria público-privada, na qual a política foi estruturada pelo Banco Central e implementada com participação do mercado financeiro.

"É uma política pública que foi implementada pelo mercado. É um exemplo de PPP (parceria público-privada) muito bem-sucedido e fruto de um processo de evolução de uma instituição que é o Banco Central do Brasil", afirmou.

Fundador e CEO da Dasiplan, Rodrigo Takeuchi apontou que a evolução tecnológica não elimina a necessidade de orientação aos consumidores. Para ele, a educação financeira é um dos principais desafios para que as pessoas consigam aproveitar as ferramentas disponíveis. "O Open Finance estabeleceu que o dado pertence ao cliente e não mais somente à instituição financeira. A tecnologia está evoluindo mais rápido do que a gente tem a capacidade de regular, mas acho fundamental a gente reconhecer a importância do regulador", declarou.

Takeuchi afirmou que o principal obstáculo à expansão dos serviços financeiros digitais deixou de ser a tecnologia e passou a envolver a capacidade dos usuários de compreender e conduzir as próprias decisões. "O gargalo hoje já não é mais a tecnologia... O gargalo hoje virou realmente o humano. Eu não acredito que com a IA os clientes vão conseguir fazer a jornada sozinhos, ainda falta muita educação financeira", disse.

CEO do Grupo X-VIA e head do Lide IA, Magno Maciel defendeu que a integração de dados desenvolvida pelo mercado financeiro sirva de referência para a digitalização dos serviços públicos. Segundo ele, a comunicação entre sistemas poderia reduzir a necessidade de o cidadão apresentar repetidamente as mesmas informações a diferentes órgãos. "Essa arquitetura e interoperabilidade que existe no mercado financeiro tem que servir de inspiração para que a gente também possa ter esse mesmo benefício enquanto cidadãos, para que os nossos dados também se conversem na esfera pública. Por que a gente ainda precisa ser o motoboy do Estado?", questionou.

Maciel também afirmou ainda que a interoperabilidade é uma etapa necessária para a aplicação da inteligência artificial em diferentes setores. Para ele, a experiência brasileira na integração de informações financeiras pode contribuir para o desenvolvimento de serviços digitais. (**PJB**)

EUROPA

Espanha paralisada por moradia

Protestos contra a disparada nos aluguéis e a alta do custo de vida levam milhares às ruas nas principais cidades espanholas, na primeira greve geral convocada em 14 anos. País vai às urnas dentro de duas semanas

Jorge Guerrero/AFP



Manifestantes enfrentem a chuva, em Madri, para protestar contra a alta dos aluguéis e do custo de vida: eleições antecipadas no fim do mês

A pouco mais de duas semanas das eleições legislativas antecipadas, a Espanha viveu ontem a primeira greve geral em 14 anos, com grandes manifestações em Madri e nas principais cidades. Na capital, cerca de 120 mil pessoas se manifestaram contra a crise da habitação e a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. O protesto teve origem na morte de uma idosa que tinha sido despejada, o que motivou o primeiro-ministro Pedro Sánchez, socialista, a baixar um decreto congelando os despejos. Com a rejeição do decreto pela maioria parlamentar de direita, Sánchez dissolveu o parlamento, em meio a uma onda de protestos em massa nas ruas.

A mobilização, segundo os sindicatos teve adesão "muito importante", mas as organizações patronais qualificaram de "escassa". Milhares de pessoas foram às ruas em Barcelona, segunda maior cidade espanhola. Lá, María Piñana, microbiologista de 34 anos, exibia um cartaz adornado com pedaços de gesso que dizia, em catalão: "O teto (salarial) está caindo por 1.387,2 euros". "Fizemos greve e viemos à manifestação porque não concordamos com os preços da habitação em Barcelona", explicou.

Para Jesús Pallarol, aposentado de 71 anos, o problema da habitação persistirá independentemente de quem vença as eleições de 29 de novembro. Ainda que "o atual governo progressista se mantenha ou que venha o PP (Partido Popular, de direita), a questão da habitação continuará aí", afirmou. "É como um elefante: não vão conseguir escondê-la".

Em Madri, Cristina Gorroño, de 34 anos, funcionária de uma empresa telefônica, também denunciou o alto custo dos aluguéis. "Os preços na Espanha subiram de forma incrível, e não conseguimos arcar com eles com os salários que temos", lamentou. Ela participou, debaixo de chuva, de uma manifestação ao meio-dia em frente à Prefeitura da capital espanhola, na Praça de Cibeles. "Não temos contratos de aluguel que nos deem estabilidade", acrescentou Isabel Iglesias, enfermeira de 27 anos que instava a "fazer alguma coisa com os preços, porque não dá para continuar assim".

> **Fizemos greve e viemos à manifestação porque não concordamos com os preços da habitação"**
>
> ***María Piñana,*** *moradora de Barcelona*

"Fracasso"

A greve começou pela manhã, com bloqueios de estradas em diferentes pontos do país, e provocou transtornos no transporte público e cancelamentos de voos, especialmente em Barcelona. "A adesão é importante, muito alta em alguns territórios, um pouco mais baixa em outros, muito importante na indústria, nos setores estratégicos", avaliou Unai Sordo, secretário-geral das Comissões Operárias, maior central sindical espanhola.

Para a CEOE, principal organização patronal do país, a paralisação foi "um fracasso". "Com as informações disponíveis no meio da tarde, podemos falar de uma greve de mínimos históricos em nível setorial e territorial", assinala um comunicado conjunto com a Confederação Espanhola da Pequena e Média Empresa (CEPYME). "Definitivamente, podemos falar de um fracasso", diz o texto.

Onda de protestos

Os principais sindicatos convocaram a greve no rastro dos protestos pelo acesso à habitação, iniciados em setembro. O estopim foi o despejo forçado de Maricarmen Abascal, aposentada madrilena de 87 anos, que faleceu poucos dias depois de ser retirada do apartamento onde tinha morado por 70 anos. As reivindicações "são contra todos os governos, contra o patronato e contra os rentistas", declarou Alicia del Rio, porta-voz do Sindicato de Inquilinos, associação-chave por trás da mobilização e de ações como o acampamento que ocupou durante cinco semanas a Porta do Sol, em Madri.

A greve geral foi muito criticada pela direita e pela extrema-direita. A greve é "tudo, menos geral", avaliou Elías Bendodo, vice-secretário de Política Autônoma do Partido Popular, que já anunciou que revogará os decretos sobre habitação, se chegar ao poder. Apesar da recusa do parlamento a validar seu decreto sobre os despejos, o governo socialista tentará aprovar hoje parte das medidas previstas no órgão que exerce temporariamente as funções do parlamento dissolvido.

Alarme falso de bombas em escolas

Estudantes foram retirados ontem de várias escolas, na Itália, em resposta a falsas ameaças de bomba, em uma nova onda de alertas na Europa, que também atingiu o Reino Unido e a Irlanda. A primeira-ministra Giorgia Meloni, de extrema-direita, descartou que isso represente um "perigo concreto", e convocou os chefes de segurança e inteligência.

Cerca de 6 mil estabelecimentos receberam advertências, informou a agência de notícias italiana Ansa, citando o Ministério da Educação. Alertas de bomba também foram registrados em escolas do Reino Unido e da Irlanda e, segundo informações da imprensa, provocaram a retirada dos alunos em algumas instituições, na Escócia.

"O diretor saiu para o pátio e nos disse que havia chegado um e-mail com uma ameaça de bomba. Logo depois, o prédio foi evacuado", disse à agência de notícias France-Presse (AFP) Sofía De Ponte, estudante de 19 anos do colégio Virgilio, em Roma. O ministro da Educação, Giuseppe Valditara, pediu à população que evite o pânico.

Ameaça por e-mail

Segundo a imprensa italiana, a ameaça de bomba chegou por e-mail, supostamente enviado por um "Mikhail Andropov, líder do Vilayat do Misoginistão". "Acabo de deixar em seu prédio, dentro de uma sacola plástica, um potente explosivo com detonação remota", dizia a mensagem.

O governo italiano minimizou a gravidade das ameaças. "Por enquanto, de acordo com as verificações realizadas, não há nenhum indício que sugira a existência de um perigo concreto", declarou a primeira-ministra, em publicação no Facebook. Os alertas de bomba parecem "relacionados a uma estratégia destinada a gerar alarme e preocupação", afirmou Meloni.

VISITA PAPAL

Apoteose na "segunda pátria"

Leão XIV desembarcou na tarde de ontem na base aérea de Callao, em Lima, e percorreu o centro histórico da capital do Peru, na última escala da viagem de 12 dias pela América do Sul, iniciada no Uruguai, com sequência na Argentina. Uma multidão esperava pelo papa em sua "segunda pátria", onde viveu por 20 anos, foi feito cardeal e adquiriu cidadania. Antes de partir de Buenos Aires, o pontífice celebrou para 3 milhões de fiéis a maior missa em um ano e meio de pontificado, na cidade argentina de Luján, 75km a oeste da capital.

Os fiéis se reuniram em torno da Basílica de Luján, alguns apoiados em grades, cercas, árvores e postes de luz para ver o pontífice. "Obrigado, Leão, pela sua bênção", cantavam. Em sua homilia, o papa pediu acolhida aos mais vulneráveis. "Há lugar para todos, especialmente para os mais necessitados: os pobres e os famintos, os migrantes, os doentes e os presos", disse.

"Argentina, levanta-te e anda", exortou, vestido com uma casula branca e azul que identifica a Virgem de Luján, padroeira da Argentina, cujas cores são as mesmas da bandeira do país. "Minha lembrança se dirige de maneira especial ao nosso querido papa Francisco, que sempre levou a 'Patroncita morena' em seu coração", disse. "Obrigado, Argentina, por me receber de braços abertos", gritou Leão XIV em sua despedida.

Os argentinos lamentam que o antecessor de Leão XIV jamais tenha voltado à Argentina depois de ter sido eleito papa, em 2013. Para alguns, porém, a visita do pontífice americano e peruano veio curar essa ferida. "É um momento muito importante para nós, porque tivemos um papa argentino e ele não pôde vir, e isso me doeu", disse Estela Adorno, 76 anos. "Este papa está dando muita atenção a nós."

Encerrado o evento, por volta do meio-dia, os fiéis se retiraram sob o sol forte, muitos com bandeiras argentinas e do Vaticano. "Foi uma experiência única, inesquecível. A visita do papa deixa uma emoção muito grande, e sinto que isso vai ser uma mudança para o nosso país", disse à agência de notícias France-Presse (AFP) Daiana Rivero, de 36 anos. Antes de chegar a Luján, o pontífice visitou a prisão de Devoto, em Buenos Aires, onde incitou um grupo de 75 detentos e alguns familiares a "reiniciar suas vidas".

Cultura argentina

O papa, de 71 anos, visita a América do Sul menos de um mês depois de se submeter a uma cirurgia para extirpar um câncer de pulmão. Todos os eventos na Argentina reuniram grandes públicos, em um país onde estudos mostram uma queda contínua no número de fiéis da Igreja Católica, nas últimas décadas.

A missa de Luján superou a de segunda-feira, quando 2,5 milhões de pessoas haviam se reunido para sua primeira celebração ao ar livre, na capital. Na terça-feira, 650 mil fiéis participaram, pela manhã, de uma missa em Córdoba, no centro do país, e, à noite, uma vigília em Buenos Aires reuniu mais de um milhão de jovens.

Martin Bernetti/AFP



"O papa volta para casa", diz o cartaz exibido por um fiel em Lima, à espera da chegada de Leão XIV

"Sociologicamente, não creio que haja mais católicos porque o papa veio à Argentina", disse à AFP Nicolás Viotti, pesquisador do Conicet especializado em religião. "As marchas, as procissões têm a ver com a cultura argentina de ocupar o espaço público. E o catolicismo não é diferente disso, ou talvez o catolicismo seja um pouco a razão de isso acontecer", acrescentou.

Em seus discursos, Leão XIV desafiou as políticas do presidente ultraliberal Javier Milei e defendeu uma economia inclusiva, o apoio aos sindicatos e o fim dos cortes de verbas para programas sociais.

VISÃO DO CORREIO

Nvidia dá um upgrade nas derrotas de Trump

O escândalo da Nvidia aumentou a sequência de más notícias sobre a mesa do presidente Donald Trump, no Salão Oval. Depois da humilhante derrota nas eleições de meio de mandato e do pedido de impeachment contra o "secretário da guerra" Pete Hegseth, o que pode ser um caso de espionagem começa a ganhar forma de episódio de corrupção, no qual o pecado da Casa Branca é o da omissão — ou da conivência ou, ainda, da conveniência.

O Congresso norte-americano pretende puxar uma linha em que estão laçados Trump, o principal executivo da gigante da inteligência artificial, Jensen Huang, e a cabeça de uma obscura empresa sediada em Singapura, Alice Huang — nenhum parentesco entre os dois últimos, os amantes da trama.

Não é segredo a proximidade de Jensen e Trump, alicerçada em admiração e apoio mútuos. O executivo taiwanês integra a lista de bilionários do Vale do Silício devotos do presidente norte-americano. Em tese, mais um devedor das iniciativas de contenção, pelo governo dos EUA, ao avanço da China na seara cibernética. E é justamente aí que surge o elemento indeterminado da equação: o governo de Pequim.

A empresa da qual Alice é uma das executivas, a Megaspeed International, adquiriu da Nvidia, em poucos anos, mais de US$ 4,8 bilhões em semicondutores e GPUs — circuito eletrônico especializado em cálculos matemáticos simultâneos, projetado originalmente para acelerar a renderização de imagens, gráficos e vídeos. Esse valor estratosférico é considerado desproporcional para o tamanho da empresa.

A firma parece fachada. Estabelecida num dos maiores hubs financeiros mundiais, tem, se muito,10 funcionários. A Megaspeed ergueu e opera data centers em países como Malásia e Indonésia. Os mesmos data centers que vendem a capacidade excedente de processamento para gigantes da China. A Alibaba (comércio eletrônico) e a Tencent (conglomerado de tecnologia) são duas das mais vistosas.

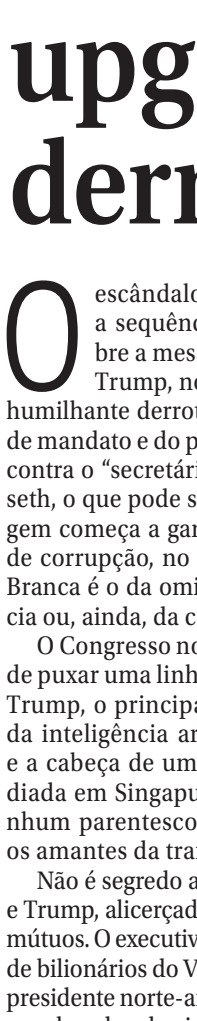
Essa relação próxima com gigantes chineses chamou a atenção do FBI, que fez o óbvio: ligou os pontos. Uma empresa de porte modestíssimo comprou quase US$ 5 bilhões em serviços e equipamentos da Nvidia. Aplicou o material e a tecnologia obtidos em centros de processamento de dados, instalados em países asiáticos não necessariamente alinhados aos norte-americanos. E esses data centers têm, pelo menos, dois brutamontes chineses entre os principais clientes. Tais argumentos foram levados a Trump. E, neste momento, o presidente pecou.

Há a suspeita de que o relacionamento amoroso de Jensen e Alice não passe de uma explicação simplória, mas ao gosto das tramas de espionagem, para encobrir uma parceria. A Nvidia utilizaria o ambiente de negócios nos EUA para desenvolver e vender, via Megaspeed, elementos fundamentais ao avanço da indústria de tecnologia chinesa. E muita gente saberia disso.

Desde 2022, Washington proíbe a exportação de microprocessadores e GPUs de última geração para a China. A restrição serve à tentativa de impedir que Pequim se desenvolva, sobretudo militarmente.

O Congresso norte-americano pretende mergulhar nesse caldo. Trump recebeu os primeiros relatórios de inteligência detalhando o caso da Nvidia em outubro de 2025. A situação, porém, piora. Em maio passado, um memorando sigiloso supervisionado pelo secretário de Estado, Marco Rubio, circulou no alto escalão do governo alertando para o risco da conexão da empresa de Jensen com a Megaspeed. Mesmo alertado, o presidente nada fez. A explicação da inação: não desestabilizar os negócios da gigante de chips ou afetar a liderança norte-americana em inteligência artificial. A pergunta incômoda: "For free"?

À época, Trump estava convicto de que manteria o controle do Congresso. Errou a previsão e usa sua Truth Social para desqualificar as eleições e negar a derrota. Diversionismo pobre para atiçar a base radical. Só que incapaz de frear um processo que pode abreviar seu mandato.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

A força da solidariedade

A proximidade do fim do ano provoca um reforço na corrente de solidariedade pelo país para garantir um Natal mais digno a milhões de pessoas. Uma dessas iniciativas é da Ação da Cidadania, criada pelo sociólogo Betinho, há 33 anos, e que realiza a maior campanha de arrecadação de alimentos da América Latina.

A edição deste ano do Natal sem fome, campanha da entidade, está em andamento, mobilizando doadores, empresas e voluntários. Em 2025, a iniciativa garantiu 5 mil toneladas de alimentos, que foram distribuídos a dois milhões de pessoas em insegurança alimentar.

Segundo a Ação da Cidadania, R$ 50 doados ajudam a compor 50 refeições; e R$ 120, a levar alimento para duas famílias. Mas toda colaboração conta, independentemente do valor. O doador pode contribuir, com a quantia que estiver ao seu alcance, pelo site *natalsemfome.org.br*.

O IBGE classifica a insegurança alimentar em três níveis: a leve é a preocupação ou a incerteza quanto ao acesso a alimentos e a redução da qualidade deles para não afetar a quantidade; a moderada, a falta de qualidade e a redução na quantidade de alimentos entre adultos; e a grave, a falta de qualidade e a redução na quantidade de alimentos, atingindo, inclusive, crianças e adolescentes.

Nos últimos anos, o Brasil conseguiu avanços importantes no enfrentamento à vulnerabilidade alimentar, com medidas como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e melhora no mercado de trabalho. O resultado é que, desde 2025, está fora do Mapa da Fome, conforme destaca a Organização das Nações Unidas (ONU). E atingiu o menor índice histórico de insegurança alimentar severa: 0,6% da população.

Apesar dos progressos e de sermos um dos países que mais produzem alimentos no mundo, a fome ainda é uma realidade por aqui. Há 20,3 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Dessas, 1,2 milhão enfrentam insegurança alimentar grave. E é aí que a empatia coletiva faz toda a diferença.

Além da Ação da Cidadania, há uma série de outras mobilizações, tanto locais quanto nacionais, voltadas para aplacar o flagelo da fome — pelo site paraquemdoar.org é possível acessar algumas delas. A contribuição de cada um de nós ajuda a levar comida para o prato de milhões de vulneráveis, inclusive de crianças e adolescentes.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Redução da maioridade 1

Os atos infracionais cometidos por menores de idade caem mais de 60% em 10 anos, segundo o Ministério da Justiça. Nem as delegacias querem mais fazer boletim de ocorrência de pequenos crimes. Eles nos mandam ir no site e fazer o registro. Aí, com certeza, o número vai diminuir mesmo. Reduziu por conta da maior dificuldade, para quem é leigo, para fazer esse procedimento. Fora que, quando a polícia prende, o juiz solta. Então, a pessoa fica se perguntando qual a razão de fazer o BO já que não vai recuperar o seu pertence e o bandido vai continuar na rua.

» **Cristiano Ramos**
Brasília

Redução da maioridade 2

Redução de maioridade não é solução. Não vejo ninguém debatendo o cerne da questão. O crime que você comete retira sua condição de sujeito? Se eu cometer um crime, eu deixo de ser uma mulher? Se um idoso cometer um crime, ele deixa de ser idoso? Ninguém perde a sua condição de sujeito por cometer crime. Por isso, os regimes diferentes. Um adolescente não pode responder por um crime como adulto. A sua condição psíquica, emocional e neural não é a mesma de um adulto. Pela nossa legislação, um adolescente já é responsabilizado pelos seus atos. Agora, o regime deve responder à condição desse sujeito.

» **Perla Ribeiro**
Brasília

Enem

O teor das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) indica que ele se tornou um filtro para a massificação pelo pensamento único nas universidades. O mérito foi substituído pela ideologia, o argumento raciocinado deu lugar à repetição irracional. Nos próximos anos, todos os universitários comporão uma massa informe manobrada por chavões irracionais repetidos incansavelmente para abafar ideias que não saberão como enfrentar.

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Novo horizonte

A comunidade internacional busca um novo horizonte após aquilo que se pode chamar de um ocaso, depois da onda azul que se deflagrou nos EUA. Surpreende? Não, não surpreende tamanha refrega. O Brasil, como líder na geopolítica sul-americana, tem um papel primordial nas novas iniciativas. O governo brasileiro, por meio da ciência, da tecnologia e da diplomacia, tem condições de colaborar com nações da região e deflagrar um verdadeiro boom de desenvolvimento. É possível formalizar um bloco nas Américas que lutem de igual para igual com a União Europeia (UE). Isso por meio do esforço do governo em trocar as possibilidades de desenvolvimento de ambos os lados. É um novo horizonte que se descortina na nova geopolítica mundial.

» **Enedino Corrêa da Silva**
Asa Sul

Super-ricos

Brasil e Espanha firmam acordo para ampliar a tributação dos super-ricos, prevendo uma coalizão internacional em defesa de um sistema tributário mais progressivo, segundo reportagem no site do **Correio**. Aí, o super-rico pega os seus milhões e vai para outro país. Simples assim. Enquanto isso, o Brasil está sucateado, sem indústrias, sem saúde, sem saneamento básico. E por aí vai...

» **Ricardo Alexandre**
Taguatinga

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O PL vai abrir mão de comissões na Câmara dos Deputados para concentrar forças para a presidência do Senado. No fim, vai ficar sem os dois.

Gabriel Pinheiro — Brasília

Essa narrativa de chantagem do mercado financeiro contra o governo não procede. Juros altos, mau desempenho da Bolsa de Valores, dólar alto e ameaça de rebaixamento de nota de risco pela Moody's são indicadores econômicos ruins. A economia e a matemática exigem resultados.

Marcos G. Figueira — Sudoeste

Expresso Pequi pode ligar Brasília e Goiânia em 60 minutos. Nem mesmo o trem de passageiros, com a ferrovia já pronta, eles tiraram do papel. Acha mesmo que esse outro vai sair?

Edgar H. Paschoal — Cidade Ocidental (GO)

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *A metade mais cara da 6 X 1*, Natalia Serro Mies, advogada trabalhista da G2 Advocacia, articula sobre os riscos de um trecho da Emenda Constitucional 141: "O Congresso poderia ter assegurado dois dias de folga. Preferiu chamar ambos de repouso remunerado". Confira no site do **Correio**

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza comenta o discurso feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência do Clima da ONU, a COP31 e as discussões em andamento no Congresso sobre o Orçamento de 2027.

Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

*"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

A segunda etapa de superação da pobreza no Brasil



» JOÃO PAULO DE FARIA SANTOS
Doutor em direito econômico (USP) e advogado da União

» ANDRÉ CASTELO BRANCO MACHADO
Mestre em tecnologia e sociedade (UTFPR) e presidente da Fundação Banco do Brasil

A superação da pobreza é uma conquista complexa construída em etapas. Não resulta de uma política isolada ou de um mandato governamental. Exige visão de longo prazo, decisão política, planejamento, orçamento e clareza sobre conquistas e próximos passos. O Brasil é referência mundial na primeira etapa: assumir a pobreza como responsabilidade do Estado, priorizá-la no orçamento e criar uma política de massa que eleva a renda dos mais pobres e amplia seu acesso às políticas universais, abrindo as portas de um estado de bem-estar social ainda em construção.

Essa política-âncora é o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada, premiado internacionalmente, integrante da Cesta de Políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e inspiração para outros países. Seu maior mérito está nos resultados: redução da pobreza extrema e das desigualdades e a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2025. E o Bolsa Família não é uma política isolada. Integra uma arquitetura muito mais ampla, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), cujo grande patrimônio é o Cadastro Único.

Com 95 milhões de pessoas registradas, o Cadastro Único revela com precisão inédita as condições de vida da população de baixa renda. Articula-se à rede do Sistema Único de Assistência Social (Suas), presente em todos os municípios, com centenas de milhares de trabalhadores que convertem informações e acompanhamento familiar em serviços e garantias de direitos.

Reduzir drasticamente a miséria e ampliar a segurança alimentar não elimina as bases territoriais e econômicas de sua reprodução. No Marajó, na Baixada Maranhense ou no Baixo Parnaíba, persistem condições estruturais que a renda, isoladamente, não transforma. Nesses territórios, as transferências de renda dinamizam o comércio, os pequenos negócios e o consumo, movimentando a economia de baixo para cima. Mas essa circulação nem sempre gera atividades produtivas de maior escala, empregos de qualidade, arrecadação local e desenvolvimento duradouro.

É nesse ponto que a experiência internacional oferece referências. A China, que também instituiu uma renda mínima, o Dibao (Garantia Mínima de Subsistência), enfrentou a pobreza persistente de regiões pouco integradas ao dinamismo nacional com desenvolvimento territorial, investimentos públicos, infraestrutura e mobilização empresarial. O programa Dez Mil Empresas Ajudam Dez Mil Aldeias, lançado em 2015, mobilizou empresas para criar atividades produtivas, empregos e cadeias econômicas em comunidades rurais pobres. Essa estratégia contribuiu para o anúncio chinês, em 2021, da eliminação da pobreza extrema.

A lição não é copiar um modelo estrangeiro, mas compreender que transferência de renda e transformação econômica local são complementares. O Brasil tem condições institucionais singulares para isso. O Cadastro Único e outras bases federais permitem identificar, com precisão, territórios de pobreza persistente, suas potencialidades produtivas e necessidades de investimento.

Dispomos ainda de instrumentos financeiros e jurídicos para atrair empreendimentos âncora, com metas verificáveis de empregos e renda. Não se trata de subsidiar empresas sem contrapartidas, mas de vincular o apoio público a resultados territoriais, integrando agricultura familiar, cooperativas, pequenos negócios e vocações regionais. A organização e a participação comunitária devem começar na concepção dos projetos, com tecnologias sociais mobilizadoras. A experiência da Fundação Banco do Brasil e de outras organizações do terceiro setor no combate à insegurança alimentar pode sustentar esse modelo.

Bolsa Família, Cadastro Único e Suas oferecem vantagem decisiva, poucos países conseguem identificar e acompanhar famílias vulneráveis com essa capilaridade, orientar investimentos e monitorar seus efeitos sociais. O sucesso do Bolsa Família criou as condições para a próxima etapa: uma estratégia nacional de desenvolvimento dos territórios mais pobres.

O Brasil deve celebrar essa conquista. O Bolsa Família é patrimônio da democracia e expressão de sua capacidade de produzir inclusão e justiça social. Mas reconhecer a vitória exige enfrentar, com urgência, a etapa seguinte: unir proteção social e desenvolvimento econômico nos territórios vulneráveis, romper as condições que reproduzem a miséria e criar riqueza, trabalho e oportunidade onde sempre faltaram. Fazer do Brasil, definitivamente, um país que superou a pobreza.



Quando o clima muda, a dengue avança e exige resposta



» JULIO CRODA
Médico infectologista e pesquisador da Fiocruz

Nos últimos anos, o Brasil assistiu à quebra de barreiras geográficas históricas na epidemiologia da dengue, com a expansão sem precedentes da doença rumo à Região Sul e um aumento alarmante de casos notificados durante o inverno no Sudeste. Essa transmissão fora do pico habitual estabelece um risco epidemiológico residual, que impulsiona surtos ainda maiores no ciclo seguinte.

Essa nova dinâmica ganha contornos alarmantes diante da recente discussão, apontada em nota técnica da Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FGV EMap) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que alerta para a alta probabilidade da formação de um novo El Niño entre 2026 e 2027.

Historicamente, o aquecimento das águas do Pacífico funciona como combustível para crises sanitárias de grande magnitude no país, como as registradas em 1998, 2015 e no biênio 2023-2024. Em cenários como esses, com elevação de temperaturas e, por consequência, alteração do regime de chuvas, as condições são especialmente favoráveis para o aumento da replicação do vírus da dengue, antecipando e intensificando as curvas de contágio.

É justamente essa aceleração da transmissão, associada às mudanças climáticas, que exige uma resposta de saúde pública mais integrada e veloz: além do controle vetorial tradicional, torna-se imperativo conectar vigilância, prevenção e imunização. Contudo, para desenhar estratégias eficazes sob a imprevisibilidade do clima, a gestão de saúde precisa olhar para a ciência vacinal sob duas perspectivas complementares: a eficácia dos testes de laboratório e a efetividade medida na vida real.

Essa distinção é o que conecta a evidência científica ao impacto prático. Os ensaios clínicos de Fase 3, etapa final realizada com milhares de voluntários antes da aprovação regulatória, determinam a segurança e a eficácia biológica de um imunizante. Mas é a efetividade, avaliada após a introdução no sistema de saúde por meio de estudos observacionais, que revela como a vacina se comporta diante de populações diversas e sob diferentes pressões epidemiológicas. É a combinação entre o rigor da pesquisa e a dinâmica do cotidiano que dimensiona o verdadeiro poder de resposta de uma sociedade ao longo do tempo.

De forma ilustrativa, enquanto a eficácia mede a proteção em "ambientes controlados", como o estudo internacional de Fase 3 TIDES, que apresentou eficácia elevada contra hospitalização por dengue e manteve uma resposta robusta ao longo de 4,5 anos de acompanhamento, a efetividade avalia o desempenho do imunizante no "mundo real". Nesse contexto de estresse climático, dados publicados na *The Lancet Infectious Diseases* sobre a vacina durante o surto de dengue em São Paulo demonstraram que o esquema completo de duas doses aumentou significativamente a proteção de adolescentes contra casos sintomáticos da doença.

Essa visão integral é vital porque as mudanças climáticas favorecem a circulação simultânea dos quatro sorotipos da dengue. Para conter essa pressão, a vacinação precisa gerar proteção equilibrada contra todos eles, especialmente em indivíduos sem exposição prévia à doença. É aí que entram ferramentas como a ponte imunológica, que permitem extrapolar evidências de uma população estudada para outras, com mais agilidade, ajudando a antecipar respostas e a fortalecer a preparação dos sistemas de saúde antes que a curva epidemiológica dispare.

Mesmo os modelos estatísticos que desconsideram os efeitos do El Niño já projetam uma base estrutural elevada de 1,7 milhão de casos suspeitos para 2027. Diante disso, o fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde e a adesão vacinal na vida real tornam-se essenciais para proteger a população e mitigar o impacto de um cenário ambiental muito desafiador e sem precedentes.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Tudo vai melhorar

Vistos por alienígenas do espaço sideral ao nosso redor, nossas repetidas comemorações pela chegada do ano novo não fazem sentido algum. Afinal, o planeta completou apenas mais uma volta em torno de sua estrela, o Sol, como aliás tem feito nestes últimos bilhões de anos. Trata-se de toda uma mecânica celeste que parece funcionar com a precisão de um complexo e delicado relógio suíço.

Tempo precioso

O significado desse movimento de translação pode ser entendido tanto pelo cérebro quanto pelo coração. O tempo nos é caríssimo em ambos os sentidos. Em nossa mecânica orgânica, o coração é a peça fundamental. É ele que marca de fato o tempo. A idade de cada um de nós torna-se mais precisamente aferida quando verificamos um simples dado: a quantas horas esta nossa bomba hidráulica segue em funcionamento? Isso desde a sua formação dentro do útero.

A origem

O coração de um embrião humano começa a pulsar por volta da quarta semana de gestação, muito antes de o cérebro estar completamente formado, reforçando a primazia da vida biológica no peito.

Bate ou apanha?

Se o coração de uma pessoa normal tem um batimento cardíaco médio de 75 vezes por minuto, podemos afirmar algo impressionante. Um indivíduo de 20 anos tem dentro do peito um órgão que já vem trabalhando por mais de 175.316 horas. Ou seja, trata-se de uma peça que já produziu aproximadamente 788.923.800 trabalhos mecânicos de sístole e diástole, mantendo o corpo repleto de vida.

Magnetismo

O campo eletromagnético gerado pelo coração é o mais forte de todo o corpo humano: possui até 5 mil vezes mais intensidade magnética do que o campo gerado pelo cérebro, podendo ser medido a vários metros de distância.

O bom remédio

Dar uma boa gargalhada expande o revestimento interno dos vasos sanguíneos (o endotélio) em até 20%, aumentando o fluxo sanguíneo e reduzindo instantaneamente a pressão arterial. O riso é, literalmente, um remédio para o sistema cardíaco.

Incrível

O coração tem o próprio sistema elétrico interno (o nó sinoatrial). Isso significa que, desde que receba suprimento contínuo de oxigênio, ele pode continuar batendo mesmo se for separado do corpo humano.

Curiosidade

Durante uma vida média de 80 anos, o coração humano bate cerca de 3 bilhões de vezes e bombeia sangue suficiente para encher quase 1,5 milhão de barris — o bastante para completar o reservatório de mais de 200 caminhões-tanque.

Cérebro e SNIC

Além de ser essa espécie de relógio a medir o nosso tempo, o coração parece ter vida própria. Ele conta com um cérebro próprio e com neurônios que pensam. Os pesquisadores o chamam de minicérebro. Inclusive, deram um nome técnico para ele: sistema nervoso intrínseco cardíaco (SNIC).

Corpo e espírito

A medicina bioeletrônica já sabe que o coração tem, ao seu redor, grupos organizados de neurônios. Cada grupo executa funções específicas e comuns que garantem o bom funcionamento e a saúde do coração. Deixando de lado os marcapassos, cada vez mais precisos e duradouros, o coração tem funções além da mecânica material. Ele serve como uma ponte vital entre o corpo e o espírito nele contido.

Modos

A questão aqui é simples e resume-se a observar um fato evidente. Sensações, sentimentos, pressentimentos de angústia, alegria e tantas outras experiências etéreas captadas ao nosso redor são impressas no coração. Isso acaba provocando sentimentos físicos de aperto no coração ou de expansão e alegria.

Segredos

Além disso, o coração é luz e habita as esferas do mundo esotérico. Ele é considerado um centro de energia vital e emocional do ser humano na espiritualidade.Nesse campo, os místicos dizem que é por meio do coração que entramos em contato com o divino. Isso possibilita experiências profundas como paz interior e amor incondicional.

Para quem tem emprego

Estatísticas médicas globais mostram que a incidência de ataques cardíacos é substancialmente maior nas primeiras horas da manhã de segunda-feira. O aumento do hormônio do estresse (cortisol) ao transitar do descanso para a rotina de trabalho é o principal fator catalisador.

Fica a dica

Dizem, com toda a razão, que quem é alegre adoece menos e vive muitos anos. Por que seria isso? O fenômeno é fácil de entender quando se observa que a alegria não parte da cabeça, mas, sim, do peito. Tudo vai melhor

A frase que foi pronunciada:
"Se eu roubei teu coração,
é porque te quero bem."

Canção popular

História de Brasília

Os carros da polícia, em número tão grande, e que trafegam naquele trecho bem que poderiam passar por um local limpo.
(Publicada em 27/5/1962)

AFP



Lula cobra AÇÃO GLOBAL

Na abertura do segmento de alto nível da COP31, na Turquia, presidente lamenta a falta de urgência da agenda climática, em detrimento de tensões geopolíticas, e pede a líderes mundiais para voltarem a priorizar o tema

» PALOMA OLIVETO

No primeiro discurso internacional após a vitória no segundo turno das eleições brasileiras, Luiz Inácio Lula da Silva cobrou que a crise climática volte a ocupar o centro das discussões globais. Abrindo a cúpula de líderes da COP31, a conferência do clima realizada em Antália, na Turquia, o presidente lamentou que, em meio ao agravamento das tensões geopolíticas, à crise energética e ao endividamento mundial, as principais potências tenham recuado na agenda ambiental.

Realizada ontem e hoje, a cúpula desta edição tem uma participação reduzida de chefes de Estado e de governo das maiores economias mundiais. Somente um representante do G7 compareceu, o primeiro-ministro britânico, Andy Burnham. Os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, ficaram de fora, pois o país abandonou o Acordo de Paris, medida oficializada há 10 meses. Já a China, maior emissor mundial de gases de efeito estufa, enviou o vice-presidente Han Zheng à Turquia.

Bastante rouco, Lula destacou que as mudanças climáticas perderam espaço nos debates globais no momento em que os desafios ambientais exigem maior cooperação multilateral. "Nas reuniões do G7 e do G20, fóruns que unem os maiores emissores mundiais de gases do efeito estufa, a preocupação se tornou um silêncio. Passamos a falar mais de armas e tarifas do que da sobrevivência das futuras gerações", disse. Como parte do discurso, o presidente comentou sua reeleição, que atribuiu a um "projeto de país comprometido com a democracia e a proteção ambiental".

"O povo brasileiro empunhou as armas da democracia, confrontou aqueles que negam as evidências da ciência, que ameaçam a sobrevivência da maior floresta tropical, da maior biodiversidade e da maior reserva de água doce do mundo", afirmou o presidente. Aos 81 anos, Lula derrotou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na disputa pelo quarto mandato.

Injustiças

No discurso, o brasileiro destacou que a crise climática tem um importante recorte social. "A crise climática é, também, uma crise de injustiças. Injustiças de classe, gênero e raça e injustiças entre os países. Os países ricos se desenvolveram às custas do planeta e devem cumprir seus compromissos". Lula emendou dizendo que o Brasil seguirá empenhado na agenda ambiental. "O Brasil está de volta para defender a continuidade de um planeta saudável".

Ao comentar a fala de Lula, o chanceler britânico, Ed Miliband, classificou o resultado das eleições brasileiras como "uma vitória pela ação climática". O presidente da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, também elogiou Lula, a quem chamou de "um exemplo de resiliência".

Para Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima, as falas de Lula tocaram em pontos essenciais na abertura do segmento de alto nível da COP31. "Ele destacou o quanto os eventos climáticos extremos aprofundam as desigualdades, o racismo e as injustiças, além de serem uma máquina de fabricar pobreza", diz. "Também chamou a atenção para a necessidade de os países que estão aqui na conferência escutarem mais a ciência. Lula foi direto ao ponto e fez a cobrança para que os países façam mais esforços e entreguem mais, ou serão os mais pobres e as nações em desenvolvimento que vão pagar o maior preço por um clima em desequilíbrio."

Florestas

Além do Mapa do Caminho para eliminação dos combustíveis fósseis, apresentado na terça-feira, o presidente brasileiro insistiu na importância de outro mecanismo que surgiu na COP30, em Belém (PA), o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Liderado pelo Brasil, o projeto remunera países que mantêm as florestas tropicais de pé. "Belém também deixou a lição de que soluções inovadoras são possíveis quando há vontade política", discursou. "O TFFF conseguiu angariar o apoio de dezenas de países e está perto de reunir os investimentos necessários para iniciar sua operação. O apoio de novos parceiros é bem-vindo para que o mecanismo atinja seu pleno potencial."

Ontem, uma coalizão de fundações filantrópicas anunciou o compromisso de investir US$ 88 milhões no TFFF. A Holanda reafirmou a intenção de aportar até US$ 500 milhões ao mecanismo, juntando-se ao Brasil, à Indonésia, à Noruega, à Alemanha, à França, a Luxemburgo e ao Reino Unido. "Os compromissos financeiros oficializados por países e filantropias reforçam o apoio internacional ao mecanismo e representam um passo importante para viabilizar sua implementação", avalia Karen Oliveira, diretora de Políticas Públicas da *The Nature Conservancy* (TNC) Brasil e cofacilitadora da Coalizão Brasil.

Para Oliveira, a adesão ao TFFF na COP31 poderá ampliar os resultados já alcançados e fazer com que a conservação gere "renda, oportunidades e melhores condições de vida para as pessoas". "Para isso, precisamos transformar a ambição política em investimentos e ações concretas, capazes de produzir resultados duradouros para o clima, a natureza e a sociedade."

Confiança

Em um comunicado, o WWF Internacional também comemorou o fortalecimento do TFFF. "A adesão de organizações filantrópicas de destaque ao TFFF representa um importante voto de confiança na visão e no potencial do Fundo", afirmou Kirsten Schuijt, diretora-geral da organização não governamental. "Ao apoiar o TFFF nessa etapa crucial, essas instituições ajudam a demonstrar que um novo modelo de financiamento para a conservação das florestas é confiável e viável. O apoio deve ampliar a confiança de governos, investidores institucionais e outros parceiros de que o TFFF pode se tornar uma fonte transformadora de recursos de longo prazo para as florestas tropicais".

O diretor-executivo do WWF-Brasil destaca que a proteção das florestas tropicais não é apenas uma responsabilidade nacional, mas uma prioridade global. "O TFFF é uma oportunidade de transformar a maneira como o mundo valoriza e financia as florestas em pé, reconhecendo sua contribuição fundamental para a estabilidade climática, a biodiversidade e o bem-estar de milhões de pessoas", acredita Mauricio Voivodic. "Agora, precisamos dar continuidade a esse movimento, assegurando compromissos de longo prazo e mobilizando recursos em escala suficiente para garantir que as florestas tropicais continuem preservadas para as próximas gerações."

Em um evento específico sobre a preservação das florestas tropicais, realizado mais tarde, Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu ler seu discurso. Sem voz, o presidente deixou a tarefa a cargo do ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Além de voltar ao tema do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), o brasileiro apresentou resultados de sua política ambiental na Amazônia. O desmatamento na região caiu no último ano ao menor patamar em quase quatro décadas.

Flickr/Divulgação



Floresta amazônica: mecanismo defendido pelo Brasil prevê recompensa para preservar ecossistemas tropicais

Preço da floresta de pé

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) é uma iniciativa liderada pelo Brasil para remunerar financeiramente países que conservam suas florestas tropicais. O mecanismo foi lançado durante a COP30, em Belém, e é uma das principais apostas brasileiras para ampliar o financiamento internacional da proteção florestal.

Como funciona
- Combina recursos de governos e entidades filantrópicas com investimentos privados. O capital será aplicado em uma carteira diversificada de investimentos. Os rendimentos obtidos financiarão pagamentos anuais aos países que cumprirem metas de conservação florestal.

Quem pode receber
- Países em desenvolvimento que abrigam florestas tropicais e atendam aos critérios de conservação estabelecidos pelo mecanismo.

Fiscalização
- O desempenho dos países será monitorado por imagens de satélite, com verificação da cobertura florestal e dos índices de desmatamento e degradação. Aqueles que ultrapassarem os limites estabelecidos poderão sofrer descontos nos pagamentos.

Valor
- O modelo prevê pagamentos de US$4 por hectare de floresta conservada, com descontos para áreas desmatadas ou degradadas.

Povos indígenas
- Pelo menos 20% dos recursos recebidos pelos países deverão ser destinados a povos indígenas e comunidades locais.

Meta
- A meta inicial é captar US$ 10 bilhões em compromissos de países patrocinadores. A ambição de longo prazo é mobilizar US$ 125 bilhões, combinando capital público e privado.

Recursos anunciados
- Antes da COP31, o TFFF contabilizava US$ 7,8 bilhões em compromissos de governos. Entre os aportes recentes estão US$ 500 milhões dos Países Baixos e aproximadamente US$ 540 milhões do Reino Unido. Ontem, uma coalizão de organizações filantrópicas anunciou a intenção de investir mais US$ 88 milhões.

Desafio
- Garantir que os compromissos financeiros se transformem em recursos efetivos, fiscalização dos resultados e distribuição dos benefícios às populações que vivem e protegem as florestas.

Fontes: Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente e Banco Mundial

Palavra de especialista

Coalizão Brasil/Divulgação



Conservação e desenvolvimento

"Os discursos do presidente Lula na COP31 reforçam uma mensagem importante: é possível conciliar conservação ambiental, produção e desenvolvimento econômico, colocando as pessoas no centro das soluções. A redução histórica do desmatamento no Brasil, com queda de 71% na Amazônia entre 2022 e 2026 e avanços também no Cerrado, ocorreu em um período de aumento de produtividade agropecuária, mostrando que proteger a natureza e produzir mais não são objetivos incompatíveis. Esses resultados demonstram que temos condições de elevar a ambição das ações de conservação e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os Mapas do Caminho para a transição dos combustíveis fósseis e para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal representam uma oportunidade de transformar os compromissos internacionais em ações concretas, com metas, investimentos e políticas capazes de acelerar os resultados. O presidente também trouxe uma reflexão fundamental sobre a necessidade de transformar os avanços ambientais em benefícios concretos para a população, especialmente para quem vive nas florestas e contribui diretamente para sua proteção. Combater a pobreza, ampliar o financiamento e fortalecer os compromissos climáticos são esforços que precisam caminhar juntos.

Karen Oliveira, *diretora de Políticas Públicas da The Nature Conservancy (TNC) Brasil e cofacilitadora da Coalizão Brasil*

» Cortes significativos

O Observatório do Clima apresentou, em Antália, na Turquia, novos dados do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), documento elaborado pela rede brasileira de monitoramento das mudanças climáticas. Segundo os autores, a meta de emissões do país para 2015 era 1,32 bilhão de toneladas líquidas de CO2, mas a estimativa do OC é a de que foram emitidas 1,4 bilhão. Porém, o observatório destacou que a redução do lançamento de poluentes na atmosfera foi significativa nos últimos três anos, puxada pelo controle do desmatamento. A redução foi de 7,5% em 2023, 13% em 2024 e 6% em 2025. No total, 660 milhões de toneladas de CO2 deixaram de ser emitidas no período. De acordo com a avaliação, se o restante do mundo tivesse feito cortes na mesma proporção, seriam 12 bilhões de toneladas a menos de gases de efeito estufa, o equivalente a um ano de emissões da China.

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

TRÂNSITO/ Decisão do juiz Carlos Maroja determina que o limite da via passe de 80km/h para 60km/h, alegando que a pista é perigosa e as passagens de pedestres malcuidadas. Especialista afirma que tempo gasto pelo motorista aumentará pouco. GDF vai recorrer

Justiça manda reduzir velocidade no Eixão

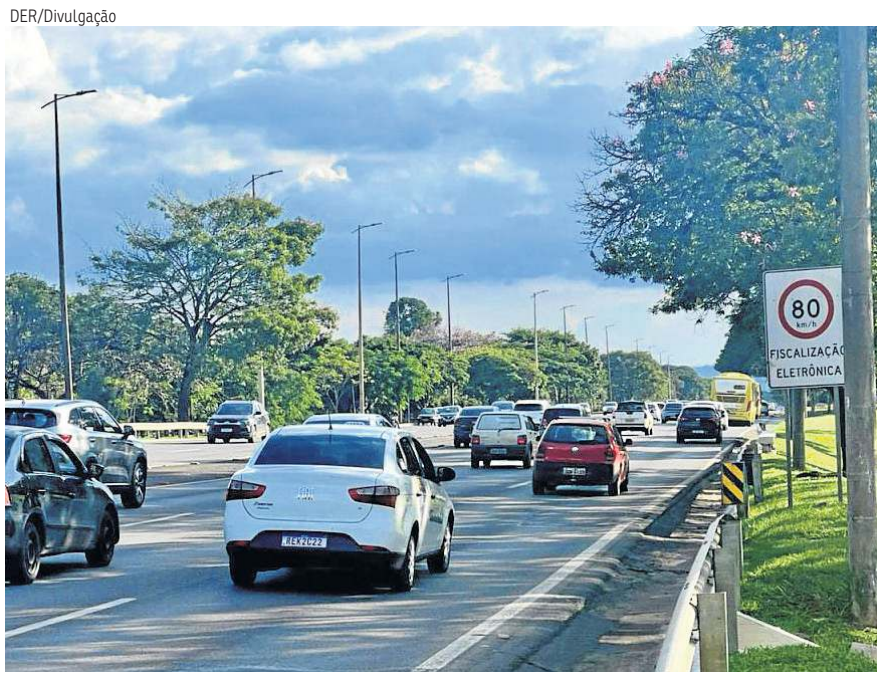
» ANA MARIA CAMPOS
» ADRIANA BERNARDES

Ed Alves CB/DA Press



Na decisão, juiz Carlos Maroja ressaltou "a alta periculosidade da pista e o estado inóspito e inseguro das passarelas subterrâneas no Eixão"

DER/Divulgação



Redução resultaria num acréscimo de cerca de 5 minutos para percorrer toda a via

Uma decisão proferida pela Justiça do Distrito Federal vai alterar radicalmente a rotina de trânsito do Plano Piloto. O juiz Carlos Maroja, da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Agrário do DF, determinou a redução da velocidade máxima do Eixo Rodoviário (DF-002), o Eixão, de 80 km/h para 60 km/h. A decisão também torna obrigatória a instalação de semáforos com dispositivo de acionamento por pedestres ao longo da via. Pela decisão, a mudança entra em vigor em até 60 dias e prevê outras ações ao longo da rodovia.

A sentença é uma resposta à Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), sob a responsabilidade do promotor de Justiça Dênio Augusto de Oliveira Moura, da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística. Além da redução da velocidade, a Justiça prevê a instalação de semáforos, e campanha educativa sobre a mudança do limite da via. (leia quadro com o que muda o Eixão).

A governadora Celina Leão (PP) afirmou, ontem, que o Governo do Distrito Federal (GDF) vai recorrer para tentar reverter a sentença do juiz Carlos Maroja. O diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), Fauzi Nacfur, sustenta que tem dados técnicos para embasar a definição da velocidade máxima no Eixão. "Temos estudos que indicam que a velocidade ideal no local é 80km/h", afirmou.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) apontou, nas alegações finais do processo, que a redução da velocidade para 60 km/h provocará "impactos sistêmicos sobre a mobilidade urbana, o transporte coletivo e a configuração urbanística do Plano Piloto".

Multa

No documento a que o **Correio** teve acesso com exclusividade, o magistrado Carlos Maroja define que as medidas definidas no processo deverão ser cumpridas pelo GDF, Novacap, Detran-DF, DER-DF, CEB Iluminação Pública e Serviço de Limpeza Urbana (SLU). O não cumprimento das determinações acarretará multa diária de R$ 10 mil.

Ao fundamentar a decisão, o juiz Carlos Maroja ressaltou duas premissas centrais sobre o Eixão: a alta periculosidade da pista e o estado inóspito e inseguro das passarelas subterrâneas, "malcuidadas, perigosas, insalubres, com escadarias íngremes e inteiramente inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, como portadores de deficiência e idosos".

Na sentença, ele cita relatórios da Polícia Civil do Distrito Federal com dados de vítimas de sinistros de trânsito entre 2022 e 2025: foram 264 pessoas, com 20 mortes e 244 feridos. Durante a tramitação da ação, iniciada em 2024, novos atropelamentos fatais foram reportados, reforçando o caráter de urgência do problema.

O outro ponto destacado pelo magistrado diz respeito às passagens subterrâneas, classificadas como ineficazes para garantir a segurança dos pedestres. Além de possuírem escadarias e rampas íngremes que impedem ou dificultam o acesso de idosos e de pessoas com deficiência, o traçado em curvas ("em L") e o abandono transformaram esses locais em pontos com elevado índice de criminalidade, registrando 223 ocorrências criminais (incluindo roubos, homicídio e estupro) no mesmo período, segundo consta na sentença.

De acordo com o juiz Maroja, devido à insalubridade e à insegurança dos túneis, a travessia de pedestres em nível pela pista de alta velocidade tornou-se uma realidade inevitável, exigindo a intervenção estatal para salvar vidas.

Enquanto a ação, ajuizada em 2024, estava em tramitação, o Ministério Público informou ao magistrado a notícia de mais duas mortes e o atropelamento de um ciclista. Em 20 de outubro, menos de um mês antes da sentença, a jovem Yasmin Cristine Ribeiro dos Santos, de 18 anos, perdeu a vida em um atropelamento no Eixão Norte.

A decisão rebateu os argumentos do Distrito Federal de que a mudança comprometeria a fluidez do tráfego ou que a instalação de semáforos violaria o tombamento urbanístico da capital. Consta na sentença que, em suas alegações finais, o Distrito Federal afirmou que as passarelas se propõem a "assegurar a plena segregação dos fluxos por meio de passagens subterrâneas eficientes, iluminadas e seguras". Ao que o magistrado ponderou: "Contudo, desde que foram instaladas, é fato notório que os adjetivos 'eficientes, iluminadas e seguras' definitivamente não são aplicáveis às passarelas do Eixão…".

A proposta de redução da velocidade máxima do Eixão foi debatida em audiências públicas, fato citado pelo juiz Maroja na sentença, com destaque para a contribuição do professor da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Cesar Marques da Silva, especialista em engenharia de tráfego: "...demonstrou que a redução na velocidade da via dos atuais 80 km/h para 60km/h ocasionaria redução da periculosidade, tanto por propiciar aos motoristas maior controle dos veículos, como pelo menor potencial de danos às vítimas quando atingidas por um veículo em menor velocidade. Em compensação, tal redução resultaria num acréscimo de cerca de 5 minutos para se percorrer todo o trajeto do Eixão, de uma ponta a outra, um sacrifício razoável em troca da redução da letalidade da via".

Logo em seguida, o magistrado pontuou que, durante os debates, um cidadão ponderou que quanto maior a velocidade, maior o número de veículos na via, de modo que uma pista "com a velocidade máxima de 80km/h permite o fluxo de 80 mil veículos, ao passo que uma via de 60km/h comporta apenas 60 mil veículos". Mas, segundo o juiz, a conta foi apresentada "sem referência ou maiores demonstrações sobre a suposta correlação matemática de 10 mil veículos a cada 10km/h a mais de velocidade".

Em outro trecho, cita estudos de segurança no trânsito que tratam dos limites biológicos do corpo humano a colisões, e que demonstram que, quanto maior a velocidade, menor a chance de sobrevivência. "...numa colisão a 30 km/h, o pedestre tem 90% de chance de sobreviver; a 40km/h, a chance cai para 70%; a 50km/h ou mais, a chance se reduz a menos de 20%..."

Ânsia da velocidade

Antevendo a repercussão negativa da redução da velocidade do Eixão entre os motoristas habituados dirigir a, no mínimo, 80 km/h, o magistrado citou que a medida pode causar "um desconforto" aos condutores, "pela perspectiva de cerceamento de sua suposta liberdade de acelerar seus veículos numa via aberta, com poucos obstáculos, em caso de alteração da calamitosa situação atual da via".

Maroja ressalta que a questão é importante, "pois toca numa nota marcante da sociedade contemporânea: a ânsia da velocidade, definidora do que o filósofo e urbanista Paul Virilio denominava 'dromocracia'".

"O modo de vida capitalista, inegavelmente vitorioso nos dias atuais, não apenas estabelece a ditadura do relógio, mas constitui a vida a partir da urgência, da gratificação imediata oferecida por estímulos cada vez mais rápidos e superficiais. Afinal, parafraseando Virilio, 'se tempo é dinheiro, velocidade é poder'.

Tombamento

Na decisão, o juiz destacou que a alternativa da segregação de fluxos por meio de muretas ou cercas — como ocorre na Via Estrutural — criaria uma barreira física incompatível com a escala monumental e a livre circulação de pedestres do Plano Piloto. Assim, a combinação de semáforos acionados por pedestres e velocidade reduzida firmou-se como a única solução técnica e juridicamente viável.

O que muda no Eixão

» **Redução da velocidade de 80km/h para 60 km/h (incluindo o Trevo de Triagem Norte) e readequação da fiscalização eletrônica**
Prazo: 60 dias
Órgãos responsáveis: Distrito Federal, DER-DF e Detran-DF
Multa diária: R$ 10.000,00

» **Campanha de publicidade e sinalização dando ampla divulgação ao novo limite de velocidade na via**
Prazo: 30 dias
Órgãos responsáveis: Distrito Federal, DER-DF e Detran-DF
Multa diária: R$ 10.000,00

» **Elaboração de Projeto de Mobilidade e Acessibilidade, incluindo a instalação obrigatória de semáforos e cronograma executivo**
Prazo: 180 dias
Órgãos responsáveis: Distrito Federal, Novacap e DER-DF
Multa diária: R$ 10.000,00

» **Convocação de Audiências Públicas para debater o projeto de mobilidade e semáforos com a população**
Prazo: Convocação em 30 dias e realização em até 180 dias
Órgãos responsáveis: Governo do Distrito Federal
Multa diária: R$ 10.000,00

» **Plano de ações para passarelas subterrâneas, contemplando limpeza, iluminação, manutenção de drenagem e policiamento ostensivo**
Prazo: Apresentação em 60 dias e implementação em até 60 dias após exibição
Órgãos responsáveis: Novacap, CEB-IPES, SLU e Polícia Militar do DF
Multa diária: R$ 10.000,00

Para saber mais

A dromocracia — do grego dromos (que significa corrida, rapidez ou agilidade) e cracia (poder ou governo) — é o conceito sociológico popularizado no Brasil pelo pesquisador Eugênio Trivinho que descreve a sociedade contemporânea governada pelo imperativo absoluto da velocidade e pela subordinação às tecnologias digitais. Fundamentada na aceleração contínua da informação em tempo real, essa lógica impõe um ritmo frenético ao trabalho, ao lazer e às relações humanas, dividindo os indivíduos entre os dromoaptos, capazes de acompanhar essa exigência extrema de produtividade, e os dromoinaptos, que acabam marginalizados ou sobrecarregados pelo esgotamento mental gerado pela civilização mediática avançada.

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Corta, mas nem tanto

O secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, conhecido por seus colegas de secretariado como o "Mãos de Tesoura", porque não libera o caixa para os pagamentos, na verdade ganha uma fama injusta. É que, desde a sua chegada, em abril, o economista goiano está sendo obrigado a segurar os repasses de recursos para as secretarias por falta de "orçamento", e não por falta de dinheiro ou por avareza dele.

Difícil explicar

Em outras palavras, para liberar os recursos, o secretário de Economia precisa ter previsão orçamentária para pagar as despesas já empenhadas pelas secretarias. Como todas elas, juntas, gastaram R$ 5 bilhões entre janeiro e março deste ano para quitar os chamados DEAs (Despesas de Exercícios Anteriores), referentes a 2024 e 2025, ficaram com pouca disponibilidade orçamentária para honrar os compromissos atuais.

O malabarista

Isso tem obrigado Valdivino a atuar como um verdadeiro malabarista do orçamento. Para garantir o pagamento das despesas de todo o secretariado, ele analisa cada caso e busca alternativas dentro da lei para quitar as dívidas com os prestadores de serviços do GDF. O que é difícil explicar — e até mesmo fazer os secretários e a população entenderem — quando Valdivino diz que o governo deve fechar o ano com superavit de R$ 3 bilhões.

Crédito no mercado

O crédito de Valdivino, porém, vem de experiências anteriores. Em Goiânia, onde também encontrou uma situação semelhante nas contas públicas, conseguiu organizar as finanças e encerrar sua gestão com superavit. É justamente essa experiência que alimenta a expectativa da governadora Celina Leão (PP) de que consiga repetir o resultado no Distrito Federal, apesar das dificuldades atuais.

Brasília acolhe Claudia Vilhena



Divulgação

Claudia Vilhena sempre gostou de voar. Da aviação, onde voou pela Transbrasil, Claudinha hoje ajuda crianças e adolescentes a voarem pela vida. Há três décadas, Maria Cláudia de Vilhena Morais acolhe crianças candangas em situação de vulnerabilidade numa instituição modelo: o Abrigo Nosso Lar, no Núcleo Bandeirante. Ontem, a Câmara Legislativa prestou uma homenagem a essa paulistana que se dedica ao DF em duas frentes: apoio a adolescentes em risco e no combate à insegurança alimentar. Cláudia Vilhena também gerencia o Programa "Sesc Mesa Brasil", que integra uma rede nacional de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Empresas querem participar do debate sobre consórcio de transporte do Entorno

Durante a campanha, a governadora Celina Leão (PP) afirmou que o consórcio para gestão do transporte do Entorno deve ser implementado em 2027. Com interesse em participar das discussões, a Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros (Anatrip) tem pedido para que os governos envolvidos esclareçam o cronograma previsto, as fontes de financiamento e subsídio, a distribuição das responsabilidades entre os entes federativos, o tratamento dos passivos existentes e as medidas destinadas a garantir a continuidade e a segurança jurídica dos serviços atualmente prestados.

Aposentadoria do sofá



GDF/Divulgação

A governadora Celina Leão ainda não fechou o "decretão" que vai mudar o seu governo em 1º de janeiro de 2027, mas tomou uma decisão mobiliária: vai aposentar o sofá da antessala da residência oficial de Águas Claras, dos tempos da última gestão do governador Joaquim Roriz, no período 2002-2006. O móvel está preservado, mas seus assentos estão bastante desgastados. "Fica muito ruim sentar nele porque afunda", justificou a governadora ao chamar alguns secretários para a mesa principal de Águas Claras para uma reunião sobre orçamento. "Eu vou aposentá-lo. Ele está aí desde os tempos de Roriz", brincou com os auxiliares diretos. Quem acompanhou o governo Roriz se lembra de que ali muitos assuntos importantes, costuras políticas e decisões foram tratados. Quem tinha assento no sofá de Águas Claras era interlocutor privilegiado de Roriz.



Tiago Hardman / Agência CLDF

Tema do Enem em aulão da Defensoria

A 9ª edição do aulão gratuito de redação da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) antecipou o tema cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026. A atividade ocorreu na quinta-feira (5/11), na Câmara Legislativa, em parceria com o Colégio Escrita Única. No domingo (8/11), os mais de 500 estudantes participantes encontraram na prova a proposta sobre a valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal. O encontro também contou com a participação de um médico. O profissional contribuiu para ampliar a discussão sobre o SUS e a importância do sistema como uma das principais políticas públicas do país.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*



Operação Compliance Zero

BRB na Justiça contra ex-gestores

Ação contra sete investigados busca ressarcimento de prejuízos relacionados a operações de crédito com o Banco Master

» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília (BRB) entrou com uma ação de responsabilidade civil na Justiça de Brasília contra sete ex-administradores da instituição, em busca do ressarcimento dos prejuízos relacionados a operações de crédito realizadas com o Banco Master.

Os réus da ação são: o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa; a ex-diretora executiva do BRB, Cristiane Maria Lima Bukowitz; o ex-diretor de Finanças e da Controladoria do BRB, Dario Oswaldo Garcia Júnior; ex-diretora Executiva de Controles e Riscos do BRB, Luana de Andrade Ribeiro; o ex-diretor executivo de Atacado e Governo do BRB, Diogo Ilário de Araújo Oliveira; ex-diretor executivo de Tecnologia do BRB, José Maria Correa Dias Junior; e Marcelo Talarico, ex-membro do Conselho de Administração da Companhia.

Na ação, o BRB requer a responsabilização civil dos ex-administradores por atos praticados no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes no sistema financeiro. Além de pedir a reparação dos danos patrimoniais alegados, a companhia solicitou à Justiça, em caráter liminar, o bloqueio dos bens dos ex-administradores envolvidos e a indisponibilidade dos seis imóveis.

A ação também envolve seis empresas — Allora S.A., Lenore S.A., Stanza S.A., Domani S.A., Chesapeake S.A. e Milano S.A. — às quais estão vinculados seis imóveis localizados em empreendimentos de São Paulo e do Distrito Federal. Segundo elementos da investigação da Polícia Federal citados no processo, os imóveis, formalmente registrados em nome dessas empresas, teriam sido destinados a um ex-administrador da companhia e a familiares dele como vantagem indevida no contexto das operações com o Banco Master.

Com a medida, a instituição financeira informou que busca recompor seu patrimônio e resguardar os interesses de seus acionistas. A ação, segundo o BRB, foi fundamentada em apurações conduzidas pelo próprio banco, além de documentos e informações encaminhadas às autoridades competentes.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ação também envolve seis empresas às quais estão vinculados imóveis localizados em São Paulo e no DF

Na tentativa de reforçar o compromisso com confiança do mercado e dos acionistas do BRB, a atual administração informou que substituiu integralmente a Diretoria Executiva da instituição, revisou estruturas e processos de controle, fortaleceu os mecanismos de governança e conformidade e implementou medidas para ampliar a supervisão e a gestão de riscos.

De acordo com o BRB, a ação judicial tem carater independente dos processos em curso na esfera criminal, administrativa e de controle, e que o "ajuizamento não implica juízo antecipado sobre a responsabilidade dos demandados, a ser apurada no curso do processo judicial, com observância do contraditório e da ampla defesa".

Além disso, a instituição afirmou que o processo integra um conjunto de iniciativas voltadas à apuração dos fatos, à responsabilização dos envolvidos e à recuperação de recursos para o patrimônio do banco.

A ação foi autorizada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de agosto.

Pedido ao STF

Em 5 de novembro, conforme publicou a coluna *Capital S/A*, a Procuradoria-Geral do DF pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que R$ 2,2 bilhões bloqueados nas contas de Henrique Vorcaro, pai do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, sejam transferidos imediatamente para Banco de Brasília (BRB). O pedido foi encaminhado para o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, e não há prazo para a decisão.

Na petição, o GDF apontou a preocupação em ter de recompor, com recursos do Tesouro distrital, a solidez patrimonial do banco.

Henrique Vorcaro, preso há seis meses, é um dos investigados na Operação Compliance Zero, que apura o caso Master, e teve o valor bloqueado por determinação da Justiça. Ele está preso há seis meses.

A PGDF alegou que o governo local é um dos acionistas do BRB, e que está arcando com o próprio patrimônio público, os efeitos do dano causado ao banco: "a desvalorização de sua participação acionária, a redução dos resultados e dividendos que lhe cabem e o risco de ter de recompor, com recursos do Tesouro distrital, a higidez patrimonial de instituição financeira pública."

»Entrevista | **RICARDO VALE** | DEPUTADO DISTRITAL (PT)

Aponte a câmera para assistir a entrevista completa

"Muito difícil o Wellington perder"

Ao *CB.Poder*, parlamentar fala sobre a correlação de forças na disputa pela presidência da Câmara Legislativa do DF

» LUIZ FRANCISCO*

As articulações para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), os desafios da oposição ao governo de Celina Leão e as discussões sobre o Orçamento de 2027 foram alguns dos assuntos abordados pelo deputado distrital Ricardo Vale (PT-DF), durante entrevista ao CB.Poder — *parceria entre o* ***Correio Braziliense*** *e a TV Brasília — de ontem. Na conversa com as jornalistas Adriana Bernardes e Ana Carolina Alves, o parlamentar falou sobre o fim da escala 6x1 para trabalhadores terceirizados da Casa, cobrou a implementação de leis de enfrentamento à violência contra as mulheres e criticou a falta de transporte escolar que afetou cerca de 15 mil estudantes da rede pública do DF.*

O que muda, na prática, com regras aprovadas para a eleição na CLDF?

O que a Câmara Legislativa fez ontem foi adequar o que já acontece na Câmara Federal e no Senado Federal, que não permitia a reeleição na própria legislatura, ou seja, houve uma mudança na legislatura passada que permitiu a reeleição durante aquele exercício, durante aquela legislatura. Na minha avaliação, o erro foi ali. Nós estamos corrigindo o erro, isso é uma coisa. Nós estamos voltando ao que era antes dessa mudança, que permite a reeleição só de uma legislatura para outra.

Para a disputa da presidência da CLDF, quais são os nomes?

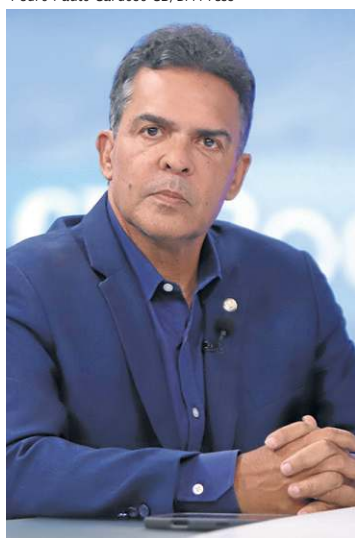
Tem dois nomes colocados. Nos bastidores, a gente escuta que tem o Wellington Luiz (MDB), que é o atual presidente, que tem um respeito muito grande pelo conjunto dos parlamentares, seja de esquerda, pela direita, seja pela extrema-direita, todo mundo gosta dele. Surgiu também o nome do Eduardo Pedrosa (União Brasil), que também é um quadro muito respeitado na Câmara Legislativa.

Como está a distribuição dos partidos nesses dois blocos?

Tem 14 deputados querendo a recondução do atual presidente Wellington Luiz e tem o outro bloco que, se não me engano, de uns sete ou oito deputados que estão trabalhando para que seja o Eduardo Pedrosa. Eu acho que é muito difícil o Wellington perder, caso queira disputar a presidência. Até pela relação que ele tem com o conjunto de parlamentares, principalmente da atual legislatura, o carinho que ele tem, o respeito que ele tem, ele conseguiu equilibrar as forças, ele conseguiu dar espaço para todos os partidos, para todos os deputados, e isso tem um peso muito grande.

A falta de transportes escolares afetou cerca de 15 mil crianças ontem. O senhor sabe o que aconteceu?

Eu entrei em contato com a



Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press

Secretaria de Educação, conversei com o secretário Isaías, ele me passou as informações, minimizou um pouco o problema, dizendo que teve atraso no pagamento, mas que está sendo regularizado. Mas é um tipo de coisa que não pode acontecer. A educação tem que ser prioridade no Estado. Não é possível a gente deixar sem aula.

Como o senhor vê o papel da oposição na CLDF como um todo?

A oposição na Câmara Legislativa, particularmente no meu trabalho, eu sou um deputado de oposição de muita responsabilidade. Veja, eu liguei para a Secretaria de Educação para pegar as informações. Não basta a gente só ficar reclamando, enfim, pegando as demandas que chegam da comunidade. Então, eu sempre procuro saber o que está acontecendo. É inadmissível uma coisa dessa. Atrasar pagamento de empresas de transporte, é inadmissível a quantidade de pessoas na fila dos hospitais esperando uma consulta, uma cirurgia, uma UTI. E a gente tem que fazer oposição, tem que cobrar, mas é preciso que o governo dialogue com a gente e explique onde é que estão os problemas.

Hoje, como está o fim da escala 6x1 na Câmara Legislativa?

A gente acabou com a escala 6x1, na verdade, a maioria trabalha 44 horas, porque domingo, eles não trabalham ali e, sábado, muito pouco. A gente diminuiu de 44 horas para 40 horas, lá já está funcionando, e você precisa ver a alegria das mulheres, sobretudo as mulheres que chegam mais cedo em casa, ficam mais tempo com seus filhos e têm mais tempo para estudar.

Em relação à violência contra a mulher, onde o Estado está falhando na proteção das vítimas?

O Estado está falhando muito. Na Câmara Legislativa, a gente apresenta muitos projetos de lei, a gente sabe que já existe a Maria da Penha, que leva o agressor e feminicida para a cadeia, mas parece que isso não resolve. Então, têm muitos projetos que a gente aprova e o governo não coloca em prática.

***Estagiário sob supervisão de Márcia Machado**

PALESTRA

Psicologia para compreender a violência

» MANUELA SÁ*

A psicóloga Elisa Walleska Krüger, mestre e doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), falou ontem sobre o perigo de se referir a quem comete um crime como monstro. Em palestra sobre psicologia jurídica e forense, no Centro Universitário Unieuro, a especialista argumentou que se distanciar dessas pessoas pode impedir a compreensão dos fatores que levam à violência e dificultar estratégias para evitar que ela se repita.

Por esse motivo, ela destacou a importância da atuação de psicólogos no sistema de Justiça, especialmente em casos que envolvem violência. Segundo a presidente do Instituto Personna, compreender os fatores psicológicos relacionados a esses episódios é essencial para dar os encaminhamentos necessários. "Tudo que envolve violência tem psicologia, tem raiva, tem frustração, tem medo, tem ambição, tem máfia, tem corrupção. Tudo isso são fatores psicológicos. Então, a psicologia está presente sempre na violência e não tem como um psicólogo não entender o mínimo de psicologia jurídica forense", afirmou.

A especialista também defendeu que a formação do profissional contemple a disciplina de psicologia jurídica. Outro tema abordado foi o HCR-20, teste canadense utilizado na avaliação do risco de reincidência de comportamentos violentos. De acordo com Krüger, esse é um instrumento fácil e barato, ainda pouco utilizado no Brasil em relação ao resto do mundo.

A avaliação permite identificar fatores de risco e orientar estratégias para reduzir a possibilidade de reincidência, como o encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social para redes de apoio ou a indicação de tratamento psicológico, quando necessário. "Porque o risco de reincidência não mora só na pessoa, ele tem a ver com o ambiente onde a pessoa está", explicou.

A palestra marcou a apresentação da nova graduação em Psicologia do Unieuro, que será oferecida na unidade Asa Sul a partir de fevereiro de 2027.

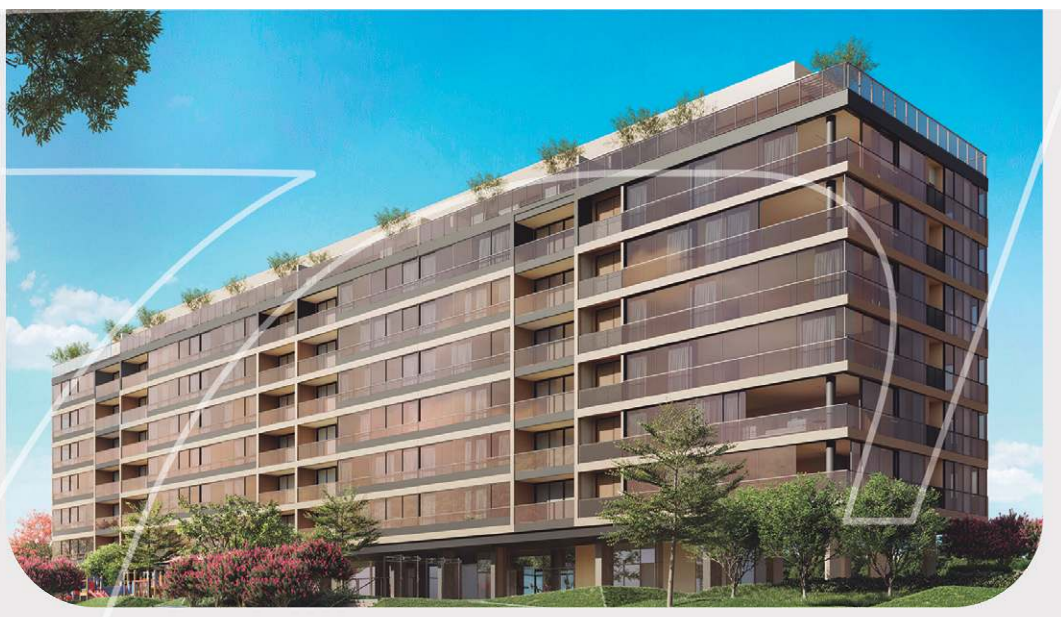
***Estagiária sob supervisão de Márcia Machado**



Manuela Sá/CB/DA Press

Elisa Walleska Krüger defende a disciplina de psicologia jurídica







ESCOLHER O SEU FAENGE É INVESTIR NO VALOR QUE PERMANECE.

Não deixe seus sonhos para depois.
Escolha o Faenge que mais combina com o seu momento e o seu futuro.

Noroeste, Águas Claras e Park Sul.

Studios, 1, 2, 3 e 4 quartos, coberturas e lojas

FAENGE EMPREENDIMENTOS | EMPRESA FILIADA À ADEMI DF

SEU IMÓVEL MERECE SER UM FAENGE

VISITE OS DECORADOS

CENTRAIS DE VENDAS 30202000



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

A ética da negociação

Confesso que eu tinha preconceito contra os americanos, mas fiquei amigo imediatamente de Everett Lee. Ele tinha três singularidades: a defesa brava do meio ambiente, a vocação para a amizade e o hábito de disparar os mais cabeludos vocábulos da língua portuguesa, com um sotaque indefectível de norte-americano: "PQP, vá #%@%!".

Logo que chegou ao Brasil, Lee tomou duas providências: 1) construiu uma casa de pedra em um condomínio, réplica da que morava no Texas; 2) convidou a secretária e o respectivo marido para um jantar. Pediu a eles que ensinassem os palavrões mais contundentes da língua portuguesa: "Eu precisava saber. Já pensou se me mandassem para aquele lugar e eu agradecesse: muito obrigado!".

Certo dia, apareci na casa do amigo americano: "PQP! Você veio na hora certa. Eu quero ser um 'cínico'". Eu disse: "Você já é o 'cínico', o xerife do condomínio." Então, ele cortou: "Aí é que você se engana. Metade gosta de mim, metade eu mandei para aquele lugar".

Comentei: já sei, tenho de chegar para aquelas pessoas que você mandou para aquele lugar e dizer: "É só uma forma carinhosa de se manifestar". Lee ficou entusiasmado, os olhos se acenderam com um brilho alucinado de alegria: "PQP!!! Eu sabia que você era meu amigo!". Ele não se elegeu porque não quis, mas era do Texas e continuou a ser o xerife do condomínio.

Em outro momento, observei que o Lee tinha dois pés de manga carregados de fruta madura: "PQP! Pode pegar um caminhão de manga, você é meu amigo." Mas o Lee também tinha um pedido e uma proposta a fazer: "Negócio é o seguinte: eu arranjei uma namorada que morava em uma casa no Lago Norte e tem móveis muito grandes. A sua casa é grande e não tem móveis. Eu posso guardar os móveis em sua casa por algum tempo?"

De fato, eu estava construindo a casa e vendi todos os móveis. Expliquei: era preciso falar com a patroa e tenho certeza de que ela não vai gostar nada da ideia. É muito franca, não dá voltas para desconversar, diz tudo na lata. Ele replicou, com decisão: vamos lá agora. Lee argumentou e recebeu um não fulminante, como eu havia previsto: "De jeito nenhum, eu gosto que as crianças brinquem à vontade. Elas vão pular em cima desses móveis e arrebentar com tudo".

Mas Lee não se abalou: "Deixa arrebentar com tudo, não tem importância. #&*@!!!" E, em seguida, ele deu uma aula de negociação que serviu de referência para mim pelo resto da vida e que eu gostaria fosse adotado em escala ampla. É com parâmetros corretos e generosos como esse que a gente pode pacificar o país; não é com valores impostos, enfiados goela abaixo: "PQP!!! Eu sou americano pragmático, negócio não pode ser bom só para um lado. Negócio tem de ser bom para as duas partes".

Vítima sofreu três perfurações, duas na região do abdômen e uma no braço. Outro policial atingido foi transferido para um hospital particular na terça-feira. Vídeo mostra os momentos de desespero durante o ataque no posto da 302 Sul

Baleado em van recebe alta

» DAVI CRUZ
» ANA CAROLINA ALVES

Três dias após o ataque a tiros cometido pelo soldado da Polícia Militar (PMDF) Bruno Cardoso dos Passos, 27 anos, dentro de uma van na 302 Sul, um dos homens baleados por ele recebeu alta hospitalar. Na madrugada do crime, a vítima, identificada pelas iniciais Y.V.S.S., sofreu três perfurações — duas na região do abdômen e uma no braço — passou por procedimentos cirúrgicos e recebeu atendimento multiprofissional no Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF). Apesar da liberação, continuará em acompanhamento ambulatorial na unidade. A informação foi divulgada pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF).

Outro policial militar que estava na van, Daniel Aquino, de 24 anos, também baleado pelo colega de farda, foi transferido para um hospital particular na terça-feira. Ele foi encaminhado em estado grave ao HBDF, com ferimentos no tórax e na cabeça, e passou por cirurgia. No domingo, o comandante do militar no 17º Batalhão, em Ceilândia, tenente-coronel Renato Moreira, afirmou que o jovem apresentava evolução clínica sem sequelas graves aparentes após o procedimento.



"O cirurgião me falou que não há risco de lesão cerebral porque o tiro passou a 'limpo'. Daniel é recém-chegado à corporação, há pouco mais de 40 dias. É um bom menino, todo mundo gosta dele. Estamos muito abalados", declarou o tenente-coronel na ocasião.

O Iges-DF acrescentou que, em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à privacidade dos pacientes, não serão divulgados detalhes adicionais dos prontuários clínicos.

Desespero

O **Correio** teve acesso às imagens de câmeras de segurança do posto de combustíveis da 302 Sul, que mostram o desespero dos passageiros durante o ataque a tiros cometido por Bruno. O grupo, formado por 16 pessoas, estava em uma van alugada para celebrar o aniversário do policial.

No primeiro registro, às 3h43, o veículo chega ao posto e para próximo ao calibrador de pneus. O motorista desce e abre a porta traseira para que os passageiros possam sair e circular pelo estabelecimento. Duas pessoas deixam a van.

Cerca de dois minutos depois, a tranquilidade dá lugar ao pânico. Passageiros começam a sair correndo do veículo. Um carro que estava sendo abastecido também deixa o posto rapidamente. Nas imagens, um motorista aparece se escondendo atrás de outro veículo para tentar se proteger.





Cedido ao Correio

Imagens de câmeras de segurança mostram Bruno Cardoso fugindo após atirar contra os amigos dentro de van

Um homem que já havia descido da van tenta voltar ao veículo, mas cai no chão ao, aparentemente, tentar desviar de algo. Ele e outras duas mulheres seguem novamente em direção à van, mas correm desesperadamente ao perceber Bruno saindo armado.

Em outro momento, as câmeras mostram o policial caminhando pelo posto, com a arma no bolso e o tênis sujo de sangue. Depois dos disparos, ele fugiu do local, mas foi localizado e preso em flagrante pela própria PMDF, poucas horas depois, no Parque da Cidade.

Cerca de 15 minutos após os disparos, a primeira ambulância e equipes da Polícia Militar chegam ao posto. Dois minutos depois, os socorristas deixam o local com um homem em uma maca. No mesmo momento, outras três ambulâncias do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) chegam para prestar atendimento.

Entre as vítimas, estavam a fisioterapeuta Alessandra Oliveira, 26, que morreu no local, e Caroline Martin de Oliveira, esposa do militar, atingida de raspão na cabeça.

Indiciamento

Bruno foi indiciado por homicídio consumado pela morte de Alessandra, tentativa de feminicídio contra a esposa e três tentativas de homicídio. A investigação apurou as circunstâncias dos tiros e os episódios de violência que antecederam o ataque.

Durante as investigações, o delegado-chefe da 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), Antônio Dimitrov, afirmou que os relatos colhidos indicam que o militar havia ameaçado diferentes pessoas antes de efetuar os disparos. O delegado descartou a hipótese de que as demais vítimas fossem apenas alvos acidentais de uma ação direcionada exclusivamente contra a esposa do policial.

Em depoimento, Bruno confirmou que ingeriu whisky durante a confraternização, mas negou ter consumido drogas. Ele contou que estava armado com uma pistola da corporação durante a festa. Segundo o relato do militar, a arma havia sido guardada em um cofre de segurança do estabelecimento. Questionado se a retirou antes de deixar o local, afirmou não se recordar. Após ter a prisão em flagrante convertida em preventiva, Bruno segue preso no 19º Batalhão da PMDF, a Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda.

COVID-19

Baixa vacinação preocupa

» VITÓRIA TORRES
» CARLOS SILVA

O número de casos de covid-19 no Distrito Federal quase triplicou em pouco mais de um mês, o que acendeu um alerta para a retomada da circulação do vírus na capital. Na semana epidemiológica 38, encerrada em 2 de outubro, foram registrados 53 diagnósticos. Na semana 43, encerrada em 6 de novembro, o total chegou a 148 — um aumento de 179,2%. A escalada ocorre em meio à baixa procura pela vacinação, especialmente preocupante entre os grupos mais vulneráveis às complicações da doença.

Apesar da alta recente, os números acumulados de 2026 ainda são inferiores aos do ano passado. Até 6 de novembro, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) contabilizou 2.460 casos, contra 10.247 no mesmo período de 2025, uma redução de 76%.

A queda no comparativo anual, porém, não elimina a preocupação. A cobertura vacinal permanece distante da meta de 90% estabelecida para os grupos prioritários. Entre crianças menores de 5 anos, o índice é de 53,4%. Já entre gestantes, chega a 42,2%. Entre idosos, está em 34,2%.

Em nota, a Secretaria de Saúde informou que, entre janeiro e 31 de outubro, foram registradas 106 internações por covid-19 no DF. A pasta também ressaltou que idosos e pessoas com condições de saúde preexistentes, como hipertensão, doenças cardíacas e pulmonares, diabetes e câncer, apresentam maior risco de desenvolver quadros graves. Contudo, "qualquer pessoa pode contrair covid-19 e evoluir para uma condição grave", alertou a secretaria.

A orientação da SES-DF é que pessoas com sintomas compatíveis com a doença, como febre, tosse, dor de garganta, coriza ou falta de ar, procurem atendimento nos serviços de saúde e sigam as recomendações médicas. A pasta também recomenda evitar o contato físico com outras pessoas durante o período de sintomas, especialmente com idosos e pacientes com doenças crônicas.

Cuidado

A dose de reforço contra a covid-19 continua disponível, gratuitamente, para os grupos prioritários, conforme as orientações do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Além de crianças de 6 meses a menores de 5 anos, gestantes e idosos a partir de 60 anos, fazem parte do público-alvo puérperas, pessoas imunocomprometidas, indígenas, trabalhadores da saúde, pessoas com deficiência permanente e comorbidades. Para a população em geral que ainda não recebeu nenhuma dose do imunizante, é ofertada uma dose da vacina atualizada.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Entre janeiro e 31 de outubro, foram 106 internações por covid-19 no DF

Apesar da elevação recente dos registros, André Bon, coordenador da Infectologia do Hospital Brasília e head de Infectologia da Rede Américas, explica que a oscilação no número de infecções é um comportamento esperado da doença. "A covid não tem uma sazonalidade clara, mas acontece em picos, como aconteceu durante a pandemia. São períodos nos quais temos aumento do número de casos e, depois, redução", explica.

O infectologista acrescenta que esse movimento está relacionado à quantidade de pessoas suscetíveis à infecção na população. "Isso geralmente acontece porque o vírus encontra um bolsão de pessoas suscetíveis, não vacinadas, e começa a se disseminar. Aumenta o número de casos, depois reduz o número de pacientes suscetíveis e, assim, cai também o número de infecções", detalha.

O coordenador de pneumologia do Hospital Santa Lúcia (HSL), William Schwartz, explica que a mudança no clima pode favorecer indiretamente a transmissão da covid-19, principalmente pela maior permanência das pessoas em ambientes fechados e com pouca ventilação. Segundo ele, a chuva, por si só, não provoca a doença, mas as condições de convivência podem facilitar a circulação do vírus.

"O ponto principal é o compartilhamento de ambientes pouco ventilados. E a evolução do vírus pode facilitar a reinfecção", esclarece. O médico chama a atenção para a queda na adesão à vacinação diante da redução dos casos. "Cada vez mais as pessoas veem menos casos e acabam deixando a vacinação desatualizar. E isso compromete grupos mais vulneráveis, que ficam mais desprotegidos e têm maior risco de complicações quando pegam o vírus", observa.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 11 de novembro de 2026

» Campo da Esperança

Bruno de Freitas Xavier, 41 anos
Cristina Bezerra de Melo Campos, 57 anos
Edemar Michel, 52 anos
Ester Xavier da Silva, menos de 1 ano
Gabriela Rodrigues Siqueira, menos de 1 ano
Gecy Soares Martins, 93 anos
Ida Vaz Quintas, 97 anos
José Amadeu Antunes Alvarenga, 73 anos
Júlio Batista Guedes, 73 anos
Lindnberg Medeiros, 73 anos
Lôide da Silveira Archer, 80 anos
Luiz Gonzaga Ribeiro da Silva, 87 anos
Maria Celeste Pereira dos Santos, 61 anos
Maria Macedo, 82 anos
Mauro Sérgio Fernandes da Silva, 88 anos
Rayssa da Silva Sousa, 21 anos
Tetsumi Fukase, 79 anos
Vera Maria Rivera, 97 anos

» Taguatinga

Antero Tavares da Silva, 86 anos
Conceição Luiz do Nascimento, 75 anos
Enésio de Souza Mendes da Silva, 70 anos
Joaquim Teixeira da Silva, 57 anos
José Antônio de Souza Pereira, 81 anos
Laura Fernanda de Lima Oliveira, 50 anos
Leonardo Rafael dos Santos, 48 anos
Lúcio Lopes Ferreira, 80 anos
Margarida Maria de Queiroz, 88 anos
Maria Alcinda da Silva, 85 anos
Maria Neves de Oliveira, 83 anos
Paulo Ferreira da Costa, 79 anos
Priscila Lopes Feitosa, 39 anos
Valdivino Rodrigues de Lima, 89 anos
Vitalino José da Cruz, 91 anos

» Gama

Dayane Ferreira Oliveira, 30 anos
Lucas Xavier de Lima Rodrigues, 29 anos
Merandulino Francelino Lopes, 78 anos
Natal Aparecido Carmo Brandão, 50 anos

» Brazlândia

Celina Gonçalves Veloso, 75 anos
Francisca Augusto Paz, 89 anos

» Sobradinho

Francisco Elias do Nascimento, 85 anos
Luiz Carlos Neves, 78 anos
Maria de Fátima Nunes Tavares, 68 anos

» Jardim Metropolitano

Andrea Rosane Ayres de Lima, 73 anos (cremação)
Erasmo Alves Cordeiro, 85 anos (cremação)
Francisco de Assis Brandão, 89 anos (cremação)
Francisco Teodolino da Silva, 85 anos
Jacinto Rodrigues Franco, 78 anos (cremação)
Rita Cristina Luz Silva, 78 anos (cremação)
Ronie Aparecido Carvalho dos Santos, 35 anos

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



Até que o sol não brilhe, acendamos uma vela na escuridão
Confúcio

Assista à playlist da Capital S/A no YouTube

75 entidades empresariais pedem adiamento da reforma tributária

Em carta aberta ao Executivo e ao Legislativo, 75 entidades do setor produtivo brasileiro defendem a prorrogação do período de testes da reforma tributária até o fim de 2027. O documento aponta que empresas e órgãos públicos ainda não estão preparados para o início da cobrança efetiva dos novos tributos, prevista para janeiro. Setor produtivo afirma ser inviável ajustes até 31 de dezembro e defende cobrança dos novos tributos em 2028. Já o governo federal reafirmou, ontem, que não pretende prorrogar o prazo. "Mas não vamos penalizar erros de boa-fé", informou a Receita Federal. Os principais problemas destacados pelas entidades são a instabilidade dos sistemas, mudanças constantes nas regras, indefinições operacionais e dificuldades para a adaptação das empresas. Segundo as empresas, os testes realizados até agora foram insuficientes para garantir uma transição segura.



"Prazo inviável"

"Reforçamos que resolver os atuais entraves, testar e homologar as pendências até 31 de dezembro é inviável. Torna-se, portanto, imperativa a prorrogação do período de testes para o exercício de 2027", afirma o documento. O manifesto foi assinado pela ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), pela ABF (Associação Brasileira de Franchising), Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), UNECS (União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços), entre outras. As entidades propõem adiar para janeiro de 2028 o início da cobrança da CBS e do Imposto Seletivo, além da extinção do PIS e da Cofins.

Repercussão em evento do Lide



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), líder da maioria, que foi relator da reforma tributária, durante participação no encontro nacional do Grupo de Lideranças Empresariais (Lide), em Brasília, defendeu a manutenção do calendário. "Quando nós tratamos da (reforma) tributária, tínhamos referências no mundo de práticas tributárias consagradas na OCDE e em outros países. Fomos fazer essa discussão e buscar o nosso modelo, mas inspirado naquilo que havia. E nós, depois de 50 anos, conseguimos aprovar uma reforma tributária, que vai entrar em vigor agora. Não será adiada, até porque não faz nenhum sentido. Eu estava com o ministro (da Fazenda) Dario Durigan, antes de vir para cá, e fui fazer um apelo a ele para que se mantivesse (a data atual). Não faz sentido adiar a reforma tributária", declarou.

Revisão de alíquotas



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O presidente do Lide/DF, Paulo Octávio, disse à coluna que concorda com o manifesto das entidades empresariais. "Acredito e defendo que o ideal é que a entrada em vigor da reforma tributária seja adiada. Há muita indefinição sobre vários aspectos da legislação, além de lacunas importantes. Sem a devida clareza, não é seguro para as empresas e para a nação pegarem um caminho sem volta. E ainda devemos repensar algumas alíquotas e tributos que, hoje, punem a produção nacional", comentou.

Black Friday deve movimentar R$ 11,52 bilhões no varejo em 2026

Apesar do momento favorável do mercado de trabalho, juros altos e endividamento elevado devem frear crescimento das vendas do varejo na terceira data comemorativa mais importante do setor. De acordo com projeção da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Black Friday de 2026 deverá movimentar R$ 11,52 bilhões e registrar a maior movimentação financeira desde 2014. Confirmada essa expectativa, o faturamento das vendas apresentará crescimento de 1,8% ante a mesma data do ano passado, já descontada a inflação, e configurará desaceleração ante o avanço de 3,2%, observado em 2025.



Kayo Magalhães/CB/D.A Press

Eletroeletrônicos e móveis

Em 2026, os segmentos de eletroeletrônicos e utilidades domésticas (R$ 4,70 bilhões) e de móveis e eletrodomésticos (R$ 2,28 bilhões) deverão responder por mais de 60% da movimentação financeira prevista. Tendem a se destacar, ainda, os ramos de hiper e supermercados (R$ 2,04 bilhões) e de vestuário e acessórios (R$ 1,47 bilhão).

Expansão do ParkShopping será inaugurada na próxima quarta-feira

Com investimento de R$ 300 milhões, o novo boulevard será aberto em 18 de novembro, com 9 mil m² e cerca de 60 operações. Entre as novidades internacionais, a marca de moda jovem da Zara, a Bershka, e Bath & Body Works, de hidratantes e perfumes para o corpo e para a casa. Também chegam com a expansão Lego, Coach, Zapälla moda masculina e a grife de bolsas Michael Kors.



Divulgação

Livraria e gastronomia

O novo boulevard também receberá a Livraria da Travessa e a marca de moda praia Lenny Niemeyer, além de operações como Animale, Bo.Bô, MOB, New Balance, Bayard Esportes, Austral e Spicy. A gastronomia terá presença expressiva no novo espaço, com operações como Bloco C, Ristorantino Caffè, Chocolat Du Jour e Japa da Quitanda. Outro destaque será a chegada da maior unidade do Oba em Brasília, com o conceito Farm, em uma loja de mais de 2 mil m².

O ParkShopping foi inaugurado em 1983 e essa é a 10ª expansão. Em 2025, o empreendimento registrou R$ 1,84 bilhão em vendas e recebeu 12 milhões de visitantes.

LANÇAMENTO/ O ex-presidente do Iphan Leandro Grass lança obra focada na educação política para crianças, adolescentes e jovens. O ex-candidato ao Governo do DF vê na publicação uma oportunidade de o tema ocupar espaço na sociedade

Livro traduz politiquês

» LUIZ FELLIPE ALVES

Após mais de 60 dias de uma intensa campanha política almejando o cargo de governador do Distrito Federal pelo PT, Leandro Grass lançou ontem, na Livraria Travessa do Casa Park, o livro *Política de A a Z — Guia Básico para entender o politiquês*. A obra de educação política é direcionada a crianças, adolescentes e jovens. O evento, prestigiado por amigos e políticos, como o deputado federal eleito Agnelo Queiroz e o ex-deputado distrital Peniel Pacheco, foi realizado na Livraria Travessa do Casa Park, no Guará, na noite de ontem.

A ideia é contribuir para que os jovens desenvolvam, desde cedo, uma consciência política. Com um país cada vez mais polarizado e a proliferação de fake news, Leandro Grass pretende desmistificar o cenário político para as gerações mais novas. "As pessoas têm que entender que política não é lacração, não é performance e like. Política é argumento, convencimento e construção coletiva", afirmou o o professor, ex-deputado distrital e ex-presidente do Instituto do Patrimônico Histórico e Artístico Nacional (Iphan), durante o lançamento.

Para Grass, a publicação é uma retomada de discussões também com base no interesse popular sobre o funcionamento do Estado. "O meu objetivo principal é fazer com que os adolescentes entendam que a política é algo bom, que não tem dono, que é uma ferramenta nossa", salientou. O ex-candidato vê no livro uma oportunidade de o tema ocupar espaço na sociedade. "Todo mundo faz política e faz política em todo lugar. Pela compreensão das regras do jogo democrático, das regras das instituições, esse jovem, esse adolescente, pode intervir mais, pode intervir melhor, buscando aquilo que é seu, que é a sua cidadania", complementou.

Ele acrescentou que, apesar de o público-alvo serem crianças, adolescentes e jovens, os adultos também podem aproveitar o conteúdo do livro. "Entendendo o básico, a população pode participar mais, acompanhar e cobrar dos políticos", ressaltou Grass. "Mais do que nunca, é preciso revitalizar o nobre sentido da política. Lembrar que ela é o instrumento para a construção de uma sociedade mais justa."

A obra foi a realização de um projeto homônimo de 2016, enquanto Leandro Grass lecionava. "Acredito que a gente precisa ajudar as pessoas a entenderem o que é a democracia, o que é o governo, o que são os poderes, para que elas possam participar mais. Então, isso é uma responsabilidade que eu carrego desde o início da minha vida como professor, em sala de aula", afirmou. Segundo ele, o livro retoma essa iniciativa, que estava decidida desde o início do ano.

Cidadania

Política de A a Z — Guia Básico para entender o politiquês traduz termos simples e complexos. "O conhecimento é a arma mais poderosa que a gente pode ter para garantir os nossos direitos. Ninguém reivindica algo que não sabe. Precisamos investir cada vez mais em conhecimento para que a sociedade também avance na cidadania e na democracia", pontuou o autor.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Peniel Pacheco, ex-deputado distrital pelo PDT, apoiou a iniciativa

O professor universitário Luiz Beltrão, de 55 anos, avaliou que a obra pode ter um grande impacto para a população. Para ele, trata-se de um trabalho que pode ajudar a acabar com conflitos. "Eu acho que é essencial. Folheei algumas páginas e percebi que tinha conceitos básicos. Isso é importante para desarmar a população. Boa parte das nossas brigas, da nossa animosidade, vem do preconceito e da ignorância", concluiu.

CRIME

Preso invasor que se vestiu de mulher

» JÚLIA COSTA*

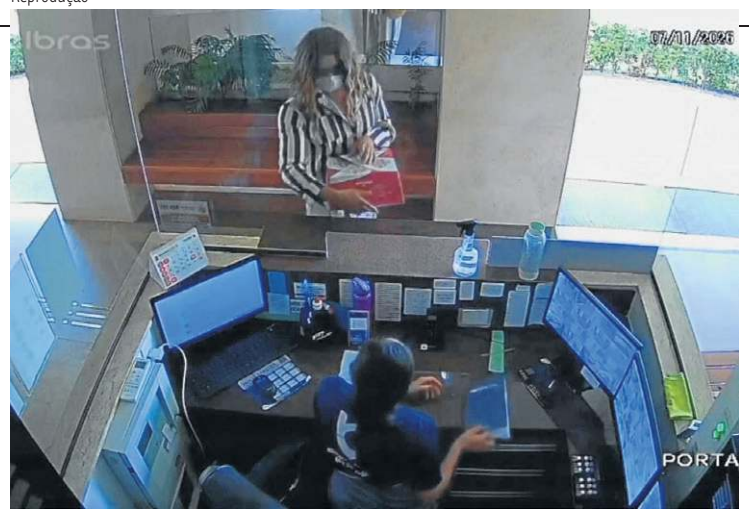
Bruno da Silva Ribeiro, 37, identificado como autor do furto ao apartamento do ex-deputado distrital Cristiano Araújo (MDB), foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), ontem, em um hotel, no município de Valparaíso de Goiás.

No local, os policiais apreenderam dois relógios da marca Cartier, relacionados a furtos anteriores. As equipes continuam na busca dos bens do apartamento de Cristiano Araújo. Segundo a corporação, o prejuízo equivale a mais de R$ 500 mil.

Ele invadiu o imóvel e furtou joias, depois de enganar a portaria do prédio para ter acesso ao apartamento. Em outros crimes, ele contou com a ajuda de comparsas para entrar em prédios e fugir da cena do crime.

Segundo o delegado da 2ª DP (Asa Norte), Fernando Cocito, o suspeito mandou uma mensagem à portaria, como se fosse a esposa de Cristiano Araújo, informando que uma prima iria deixar um bolo na residência e orientando que a entrada dela fosse liberada. "Ele mandou a mensagem antes, passando essa informação. Quando ele chega vestido de mulher, se passa pela prima e consegue entrar no prédio", detalhou.

Reprodução



O suspeito enganou a portaria do prédio para subir ao apartamento

O delegado contou que Bruno conseguiu ficar um dia inteiro escondido dentro do prédio. "Ele ficou escondido nas escadas, perto da casa de máquinas", disse. No outro dia, a família de Cristiano Araújo saiu de casa, o que deu uma brecha para que o suspeito entrasse e realizasse o crime. "Dessa forma, ele teve bastante tempo para procurar os itens de valor da casa", acrescentou.

Além do disfarce, Bruno articulou uma rede de apoio para cometer os crimes. As investigações revelaram que ele utilizava dados de terceiros (laranjas) para pedir carros por aplicativo e fugir dos locais dos crimes. "Essas pessoas foram ouvidas. Um dos terceiros disse que vendeu seus dados por R$ 50. Outro teve dados captados em fontes ainda obscuras. Ele mesmo não tem nada em seu nome", explicou Cocito.

Uma das pistas utilizadas para elucidar o crime foi uma nota de R$ 200 que Bruno esqueceu no local. Segundo o delegado, ao perceber que não tinha dinheiro para pagar a corrida por aplicativo, ele cometeu mais um crime, sacando dinheiro de um caixa eletrônico se passando por uma mulher. "Quando ele viu que não tinha dinheiro, ele liga para o ex-companheiro e pede para que ele pague a corrida, ele não o faz. Ele avisa o motorista e desembarca em Samambaia para fazer o saque. Ele utilizou uma conta de uma mulher, com biometria, para pegar o dinheiro. Ou seja, ele possuía a conta bancária da vítima no seu celular", apontou. A conta usada para pagar o Uber também será investigada junto à instituição financeira, para saber se pertence a uma pessoa real ou é falsa.

A polícia não descarta a possibilidade de Bruno ter recebido informações privilegiadas para furtar o apartamento de Cristiano Araújo. "Tudo será investigado. Se ele tinha, era um conhecimento pouco aprofundado, porque ele deixou outros itens de valor e de fácil subtração", ressaltou o delegado responsável pelo caso. (**LFA**)

***Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho**







50 ANOS DE SOLIDARIEDADE

O Bazar do Rema completa cinco décadas de existência unindo artesanato e ação social no Lago Sul. Nesta edição, entre 13 e 22 de novembro, o público pode conferir 1.500 peças natalinas exclusivas e alta gastronomia

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A Press

» BEATRIZ MASCARENHAS

Entre pinheiros, biscoitos e quebra-nozes decorados cuidadosamente, o Bazar de Natal da Casa Espírita Recanto de Maria (Rema) volta a encantar Brasília de 13 a 15 e 20 a 22 de novembro. Nesta edição histórica de 50 anos, o evento será na sede do Rema, localizado no Lago Sul. Além do clássico stand natalino, a quermesse conta com outras sete sessões, onde os frequentadores encontrarão brinquedos, bijuterias, itens para bebês e o Cantinho da Etiennette; uma casa de doces com 100 tipos de biscoitos e 30 sabores de geleias.

O bazar anual consagrou-se na cidade por reunir peças artesanais, feitas minuciosamente por 60 colaboradores ao longo de todo o ano. Segundo o coordenador do evento, Maurício Maia, o acompanhamento de tendências é um verdadeiro trabalho de formigas. Na busca incessante de novos achados, os integrantes viajaram para capitais, como Belo Horizonte e São Paulo, além de cidades interioranas como Campinas (SP) e Arcadas (SP). "Já tivemos anos em que as peças de Natal eram predominantemente azuis, e outras em que voltaram a ser vermelhas. Precisamos estar atentos a isso para oferecer o que as pessoas procuram", descreve o coordenador.

Ao lado de decorações tradicionais de Natal, os destaques deste ano incluem vários modelos de quebra-nozes e um baleiro artesanal com uma gavetinha que, ao ser puxada, libera doces. Ao todo, 1.500 peças estarão à venda. "Uma característica importante do nosso trabalho é que não utilizamos decoupage com guardanapo (técnica de colagem de figuras). Todas as nossas peças são pintadas à mão, de forma puramente artística", compartilha Maurício.

Para além dos artigos natalinos, as demais seções incluem: Cantinho do Lar, Infantil, Decoração, Crochês, Baby e Bijuteria. No primeiro, estarão disponíveis artigos artesanais para a decoração da cozinha, como bandejas, xícaras e porta-filtro de café. Enquanto, no espaço Infantil, podem ser encontrados brinquedos feitos de madeira, como carrinhos, caminhões e fazendinhas — clássicos educativos que estimulam a coordenação motora, a criatividade e a imaginação das crianças.

No espaço de Crochês, serão exibidas, principalmente, toalhas e panos de pratos. Na seção Baby, os produtos são específicos para recém-nascidos, à exemplo de roupinhas, decorações de quarto e roupas de cama. Na ala de Bijuteria, estão disponíveis para a compra colares, brincos e echarpes (acessórios novos). Por fim, na seção de Decoração, os frequentadores do bazar encontrarão itens para embelezar a sala, como vasos e quadros artesanais. "É um trabalho muito interessante porque desenvolve o potencial artístico de cada pessoa, revelando talentos em quem nunca havia pintado antes", descreve Maurício sobre o trabalho dos voluntários.

A roda da caridade

Quem participa do bazar ainda tem a oportunidade de auxiliar na manutenção das ações sociais da Casa Espírita Recanto de Maria. De acordo com a presidente do Rema, Octicília Sabino, o dinheiro angariado com o evento beneficente subsidia campanhas promovidas pela instituição religiosa, que também acontecem anualmente. Ao longo dos 12 meses, a casa distribui enxovais e cestas básicas para famílias carentes, mensalmente.

Conforme Octicília, no início de cada semestre letivo, o Rema doa material escolar para crianças de famílias de baixa-renda. "Além disso, em época de frio, nós doamos cobertores àqueles que precisam, entre outras campanhas que se mostrem necessárias no decorrer do ano", descreve a presidente. O valor arrecadado também vai para a manutenção da casa, uma vez que o Rema não coleta mensalidade nem taxa dos fiéis. "Ou seja, essa grande feira de Natal, junto a uma pequena editora, são as únicas fontes de renda da instituição", detalha.

Tudo que é produzido e vendido no Bazar é criado pelos voluntários, que pintam, bordam e confeccionam. As seções encontradas pelo público são criadas pelos colaboradores, que também atendem nos dias de feira. A advogada Angela Santarém, de 64 anos, participa da feira como voluntária há mais de 20 anos. No bazar, ela atua como artesã, pintando peças de todas as categorias da seção de Natal.

Moradora do Lago Sul, ela ainda auxilia na elaboração de artigos infantis. "No Rema desenvolvi minha pintura de uma forma muito especial, sinto-me feliz e me traz uma paz maravilhosa", descreve a voluntária. Segundo Angela, o artesanato do Rema se destaca pelas peças iniciadas na madeira, no tecido e na tela de forma crua, ganhando formas refinadas. "O amor de cada artesão está em cada peça feita", compartilha.

Sabores da cozinha Rema

A arte dos enfeites não é a única que passa pelas mãos dos voluntários. Pratos como o cremoso frango ao emmental (queijo francês), polpetone e filé com massa ao molho Alfredo estarão presentes nas mesas do restaurante nesta 50º edição. Àqueles que desejarem levar os pratos da Casa Espírita para a própria ceia, podem adquiri-los congelados, como o tradicional bacalhau à consulesa. "Na sexta-feira (13/11), serviremos o frango. No sábado (14/11), o prato principal será o polpetone. No domingo (15/11), teremos o filé", detalha o coordenador.

A cultura gastronômica está presente desde a fundação da instituição, em 1976, quando eram realizados almoços e jantares para arrecadar recursos para construir uma sede própria. "Com isso, a culinária do Rema ficou muito conhecida, o que nos levou inclusive a lançar o livro *A Saborosa Cozinha do Rema*, com receitas da casa. O que deixou o nosso bacalhau à consulesa muito famoso", lembra Maurício.



Bazar do Rema consagrou-se na cidade por suas peças artesanais feitas por colaboradores ao longo do ano



Originalidade marca os trabalhos



Coordenador do evento, Mauricio Maia acompanha as tendências das peças



Decoração com motivo infantil...



...enfeites natalinos criativos...



... e uma casa com variados tipos de biscoitos e de geleias atraem os visitantes

BAZAR DO REMA - FEIRA DE NATAL DE BRASÍLIA

Data: o bazar ocorre dos dias 13 a 15 de novembro. Retornando nos dias 20, 21 e 22 do mesmo mês. **Horário:** 10h às 19h. **Local:** Área Especial da QI 15, lote I, ao lado do semáforo da via principal do Lago Sul. Entrada franca

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

Bebeto no Hall da Fama do México

Bebeto, campeão do mundo em 1994, e o goleador chileno Humberto "Chupete" Suazo ingressaram no Hall da Fama do Futebol Internacional, localizado em Pachuca, no México. Além de Bebeto, outros quatro atacantes campeões do mundo foram condecorados: o francês Thierry Henry, o italiano Alessandro del Piero, o espanhol Fernando Torres e o alemão Miroslav Klose. O Hall da Fama do Futebol Internacional foi inaugurado em 2011 e, com os 18 honrados em 2026, conta com 216 membros.

DATA FIFA Alvo de críticas por declarações sobre o controle de minutos em campo, Raphinha recebe nova demonstração de confiança do técnico Carlo Ancelotti e será o capitão da Seleção Brasileira no amistoso contra o Japão, em Singapura

Em alta com o chefe

VICTOR PARRINI

Rafael Ribeiro/CBF



Raphinha é o terceiro entre os 26 jogadores convocados com mais partidas pela Seleção Brasileira: 43 exibições

Há quem defenda que Raphinha foi mal interpretado ao dizer que, se Carlo Ancelotti quisesse contar com ele, o treinador deveria fazer uma gestão de minutos. Outros dizem que a fala foi retirada de contexto. Fato é que o terceiro jogador com mais jogos pela Seleção entre os 26 convocados para os amistosos contra Japão e Singapura não costuma ensaiar as declarações. Fala o que lhe dá na telha. Como esquecer aquela entrevista a Romário, na qual prometeu porrada nos argentinos antes do clássico no Monumental de Núñez, perdido por 4 x 1, que culminou na demissão de Dorival Júnior? Em meio às repercussões das declarações, o camisa 11 recebeu um voto de confiança para exercer a liderança da equipe: será o capitão do Brasil contra os japoneses, no sábado, às 7h15.

O episódio mais recente foi em 5 de novembro, durante uma entrevista sobre a renovação de contrato com o Barcelona até 2030. Ao falar sobre a convocação para a Seleção, Raphinha foi direto: "Se o Ancelotti conta comigo de verdade, ele sabe que tem que gerenciar meus minutos". Na sequência, completou: "Os torcedores do Barça não devem se preocupar, nós vamos gerenciar bem isso". A referência ao clube espanhol, justamente ao tratar da disponibilidade para defender o Brasil, alimentou as críticas.

Se fora da Seleção a declaração provocou questionamentos, nos bastidores o comportamento do atacante é visto de outra forma. Raphinha, inclusive, antecipou uma cirurgia para retirada de um cisto na orelha esquerda, mesmo com a preferência do Barcelona de realizar o procedimento durante a pausa para os compromissos das seleções. A decisão foi vista nos bastidores como demonstração de comprometimento com a Amarelinha. O clube catalão gostaria de uma operação durante a pausa da Data Fifa e, consequentemente, sem viagem para a Ásia.

Os companheiros também fizeram questão de blindá-lo. Gabriel Magalhães saiu em defesa do camisa 11 e considerou que a declaração foi mal interpretada. "Somos jogadores de alto nível, e o que queremos é sempre jogar. Somos seres humanos e, obviamente, precisamos de descanso, até mentalmente. Na Europa, jogamos a cada dois, três dias. São muitos jogos. Nós não vimos nenhuma fala de que ele venha para descansar. Sabemos o quanto ele se doa para a Seleção", defendeu.

A direção da Seleção também tratou de afastar qualquer interpretação de falta de comprometimento. Rodrigo Caetano, coordenador de seleções da CBF, afirmou que a declaração do atacante apenas reproduziu uma prática adotada pela comissão técnica. "O que o Raphinha disse nada mais é do que o que praticamos como cuidado com os atletas", explicou. Segundo o dirigente, a comissão recebe relatórios dos clubes e monitora os minutos em campo, o desgaste e o cansaço de todos os convocados. "O que vale para nós é o que conhecemos do atleta e confiamos. O nível de comprometimento com a Seleção é elevadíssimo", completou.

A braçadeira será mais uma responsabilidade para o atacante em Singapura. Raphinha será capitão da Seleção pela segunda vez em 44 partidas. Na primeira, liderou o Brasil na goleada por 4 x 2 sobre a Austrália, em 29 de setembro. Para o reencontro com os japoneses, a tendência é de que o camisa 11 funcione como falso 9, assim como no Barcelona. Segundo o esboço observado no treino de quarta-feira, ele jogar ao lado de Vini Júnior e Estêvão. A defesa também está praticamente definida, com Bento, Wesley, Jair, Gabriel Magalhães e Douglas Santos. O meio gera dúvidas a Ancelotti, mas Ancelotti tem observado o trio Andrey Santos, João Gomes e Gabriel Bontempo.

Nations League tem Itália x França valendo a liderança

RAFAEL LINS*

A Data Fifa começa, hoje, com partidas válidas pela penúltima rodada da primeira fase da Uefa Nations League. Como destaque, Itália e França brigam pela liderança da chave, enquanto Espanha e Inglaterra estão tranquilas dentro da zona de classificação às quartas de final.

No San Siro, a Itália pode assumir a primeira colocação do grupo em caso de vitória. O time de Roberto Mancini tem sete pontos e está na vice-liderança. Por outro lado, a França lidera a chave com 10, mas, em caso de triunfo da Azzurra, perde o primeiro lugar pelos critérios de desempate, pois as equipes empataram em 1 x 1 no primeiro turno. ESPN e Disney+ transmitem o clássico.

Zidane terá desfalques diante da Itália. De volta à seleção nacional, Kylian Mbappé tem ausência confirmada, depois de apresentar desconforto na coxa. O técnico francês também não terá Dembélé, que lesionou a coxa. Por outro lado, Roberto Mancini terá força máxima para o confronto, às 16h45, no San Siro.

Pelo Grupo 3, a Espanha tem a vaga nas quartas de final garantida. A atual campeã mundial possui 100% de aproveitamento e busca vencer a eliminada República Tcheca, fora de casa, mesmo sem Yamal e Rodri, lesionados. A partida será em Praga, às 16h45.

A Inglaterra também está garantida nas quartas, mas busca alcançar o primeiro lugar, ocupado pela Espanha. O time de Thomas Tuchel tem nove pontos e sua única derrota foi justamente para a Fúria. A partida será diante da Croácia, terceira colocada, com apenas uma vitória.

No duelo do primeiro turno, a Inglaterra conseguiu uma elástica vitória por 7 x 0 em solo croata. A partida também marca o primeiro jogo do Bola de Ouro, Harry Kane diante da torcida inglesa, além da possibilidade de os irmãos Jude e Jobe Bellingham jogarem juntos pela primeira vez pela seleção.

A Bélgica ainda sonha com uma vaga nas quartas de final. A equipe está na terceira posição, com seis pontos, um a menos que a Itália. Em caso de vitória diante da eliminada Turquia, fora de casa, e de revés italiano, os Diabos Vermelhos entram na zona de classificação para a próxima fase.

A quinta-feira de Nations League também conta com partidas da Liga C do torneio. Armênia e Chipre se enfrentam ainda com chances de subir de divisão. Montenegro busca garantir o acesso direto à Liga B diante da Letônia. San Marino almeja a primeira vitória no torneio contra Belarus, enquanto a Albânia quer se manter na liderança diante da Finlândia.

5ª rodada

14h - Turquia x Bélgica
14h - Armênia x Chipre
16h45 - Inglaterra x Croácia
16h45 - Itália x França
16h45 - Tchéquia x Espanha
16h45 - Montenegro x Letônia
16h45 - San Marino x Belarus
16h45 - Albânia x Finlândia



Franck Fife/AFP

Mbappé apresentou desconforto na coxa e não enfrentará a Itália

*** Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima**

CORINTHIANS

A Justiça de São Paulo deu cinco dias para o Corinthians quitar dívida de cerca de R$ 10 milhões referente ao Regime Centralizado de Execuções. Caso descumpra a determinação, o clube poderá perder o benefício que suspende as execuções individuais, permitindo que credores retomem ações de bloqueio, penhora de bens e receitas.

TÊNIS

Goiano radicado em Brasília, Guto Miguel, primeiro colocado no ranking mundial juvenil do tênis, registrou no Instagram o momento em que treinou com o número 3 do planeta, Carlos Alcaraz, ontem, antes da ATP Finals. O brasileiro é um dos sparrings do torneio, que reúne os oito melhores da associação.

LUTO NA FRANÇA

Uma tragédia abalou o futebol francês. Wanis Honsor, de 22 anos, sofreu, ontem, uma parada cardíaca durante treinamento do Saint-Denis FC, clube da ilha francesa da Reunião, no Oceano Índico, e não resistiu. Uma equipe médica entrou em ação rapidamente, mas as manobras de reanimação não surtiram efeito.

ARREPENDIMENTO

Contratado no início de 2023 para tentar levar o Flamengo ao título do Mundial de Clubes, Vitor Pereira durou apenas 18 jogos à frente do time carioca. Longe de conquistar o objetivo e demitido sem tempo de implantar a sua filosofia, o técnico português afirmou que a sua ida ao rubro-negro após deixar o Corinthians foi um "erro tremendo".

FIFA

O ex-presidente da Fifa Joseph Blatter fez duras críticas a Gianni Infantino, atual chefe da entidade. Em entrevista à revista alemã Der Spiegel, o dirigente de 90 anos chamou Infantino de "ditador" e afirmou que ele precisa de ajuda psicológica. Blatter também questionou a criação do Prêmio da Paz da Fifa, entregue ao presidente dos EUA, Donald Trump.

AUTOMOBILISMO

O piloto André Marques, que compete na Copa Truck pela equipe Full Time, foi preso em operação comandada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal do MP do Rio. Ele é investigado por suposta participação em organização criminosa voltada à fraudes fiscais e à lavagem de dinheiro.

ESPORTES

COPA DO MUNDO Fifa divulga mecanismo do sorteio dos grupos em dezembro; potências não se cruzarão antes das semis

O caminho da taça terá proteções

Thais Magalhães/CBF



Rio de Janeiro receberá o evento de definição dos oito grupos do torneio da Fifa em 11 de dezembro. Brasil fica automaticamente no Grupo A

Falta um mês para o mundo conhecer os primeiros caminhos da Copa do Mundo Feminina de 2027. Em 11 de dezembro, às 13h30, o Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro, receberá o sorteio final do torneio, marcado para o Brasil entre 24 de junho e 25 de julho do próximo ano. Ontem, a Fifa divulgou os procedimentos do evento, responsável por distribuir as 32 seleções em oito grupos e começar a desenhar a rota até a decisão.

A cerimônia terá uma particularidade importante: além de definir os adversários da fase inicial, o sorteio estabelecerá dois caminhos distintos até as semifinais. A medida busca preservar o equilíbrio competitivo e evitar confrontos antecipados entre as quatro seleções mais bem colocadas no ranking mundial feminino publicado antes do evento. Caso avancem em primeiro lugar nos respectivos grupos, as duas melhores equipes não poderão se enfrentar antes da final. A mesma lógica será aplicada à terceira e à quarta colocadas.

"Temos algumas grandes mudanças. A primeira, que é muito importante para o equilíbrio competitivo do nosso torneio, é a criação de dois caminhos para as semifinais. Isso garante que as quatro equipes melhor classificadas no torneio não se enfrentem até chegarem às semifinais, desde que, é claro, vençam seus grupos", explicou Sarai Bareman, diretora executiva de Futebol Feminino da Fifa.

O Brasil tem lugar definido. Como país-sede, a Seleção estará no Pote 1 e ocupará, automaticamente, a posição A1, abrindo o Grupo A. A campanha brasileira começará em 24 de junho, no Maracanã, no Rio de Janeiro. Depois, a equipe enfrentará os outros dois adversários da chave na Neo Química Arena, em São Paulo, em 29 de junho, e no Estádio Nacional, em Brasília, em 4 de julho.

A atacante Gio Garbelini reconheceu a ansiedade do elenco para conhecer os primeiros obstáculos na competição. "É, acho que estou muito ansiosa. Acho que todo mundo está. A gente está com muita vontade de saber que times que vão estar no nosso grupo. Acho que qualquer seleção que a gente pegar, a gente vai dar nossa vida, dar tudo em campo, como sempre fez. E a gente está com muita vontade de descobrir logo", afirmou.

As outras 31 vagas serão distribuídas em quatro potes, com oito posições cada. A composição seguirá o Ranking Mundial Feminino da Fifa, cuja atualização está prevista para 7 de dezembro. As sete seleções classificadas mais bem colocadas se juntarão ao Brasil no primeiro pote. As oito seguintes formarão o segundo, as próximas oito ficarão no terceiro e o quarto reunirá as cinco seleções restantes, além de três vagas reservadas às vencedoras da repescagem. O sorteio respeitará, quando possível, o limite de uma seleção por confederação em cada grupo. A exceção será a Europa, com pelo menos uma equipe em cada chave, e poderá contar com até duas.

O cenário ainda não estará completo no dia da cerimônia. Três vagas serão definidas posteriormente, em confrontos únicos da fase final da repescagem, entre 23 de fevereiro e 6 de março de 2027. Antes disso, a etapa preliminar será disputada em Rabat, no Marrocos, de 28 de novembro a 5 de dezembro, com seis seleções na briga por duas posições na fase decisiva. O calendário definitivo da Copa, com horários e distribuição completa dos jogos pelos estádios, será confirmado depois do sorteio. Pela primeira vez na América do Sul, o principal torneio do futebol feminino reunirá 32 seleções em oito cidades brasileiras. O caminho começa a ganhar forma no Rio de Janeiro, mas a corrida pela taça terá o país inteiro como palco.

Como será o sorteio

O caminho até os grupos

- Brasil tem lugar garantido
- A Seleção ficará no Pote 1 e será automaticamente posicionada no Grupo A, na posição A1.
- Quatro potes, oito seleções em cada
- A distribuição seguirá o ranking mundial feminino de 7 de dezembro.

Ordem do sorteio

- Primeiro, serão sorteadas as equipes do Pote 1, depois as dos potes 2, 3 e 4.

Limite por confederação

- Em regra, cada grupo terá no máximo uma seleção da mesma confederação. A UEFA será exceção: cada chave terá pelo menos uma europeia e poderá receber até duas.



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Vazia das 8h28 até 17h28 HBr. A exaustão física ou psíquica, ou ambas ao mesmo tempo, nem sempre é um sinal preocupante, há momentos em que esse é o recurso que a consciência sabe ser mais eficiente para dar um chamado de atenção no sentido de desacelerar, de sair da rotina e se dedicar a outras coisas. Ao mesmo tempo, todos nós, bem-educados, introjetamos a agenda da civilização, que não admite a possibilidade de reservarmos um dia inteiro da semana útil para fazer qualquer outra coisa diferente de continuarmos a ser engrenagens dos processos produtivos. A agenda do firmamento, no entanto, é muito clara, quando é Lua Vazia e bater um cansaço estranho é porque chegou a hora de subverter a normalidade e reservar o tempo para nos dedicarmos a atividades subjetivas, meditar, ouvir música, nos despreocuparmos.



ÁRIES
21/03 a 20/04

As pessoas oferecem conselhos de boca cheia, porém, se elas mesmas não os aplicarem na vida delas, melhor será que você nem lhes preste atenção, porque neste momento o que você precisa é de uma orientação bem prática.



TOURO
21/04 a 20/05

Não há graça alguma em receber um presente do céu na forma de um golpe de sorte. A graça do caminho reside em você aprender a lidar com as dificuldades e limitações com o coração tomado pela alegria de viver. É assim.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Organizando bem as coisas, não haverá grandes problemas, porém, se você negligenciar a organização verá que até as coisas que deveriam ser fáceis e desimpedidas se tornarão um estorvo. Você não quer que isso aconteça.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Entre gostos e desgostos a vida acaba se estruturando da melhor maneira possível, portanto, evite se estender em quaisquer tipos de queixas ou lamentos, porque isso impediria você de enxergar o que vale a pena.



LEÃO
22/07 a 22/08

Finalizar o que estiver em andamento há de ser a prioridade essencial desta parte do caminho, porque logo mais aparecerão outros assuntos que sua alma vai gostar e então irá querer se dedicar a esses. É assim.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Procure abrir os olhos da alma para enxergar que, apesar de todas as agruras e contratempos, as coisas continuam progredindo da melhor maneira possível. Esse panorama não será visto sem uma dose de boa vontade.



LIBRA
23/09 a 22/10

Querendo que tudo dê mais ou menos certo você precisará escolher algumas poucas opções, porque se ficar no dilema de uma extensa lista de possibilidades o tempo vai passar e nada será feito. Selecione com alegria.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Os bons sentimentos que você cultiva em relação a certas pessoas podem, se assim o desejar, continuar em segredo, porém, se você intuir que chegou a hora de abrir o jogo, faça isso testando cada passo que der.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Mesmo que as pessoas ofereçam a você ótimos conselhos, nesta parte do caminho você precisa ouvir tudo com muita atenção e discernimento antes de tomar alguma decisão que defina as perspectivas. Melhor assim.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Saia da toca! Neste momento você descobrirá coisas interessantes, porém, todas dependem de se envolver na vida social, aceitando convites ou circulando por lugares onde as pessoas façam contato.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

As oportunidades que pareciam perdidas tendem a ressurgir, talvez não com tanta força quanto antes, mas pelo menos servirão para você recuperar o entusiasmo que parecia ter se esgotado para sempre. Renascimento.



PEIXES
20/02 a 20/03

O que tinha tudo para dar errado acabou dando mais ou menos certo. Eis mais um exemplo para você se lembrar no futuro quando acontecer de, novamente, você perder a confiança nos mistérios da vida. Em frente.

CRUZADAS

São informadas na posologia de uma bula / Potencialidade criminosa (jur.)			Ampère (símbolo) / Não, em inglês		Caráter da notícia televisada ao vivo		Produto utilizado para destruir matas			
					Andar; caminhar	Nevoeiro londrino	Beneficiários do voto de cabresto (Hist. BR)			
Sumo (?): título de Francisco (Catol.)										
							Prepara (a terra) para o plantio			
"(?) Verde", filme com Seth Rogen					Peça do faqueiro / (?) do Sul, município					
Gafe; mancada (pop.)			Interjeição de espanto			Lista redigida na partilha				
Cantora de "Perfume do Invisível"				Graça (?), escritor / União (fig.)						
							Instrumento de percussão originário de Cuba			
Pulso (pop.) / Leônidas da Silva, ídolo do futebol / Feitio do bambolê			Luciano Huck, apresentador da TV			Divisão do byte / Não, em francês				
		Sarna ou raiva / Rede de pesca								
				Divisão de tempo geológico				Elétrodo que recebe a corrente (Eletr.)		
Sensação que pode levar ao vômito			Alimento de bebês / Medida elétrica							
Mergulhador, em inglês / Anticoncepcionais orais / Salvador (?), pintor						"Tudo", em "onívoro" / Poema entusiástico				
				Internet Explorer (sigla)			O mais popular mantra			
Ingrediente da moqueca baiana					Parceiro de Dedé, Zacarias e Mussum					

BANCO 3/bit — non — not. 5/ânodo — diver. 6/aranha.

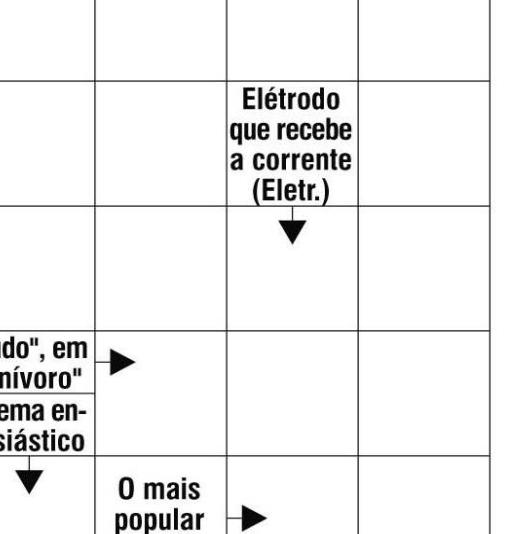
© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

	M			G		I			F	
	E	S	C	A	N	D	A	L	O	
	N		A	R	I	A	L		Z	P
L	I	V	R	O			C	P		R
	N		T	A	M	B	O	RE	T	E
M	A	I	O		V	I	VA	Z		F
A	N	U	L	A		L		A	L	I
	Ã		A	C	O	L		D	I	X
	O	T		S		G	AG	O		O
	E	S	T	I	M	A			V	E
I	N	T	E	R	A	T	I	V	O	S
	T		N		R	E	C	U	O	U
O	R	B	I	T	A	S		LG		F
C	A	O	S		C		P	O	L	I
		M		S	U	O	R		E	X
E	S	B	A	N	JA	M	E	N	T	O

SUDOKU DE ONTEM

3	7	8	5	6	9	4	1	2
1	2	9	8	3	4	6	7	5
6	4	5	2	7	1	3	9	8
5	8	3	1	4	7	2	6	9
4	9	7	6	2	8	1	5	3
2	6	1	9	5	3	7	8	4
8	5	2	3	1	6	9	4	7
7	3	6	4	9	5	8	2	1
9	1	4	7	8	2	5	3	6



ARTES VISUAIS

Diálogo com Athos

» JOÃO DE LARA RESENDE*

Nei Clara de Lima



São Francisco Bizantino, de Nei Clara de Lima

Primeiro veio uma colagem. Nei Clara, uma das integrantes do Coletivo Iló, fez um trabalho com uma máscara de Athos Bulcão e o levou para mostrar às colegas. "Ficamos encantadas", conta Lelia Lofego. "A partir daí, surgiu a ideia de dialogar com esse grande artista, que é um ícone de nossa cidade."

O resultado é a exposição Nove Athos de Colagem, que o coletivo inaugura, hoje, às 17h, na Fundação Athos Bulcão, na Asa Sul. A entrada é gratuita, e a mostra fica em cartaz até o fim de abril de 2027.

As nove integrantes estudaram antropologia na Universidade de Brasília e se reúnem uma vez por mês para colar juntas. Nada ali segue roteiro rígido. "É essa coisa mais orgânica, a aceitação do acaso, da espontaneidade", explica Lelia. Foi da mesma sincronicidade, diz ela, que nasceu o próprio grupo.

O título se explica com uma conta. "Nove Athos porque somos nove mulheres, nove antropólogas, nove artistas", diz Lelia. Cada uma dialoga com o artista a partir da própria perspectiva, e isso exigiu ousadia. "Há de se ter coragem para 'brincar' com nosso mestre Athos Bulcão." As aspas no "brincar" são dela.

Cada artista partiu de uma máscara de Athos sorteada entre as que estão expostas na Fundação, como o Pierrô, o Bruxo e a Bizantina. Foram meses de trabalho. "O processo como um todo foi bem orgânico", conta Adriana Mariz. A instituição presenteou o grupo com calendários de Athos, que entraram nas colagens. O texto de apresentação do catálogo é de Valéria Cabral, amiga do artista e presidente da Fundação.

Por que máscaras? Na perspectiva antropológica, explica Adriana, a máscara é um espaço privilegiado de encontro com a alteridade. "Mais do que ocultar, ela revela e dá existência a outros modos de ser e estar no mundo." A própria palavra persona, lembra, é tradicionalmente associada à expressão latina per-sonare, "soar através". Pela colagem, a máscara se torna "um território de encontro entre o eu e o outro, entre quem somos e quem podemos vir a ser".

Os trabalhos se dividem em três eixos, definidos a partir do pensamento expográfico de Leticia Lofego: Desdobras, Corpo máscara e Outras faces. Há, ainda, um espaço interativo. Em um painel de chapa galvanizada, o público monta a própria máscara com recortes de papel e ímãs. Adriana guarda uma lembrança. Há 20 anos, visitou Athos em casa, na Asa Sul. Entusiasmado, ele mostrou as criações mais recentes, "uma impressionante coleção de máscaras", e explicou várias delas: os processos, os materiais, as inspirações. "Um momento realmente inesquecível." O coletivo espera que o visitante sinta o mesmo encantamento e "se deixe tocar pelo misterioso universo das máscaras". Para o Iló, Athos é "um artista criativo, livre e único, que é a cara da nossa Brasília, e também de nossa brasilidade".

ANOTE

Nove Athos de Colagem — Coletivo Iló. Abertura: hoje, às 17h. Fundação Athos Bulcão — W3 Sul, CRS 510, Bloco B, Loja 51, Asa Sul. Em cartaz até o fim de abril de 2027. Visitação: segunda a sexta, das 9h às 18h, e sábado, das 9h às 13h. Não abre aos domingos e feriados. Entrada gratuita. Acessibilidade para cadeirantes

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Sertão (trecho)

Quando entro nas Minas Gerais
naquele serão
tudo dentro de mim vira emoção
abençoado caminho.
Troco de alma com a de um passarinho
e sobrevoo baixinho, quase rasante
a beleza de cada instante.

Bruna Lombardi

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

9	2							
			7	6	4			
		4			6		3	
8	5			3		7		6
		9		7		8		
	8	1						
			2	1	9	6		
					3	5		

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Correio Braziliense
Brasília, quinta-feira, 12 de novembro de 2026

DRIBLANDO PRECONCEITOS

PRODUTOR DE *A NATUREZA DAS COISAS INVISÍVEIS* E CRIADOR DE CURTAS COMO *VAGABUNDA DE MEIA TIGELA*, O CINEASTA **OTAVIO CHAMORRO** REPRESENTA O AUDIOVISUAL BRASILIENSE NO 34º MIX BRASIL, À FRENTE DO LONGA *QUANDO TUDO JOGA CONTRA*



Apoteótica Cinematográfica

Quando tudo joga contra: afetos inesperados no Ensino Médio

» RICARDO DAEHN

Com mais de 130 filmes de 30 países na programação, a 34ª edição do Festival Mix Brasil abraça hoje a estreia de um longa da empresa brasiliense Apoteótica Cinematográfica, formada, entre outros, por Otavio Chamorro. Produtor de *A natureza das coisas invisíveis* (selecionado para o Festival de Berlim), Chamorro tem o filme *Quando tudo joga contra*, rodado no DF e integrado ao segmento Pop Mix, com exibição hoje, num circuito proposto para três dos 14 espaços de São Paulo reservados para o Mix Brasil que, em 2026, presta homenagem ao dramaturgo, escritor e cineasta João Silvério Trevisan.

"O Festival Mix Brasil é praticamente o meu padrinho no cinema. É o festival mais importante da minha carreira. Quase todos os meus filmes passaram por ele e é a principal vitrine do cinema queer, do cinema que é tematizado pela diversidade sexual e de gênero. Nós, da Apoteótica Cinematográfica temos uma coleção de Coelhinhos (os troféus do festival). Ano passado, vencemos melhor filme com *A natureza das coisas invisíveis*. Fazer parte da programação é sempre uma alegria pessoal, é um impulso para o filme achar o público interessado nesta temática e é um selo de qualidade importante que vai acompanhar o filme para sempre", destaca Chamorro, em entrevista ao **Correio**.

Criador de curtas como *As fugitivas* (2007), *A caroneira* (2012) e *Vagabunda de meia tigela* (2015), que integraram rede de mais de 100 festivais nacionais e internacionais, Otavio Chamorro está no evento que, junto ao aguardado *A bola preta* (de Javier Calvo e Javier Ambrossi, candidatos desde já ao Oscar 2027), traz seleção povoada por nomes de peso como Daniel Ribeiro, Lukas Dhont, Juliana Rojas, Aly Muritiba, Sabrina Greve e Ricardo Alves Jr.

Quando tudo joga contra, que tem distribuição garantida, em 2027, pela Olhar Filmes, chega à exibição brasileira detentor de prêmio de atuação no Outfest Peru para o ator Lhorran Santiago que, na trama, sofre homofobia na pele do personagem Ricardo. Entre os cinco produtores do filme, Rafaela Camelo deu muito apoio para Chamorro, formado em Audiovisual pela UnB, e que, como roteirista, traz no currículo séries como *Tem que suar* (Multishow) e *Vizinhos* (Canal Brasil).

No novo filme, Chamorro destaca, além de bullying e intolerância, o poder da união. Tudo se passa no meio de aventuras do ensino médio, para personagens como o craque Tomás e a namorada dele, Bianca. Na narrativa centrada em desempenhos tanto na equipe de futsal do colégio quanto no dia a dia das provas e testes escolares, pesam elementos como uma sextape e uma série de aprendizados em literatura. Esmagado por notas baixas, o craque Sérgio (Eduardo Rivieira) terá o talento esportivo posto de escanteio, a fim de recuperar espaço de aluno menos medíocre. Para a tarefa, ele contará com as aulas do vizinho Renê (Felipe Sidonio) por quem passa a nutrir sentimentos inesperados e contraditórios.



Dani Azul

Renê (Felipe Sidonio) e Sérgio (Eduardo Rivieira) se encontram não apenas nas classes de reforço

ENTREVISTA // OTAVIO CHAMORRO, DIRETOR E ROTEIRISTA

Qual a extensão de público esperado por você no Mix Brasil?

Acho que um dos maiores defeitos de São Paulo é não ter uma grande sala, um templo do cinema notável como é o Cine Brasília ou o Cine Odeon, no Rio de Janeiro. Acho que isso leva às mostras e festivais paulistanos a ser sempre pulverizados, com programações mais cheias, simultâneas e em vários bairros. Vamos ter três sessões no CCSP, um centro cultural icônico da cidade, muito frequentado pelo público adolescente e jovem, e confio que elas estarão cheias, nos espaços em que serão exibidas. Algo entre 100 e 250 pessoas por sessão.

O filme traz que visibilidade para Brasília?

Brasília é exclusivamente vista pelo país na ótica da Praça dos Três Poderes. Acho fantástico quando o cinema brasiliense consegue apresentar uma nova estética, um novo olhar para o DF. Eu tenho uma predisposição à multiplicidade de cores nos meus filmes, e ressalto sempre as locações que encontramos, a beleza vívida em vários cantos do DF (filmamos em seis Regiões Administrativas) e, claro, o céu. O horizonte, que é um patrimônio natural nosso que gosto sempre de ressaltar. Além disso, neste filme em especial, quero trazer a visibilidade dos novos talentos que estão aflorando na cidade, com meu elenco jovem e adolescente.

Falando de amor, qual o tom das imagens eróticas que costuma adotar?

Em *Quando tudo joga contra*, que é um romance adolescente, não há cenas sexuais. Nesta obra, em particular, acredito que qualquer nudez ou erotismo iria tirar o foco da narrativa que eu construí e do público que eu quero atingir. É uma característica da obra, de pausar a realidade por cem minutos para entrar na história e falar um pouco sobre sentimentos, sobre primeiro amor e sobre como agir no mundo quando tudo joga contra você. Já dirigi outros filmes, esses com cenas de sexo LGBTQ+, e acredito que cada história, cada obra vai demandar uma abordagem específica de nudez e sexo. A única insinuação no filme é entre um casal hétero e está ali para disparar um gatilho de um dos temas abordados (bullying). Assim, não tenho uma predisposição para representar cenas sexuais. É a narrativa que vai exigir isso.

O que vê como apelativo na arte audiovisual?

Acho que a sexualidade e a nudez já foram muito usadas de forma apelativa, como uma desculpa para atrair público. Não gosto de usar a expressão "desnecessário" ou "gratuito" para julgar o trabalho alheio, mas fica claro que, ao longo da história do cinema, em especial com relação às mulheres, a exposição do corpo acontecia ao deus-dará, quase como um item obrigatório para satisfazer o fetiche de diretores, acostumando o público a uma forma de cinema que suprimia outros olhares. Avançamos muito, apesar de haver muito chão pela frente, na criação de uma consciência tanto de quem faz quanto de quem assiste cinema, para problematizar o uso desmedido de cenas de sexo.

E como vê uma novela das nove (*Quem ama cuida*) incorporar beijos e situações sexuais de fundo gay na tevê aberta?

Já fui uma voz atuante anos atrás sobre a questão "beijo gay", escrevendo artigos e dando entrevistas sobre o assunto, em especial quando as novelas começaram a dar esse passo, representando o que considero uma normalidade social nas obras audiovisuais de grande alcance (*Amor e Revolução*, do SBT; *Amor à vida*, da Globo). Acredito profundamente que a arte, e coloco as telenovelas massivas neste balaio, tem tanto a função de representar a sociedade quanto de vislumbrar universos novos. Como eu mencionei, beijo é uma normalidade social, independente de ser entre casais héteros ou não. Sexo, intimidade, amor entre pessoas também, independente da orientação sexual e do gênero elas. Por isso, é inevitável que esta realidade seja representada nos vários formatos de audiovisual, inclusive nas novelas.



Arquivo Pessoal

"Acho que a sexualidade e a nudez já foram muito usadas de forma apelativa, como uma desculpa para atrair público. Não gosto de usar a expressão "desnecessário" ou "gratuito" para julgar o trabalho alheio, mas fica claro que, ao longo da história do cinema, em especial com relação às mulheres, a exposição do corpo acontecia ao deus-dará, quase como um item obrigatório para satisfazer o fetiche de diretores"

Como vê dados do moralismo?

Vivemos um tempo de indução ao pânico moral coletivo. Existe um movimento gigantesco que induz as pessoas a imporem os seus pontos de vistas sobre os outros, tentando sufocar a visão de mundo alheia. É uma arrogância desmedida que, direta ou indiretamente, incita a violência. Para boa parte do público, está tudo bem um personagem matar dezenas de outros, mas é o fim da picada um homem fazer carinho na mão do outro. Por isso, já defendendo a função social da comunicação, acho que é dever de quem tem a caneta na mão, de quem decide o que grandes audiências vão assistir, que se represente esta normalidade social que é sufocada por certos grupos fundamentalistas. Trazer personagens gays e mostrar suas vidas plenas, que envolvem beijos, sexo, casamentos, divórcios, conflitos no trabalho etc., contribui para que algumas pessoas conheçam uma realidade nova, arrefeçam seus preconceitos e questionem o pânico moral coletivo que tentam impor sobre elas.

Como administra elementos cômicos a fim de não reforçar estereótipos?

Acho que fazer comédia é um ato de coragem, sempre. Está na raiz do gênero, em ridicularizar os defeitos sociais. Como roteirista, acho que faz parte da ética da profissão ter a responsabilidade de conhecer o mais profundamente possível o universo que estou representando, sabendo que um filme tem chance real de impactar a vida das pessoas. O que acontece é que, no cinema queer, faz parte da cultura LGBTQ+ o tal do "humor bicha", que se populariza com termos como shade (alfinetar à revelia) e gongação (zoação). Como uma pessoa que é parte desta cultura, fujo do estereótipo debochando dele, dando um passo além do que é esperado de um humor fácil em que os gays são colocados como saco de pancada, como super afeminados, como hipersexualizados etc. É sempre um desafio para quem cria cinema descer do pedestal do ego, colocar-se em dúvida, mas sem ter medo de pisar no acelerador para criar personagens e situações que vão desafiar o público, que vão tirar a audiência do seu lugar de conforto.

Quem dá a velocidade às falas irônicas e debochadas contidas no teu filme?

Meus filmes tendem a beber da fonte de um subgênero da comédia chamada de *screwball*, definido por ter muitos diálogos rápidos, um pingue-pongue de falas. Assim, meus roteiros tendem a fugir de muitos manuais, que tentam enxugar diálogos ao máximo. Na comédia, essa regra tem uma exceção. Se é engraçado, fica na história. Por isso, todo o deboche, ironia, sarcasmo, respostas ácidas e rápidas fazem parte da minha linguagem. Eu mesmo dou o tom da velocidade, às vezes frenética, das falas do filme.

Direito & Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

As incertezas da Reforma Tributária

Maria Eduarda Lavocat



Pacífico/CB/D.A Press

A Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, começou a ser implementada gradualmente em 2026, com o objetivo de simplificar a cobrança de impostos, reduzir a cumulatividade e tornar o sistema mais transparente. As mudanças mais significativas, no entanto, estão previstas para entrar em vigor a partir de 2027, com impactos diretos para as empresas.

Uma das principais alterações é a adoção de um modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que prevê a substituição de cinco tributos por três novos impostos. No âmbito federal, o PIS e a Cofins darão lugar à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já o ICMS, de competência estadual, e o ISS, municipal, serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Também será criado o Imposto Seletivo (IS), que incidirá sobre produtos e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Pelo cronograma de implementação, a partir do ano que vem, o PIS e a Cofins serão extintos, dando lugar à CBS. Também terá início a cobrança do Imposto Seletivo, enquanto as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) serão reduzidas a zero, com exceção dos produtos que concorrem com aqueles fabricados na Zona Franca de Manaus.

Apesar do planejamento, representantes do setor produtivo defendem o adiamento, em um ano, da cobrança efetiva da CBS e do Imposto Seletivo. O argumento é que as empresas ainda não dispõem de informações suficientes para se preparar financeiramente, adaptar os sistemas e calcular os custos das operações sob o novo modelo tributário.

Em carta aberta ao Congresso Nacional, a Liga Internacional de Negócios e Exportação e o Observatório de Direito Administrativo pedem que a cobrança dos novos tributos seja transferida para 1º de janeiro de 2028. As entidades defendem a ampliação do período de testes para garantir uma transição com previsibilidade e segurança jurídica. O documento é assinado por Felipe Bayma, advogado especialista em recuperação tributária e presidente da Liga, e Isadora França Neves, advogada e presidente do Observatório.

Isadora afirma que a proposta não representa oposição à reforma, mas busca garantir mais tempo para a adaptação das empresas. "Uma reforma dessa magnitude, quando executada sem maturidade operacional, pode produzir, justamente, aquilo que pretende combater: complexidade, insegurança jurídica e judicialização", declara.

Bayma ressalta que o pedido se soma a outras manifestações do setor produtivo. Segundo ele, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já defenderam o adiamento de etapas da reforma. A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil também apresentou manifesto apoiado por 1.491 entidades.

Para o advogado, a proximidade do início de 2027 sem a definição de parâmetros tributários essenciais compromete o planejamento empresarial, especialmente a formação de preços. Em 28 de outubro de 2026, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o cálculo de referência de 11,3% para a CBS em 2027, acima da estimativa anterior, de 9,21%. A definição ainda depende do Senado Federal.

"O Estado não pode exigir planejamento empresarial com base em regras que ele próprio ainda está concluindo. Entre conhecer a regra e conseguir aplicá-la existe uma etapa indispensável de adaptação", argumenta.

A preocupação também é compartilhada por outros especialistas em direito tributário. Lourenço de Almeida Prado, sócio do escritório Almeida Prado, Marx, Favieiro & Flôr Advogados, considera que o prazo para a implementação está se tornando insuficiente diante das definições pendentes.

"A menos de dois meses para 2027, o contribuinte ainda não sabe quanto vai pagar de CBS, não tem acesso a todas as funcionalidades do sistema de apuração e segue adaptando seus próprios sistemas", afirma.

Para o tributarista, transferir a cobrança efetiva para 2028 seria uma medida de prudência. "Não se trata de abandonar a reforma ou de mudar seus objetivos, mas de dar condições para que ela comece a funcionar sem impor às empresas riscos que poderiam ser evitados", avalia.

Gustavo Vaz Faviero, também sócio do escritório, aponta que a transição ainda envolve incertezas sobre a alíquota da CBS, o funcionamento do mecanismo de recolhimento chamado split payment e a dinâmica de aproveitamento dos créditos tributários. Para ele, a falta dessas definições compromete o planejamento das empresas justamente no encerramento do período de testes.

Impactos para empresas e consumidores

As dificuldades de adaptação podem atingir especialmente as pequenas e médias empresas, que geralmente não contam com departamentos tributários estruturados, equipes próprias de tecnologia ou reservas financeiras para absorver despesas inesperadas.

Segundo Isadora França Neves, muitas dependem de escritórios de contabilidade e fornecedores externos de sistemas para cumprir as obrigações fiscais. A mudança simultânea nas regras e nas plataformas pode elevar os custos e dificultar a adequação.

A advogada também destaca os riscos para setores que trabalham com contratos de longa duração, margens reduzidas e operações complexas, como construção civil, indústria, comércio exterior e logística. Empresas que participam de licitações, por exemplo, precisam apresentar propostas e assumir compromissos financeiros antes de conhecer todos os custos tributários que incidirão sobre suas operações em 2027.

"O empresário necessita estruturar suas operações visando ao lucro e à viabilidade do negócio. Elas precisam fixar preços, assumir obrigações e dimensionar riscos antes da conclusão de parâmetros tributários relevantes. Não podemos deixar a força produtiva do país no escuro", afirma.

Outro ponto de preocupação é a regulamentação do Imposto Seletivo. A Medida Provisória 1.399, publicada em 4 de novembro de 2026, estabeleceu alíquotas e regras complementares para 2027, com efeitos a partir de 2 de fevereiro. No dia seguinte, o Executivo apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22/2026, que trata da transição entre o IPI e o novo tributo.

Isadora avalia que a definição de parâmetros tributários muito próxima do início da cobrança pode ampliar a insegurança jurídica e favorecer conflitos administrativos e judiciais. "A segurança jurídica deve funcionar como instrumento de prevenção de litígios, e não apenas como fundamento utilizado depois que o prejuízo já ocorreu. O Estado não pode transformar sua própria indefinição regulatória em risco empresarial", argumenta.

Os efeitos da transição também podem chegar ao consumidor. Felipe Bayma explica que, diante de custos inesperados, as empresas podem tentar inicialmente absorver as despesas, reduzindo as margens de lucro. Essa capacidade, porém, é limitada, e parte dos custos pode acabar repassada aos preços de produtos e serviços. A redução de investimentos também é uma possibilidade.

"Não estamos afirmando que a reforma necessariamente produzirá aumento generalizado de preços. Os efeitos dependem de cada atividade e das condições de mercado. A preocupação é o custo adicional gerado pelo despreparo. A imprevisibilidade do ambiente tributário pode alcançar o consumidor, os trabalhadores e toda a cadeia produtiva", destaca.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

STF vai definir se desconhecimento de idade e consentimento da vítima podem absolver homens por estupro de vulnerável



Manter relação sexual com menor de 14 anos é considerada uma violência à infância na legislação brasileira. A conduta é tipificada no artigo 217-A do Código Penal como estupro de vulnerável e classificada como crime hediondo. Agora o Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se há atenuantes que podem livrar da prisão homens que se relacionaram com meninas — se é possível absolver ou afastar a condenação de um réu quando este alega que desconhecia a idade real da adolescente e que houve consentimento dela. Por unanimidade, o plenário virtual do STF reconheceu a repercussão geral da questão e a tese a ser definida deverá ser aplicada a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça.

Erro de tipo

A discussão envolve a aplicação do chamado "erro de tipo", situação em que o réu desconhece ou se engana sobre uma circunstância que faz parte da descrição de determinado crime. O caso em questão envolve uma adolescente de 13 anos, negra e moradora da comunidade da Carobinha, no Rio de Janeiro (RJ), que manteve relacionamento com um homem de 31 anos. Ele foi condenado a 12 anos e três meses de prisão. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) absolveu o réu baseado na alegação de que a menina teria consentido com o pedido de namoro e mantido relações sexuais e que o homem não sabia qual era a real idade dela. A absolvição é contestada no STF pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPE-RJ), sob o fundamental que relativizar a vulnerabilidade de uma adolescente de 13 anos perpetua estigmas sociais que transformam a vítima em culpada de sua própria condição.

Tema de relevância social



Gustavo Moreno/STF

Ao se pronunciar pelo reconhecimento da repercussão geral, o presidente do STF, Edson Fachin, ressaltou que a matéria tem relevância social, jurídica, econômica e política, que ultrapassa o interesse das partes envolvidas. Fachin citou estatísticas que mostram a violência sexual contra crianças e adolescentes abaixo de 14 anos como um fenômeno de elevada incidência. Ele citou dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024* que apontam as meninas de 13 anos como as maiores vítimas de estupro de vulnerável.

Entidade vai representar advogados que atuam em tribunais superiores



Reprodução

Nasceu, nesta semana, em Brasília uma entidade, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, que reúne advogados com atuação no STF, STJ, TST, TSE e STM. É a Associação Nacional dos Advogados em Cortes Superiores (Anacortes), que terá como foco o aperfeiçoamento da advocacia nos tribunais, a atuação como amicus curiae em temas de interesse da classe e a promoção de cursos, eventos e publicações. A diretoria executiva para o biênio 2027-2028 será presidida por Nabor Bulhões **(foto)**, tendo Anna Maria da Trindade dos Reis como vice-presidente. Completam a diretoria Daniel Romeiro (secretário-geral), Maricí Giannico (diretora financeira), Marcelo Leal (Prerrogativas e Relações com as Cortes), Rodolfo Tamanaha (Atuação Institucional), André Callegari (Acadêmico e de Publicações) e Marina Faraco (Parcerias e Relações com os Associados). Também foram eleitos o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo, este integrado, entre outros, por Alberto Pavie, Alberto Zacharias Toron, Antônio Carlos de Almeida Castro, Carlos Mário Velloso Filho, Eduardo Ferrão, Fernando Neves, Heleno Torres, José Eduardo Alckmin, Marcelo Ribeiro, Misabel Derzi, Roberto Rosas, Roberto Podval e Roque Carrazza.

Deputado pede investigação da PGR sobre mudanças em inquéritos do Master



Divulgação/Câmara dos Deputados

Vice-líder da oposição na Câmara, o deputado federal Sanderson (PL-RS), eleito senador da República, apresentou representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) com pedido de apuração sobre possíveis irregularidades envolvendo o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, após o afastamento de dois delegados que ocupavam funções estratégicas nas investigações relacionadas ao Banco Master. Sanderson, que é policial federal licenciado, se baseia em notícias de uma reestruturação administrativa na Polícia Federal que resultou na saída de delegados responsáveis por coordenações relacionadas à investigação.

Primeira advogada assume como desembargadora do TJ/PE



Leandro Lima/Ascom TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu um feito histórico nesta semana. Deu posse à primeira desembargadora proveniente do quinto constitucional da advocacia. Janielly Nunes e Silva foi nomeada pela governadora reeleita Raquel Lyra (PSD), também primeira mulher a comandar o Executivo de Pernambuco. "Não há exército mais forte e poderoso que uma ideia cujo tempo chegou e o tempo das mulheres é hoje", afirmou a desembargadora na solenidade que contou com a presença do vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Raquel Lyra escolheu Janielly que integrava lista tríplice com dois advogados, Leonardo Oliveira e Henrique Seixas.

Feira de oportunidades do TRT da 10ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) realizará sábado (14/11), a II Feira de Aprendizagem e Oportunidades de Contratação de Pessoas com Deficiência e Jovens Aprendizes. O evento ocorrerá das 9h às 17h, na sede da OAB/DF, na 516 Norte. A iniciativa, coordenada pelo Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão (SUAI) em ação conjunta com o Subcomitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (SETI) do TRT-10, tem o objetivo de aproximar empresas de pessoas com deficiência e jovens aprendizes, ampliando as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. A proposta também incentiva a inclusão social, estimula a contratação desses públicos e contribui para o cumprimento das cotas legais de aprendizagem e de pessoas com deficiência.

"A adoção da IA avança mais rápido que a confiança. As pessoas se tornaram menos confiantes e mais preocupadas à medida que o uso aumentou. Quanto mais a tecnologia se difunde, maior a exigência de prova de que ela funciona como deveria"



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Ministro Luis Felipe Salomão, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

ENTREVISTA — YURI FERNANDES LIMA, especialista em direito dos animais

Herança para pets: como garantir o cuidado dos animais após a morte do tutor?

ANA MARIA CAMPOS

A escritora brasileira Nélida Piñon, o empresário indiano Ratan Tata e a bilionária americana Leona Helmsley são exemplos de pessoas que destinaram parte de seus patrimônios para garantir o bem-estar de seus animais de estimação após a morte. Os casos chamam a atenção para uma questão que envolve não apenas afeto, mas também planejamento jurídico: como assegurar que um animal continue recebendo cuidados e tenha sua subsistência garantida quando seu tutor não estiver mais presente? No Brasil, embora os animais não sejam reconhecidos como pessoas pelo Código Civil, existem instrumentos legais, como o testamento com cláusula de encargo, que permitem destinar recursos a quem assumir essa responsabilidade. Nesta entrevista, o advogado Yuri Fernandes Lima, especialista em direito dos animais e sócio do Bruno Boris Advogados, explica as possibilidades previstas na legislação brasileira e na jurisprudência.



Divulgação



O Código Civil brasileiro não reconhece os animais como sujeitos de personalidade jurídica. Diante disso, qual é o amparo legal que um tutor tem hoje para garantir a proteção e a subsistência de seu animal de estimação após sua morte?

A Constituição Federal de 1988, ao proibir crueldade a animais não humanos, parte do pressuposto de que eles são seres sencientes e sujeitos de direitos, embora ainda não sejam considerados pessoas pelo ordenamento jurídico brasileiro. O tutor pode combinar com alguma pessoa próxima que fique com seu animal após a sua morte, inserindo tal disposição em seu testamento, mesmo que sem qualquer contraprestação. Porém, é possível deixar parte da herança a essa pessoa e estabelecer em testamento a guarda do animal como um encargo.

É legalmente possível deixar parte da herança destinada, exclusivamente, ao cuidado e à manutenção de um animal de estimação?

Sim. O instrumento mais usado é o chamado legado com encargo, em que o tutor destina parte do patrimônio a alguém de confiança e impõe a essa pessoa a obrigação de cuidar do animal. Há um limite importante: quem tem herdeiros necessários (descendentes, ascendentes, cônjuge) só pode dispor livremente de 50% do patrimônio.

Na ausência de previsão no testamento, quem tem a responsabilidade de acolher e cuidar dos animais deixados pelo falecido?

Caso o tutor tenha herdeiros, estes devem acolher e cuidar dos animais. Caso contrário, o Estado será o responsável. Lembre-se de que abandonar animais é crime.

Os herdeiros podem simplesmente se recusar a ficar com o pet?

Não é possível aceitar a herança e recusar só o animal, porque a lei proíbe aceitar a herança em parte (art. 1.808). O herdeiro pode renunciar à herança inteira. Se aceitar, o herdeiro pode doar o animal ou entregá-lo a alguém que cuide. O que ele não pode é abandoná-lo ou negligenciá-lo, porque isso configura crime de maus-tratos, independentemente de qualquer questão sucessória.

Como funciona a chamada cláusula de encargo em um testamento e de que maneira ela pode ser utilizada para garantir o cuidado de um animal após a morte do tutor?

O encargo, ou "modo", é uma obrigação que o testador impõe ao beneficiário como contrapartida pelo que ele recebe (art. 1.897 do Código Civil). Aos legados com encargo aplicam-se as regras da doação com encargo (art. 1.938). Para funcionar bem, a cláusula deve: identificar o animal; detalhar padrões mínimos de cuidado; nomear um substituto, caso o primeiro beneficiário recuse; definir o destino de eventual saldo após a morte do animal; prever fiscalização.

O que acontece se o beneficiário aceitar a herança, mas posteriormente abandonar o animal, negligenciar seus cuidados ou utilizar o dinheiro para outra finalidade?

O encargo pode ser exigido judicialmente. Têm legitimidade para isso os demais herdeiros, o testamenteiro e, no caso, o Ministério Público. Pelas regras da doação com encargo, o descumprimento, depois de o beneficiário ser formalmente notificado, pode levar à revogação do benefício. Os bens, então, voltam ao espólio ou vão para o substituto indicado. Por isso, recomenda-se prever expressamente no testamento a perda do benefício em caso de descumprimento.

Conhece exemplos de pessoas que deixaram herança para seus pets? Como foi?

Nélida Piñon (Brasil, 2022): o caso mais citado no país. Segundo a imprensa, a escritora vetou a venda de quatro apartamentos enquanto suas duas cachorras estiverem vivas, com a administração entregue à sua assistente. Outro caso: Ratan Tata (Índia): o empresário deixou uma quantia estimada em mais de R$ 600 milhões ligada ao cuidado de seus cães, Goa e Tito. Leona Helmsley (Estados Unidos, 2007) é um exemplo dos limites dessas cláusulas. Ela deixou US$ 12 milhões para a cadela Trouble, mas a Justiça reduziu o valor para US$ 2 milhões por considerá-lo excessivo. Um caso judicial no Brasil: o advogado Euclides de Oliveira, do IBDFAM, relata que o testamento foi interpretado como encargo para que o herdeiro cuidasse dos animais com os recursos da herança, preservando a vontade do testador.

A legislação brasileira está preparada para lidar com o crescente reconhecimento dos animais como integrantes do núcleo familiar?

Ainda não totalmente. A jurisprudência avançou à frente da lei: o STJ, por exemplo, já reconheceu direito de visitas a animal após divórcio (REsp 1.713.167, de 2018). Alguns estados também se anteciparam, como Goiás, onde o Código de Bem-Estar Animal passou a reconhecer cães e gatos como seres sencientes. No plano federal, a reforma do Código Civil (PL 4/2025), em tramitação no Senado, cria um art. 91-A que define os animais como seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, a ser regulada por lei especial. Além disso, o artigo 19 passaria a ter a seguinte redação: "Art. 19. A afetividade humana também se manifesta por expressões de cuidado e de proteção aos animais que compõem o entorno sociofamiliar da pessoa." Por fim, o artigo 1.566, § 3º, dispõe que "Os ex-cônjuges e ex-conviventes têm o direito de compartilhar a companhia e arcar com as despesas destinadas à manutenção dos animais de estimação, enquanto a eles pertencentes." Também passou a tramitar no Senado, em dezembro de 2025, o Estatuto dos Cães e Gatos, cujo relator adotou o entendimento do PL 4/2025.

Outros países já possuem mecanismos jurídicos para garantir a proteção de animais após a morte de seus responsáveis? Que experiências poderiam inspirar o Brasil?

Nos Estados Unidos: os pet trusts são reconhecidos em todos os estados. É um fundo administrado por um trustee, com um cuidador e, muitas vezes, um fiscal (enforcer) previsto em lei. Na Espanha: a reforma de 2021 (Lei 17/2021) passou a tratar os animais como seres sencientes e inseriu no Código Civil uma regra específica para quando não há previsão no testamento. O animal vai aos herdeiros que o reclamarem, havendo critérios para disputas. Se ninguém o quiser, ele é entregue a órgãos ou entidades de proteção. Duas lições poderiam ser aproveitadas pelo Brasil: uma regra supletiva sobre o destino do animal quando o testamento é omisso, nos moldes espanhóis, e mecanismos de fiscalização dos recursos destinados

Visão do Direito



Jones Figueirêdo Alves
Desembargador emérito do TJPE. Advogado e parecerista

O resgate dos diálogos perdidos

Reconhecer que a mediação é o resgate dos diálogos perdidos, talvez, seja uma das mais felizes definições contemporâneas do instituto. Ela desloca a mediação da ideia simplista de um mecanismo de solução de litígios para compreendê-la como um verdadeiro processo de reconstrução das relações humanas.

De fato, o mediador é um reconstrutor do respeito, na definição de Gabriel Chalita, quando se sabe que "respeito" tem origem no latim respectus, significando "olhar outra vez". Tudo aquilo que merece um segundo olhar é digno de respeito. Essa, talvez, seja a maior contribuição da mediação ao Direito contemporâneo.

Essa diferença revela uma profunda mudança de paradigma. Enquanto a jurisdição trabalha predominantemente sobre posições jurídicas, a mediação trabalha sobre interesses, necessidades, emoções e expectativas. No campo societário, essa perspectiva assume importância extraordinária.

A ruptura entre sócios dificilmente decorre apenas de cláusulas contratuais. Frequentemente, nasce da perda de confiança, da ausência de transparência, do ressentimento acumulado, da exclusão dos processos decisórios ou da incapacidade de comunicação. Nesses casos, uma sentença pode determinar a dissolução parcial da sociedade, a apuração de haveres ou a responsabilização de administradores. Tudo isso é juridicamente relevante. Mas nada disso reconstrói a confiança.

A mediação societária permite identificar aquilo que permanece invisível aos autos: os interesses econômicos comuns, os projetos empresariais ainda compartilhados e as possibilidades de reorganização da governança. Muitas empresas sobrevivem não porque um juiz decidiu corretamente, mas porque seus sócios voltaram a conversar.

No Direito das Famílias, a mediação revela sua vocação mais humana. O divórcio dissolve o casamento, mas não dissolve a parentalidade. Quando o diálogo desaparece, os filhos tornam-se, muitas vezes, os primeiros destinatários do conflito. Por isso, a mediação familiar procura preservar vínculos. Busca transformar antigos cônjuges em futuros cooperadores na construção da vida dos filhos. Não raro, uma única conversa restaurada evita anos de litigiosidade.

Também nas relações contratuais a mediação revela extraordinária utilidade. Todo contrato nasce de um consenso. Quando esse consenso se rompe, a tendência imediata é buscar a resolução contratual ou a indenização correspondente. Entretanto, inúmeros contratos de longa duração — franquias, parcerias empresariais, fornecimentos continuados, contratos tecnológicos, empreendimentos imobiliários ou contratos familiares — possuem valor muito superior ao objeto imediato da controvérsia.

Sob essa perspectiva, a mediação concretiza o princípio da boa-fé objetiva, promovendo os deveres de cooperação, lealdade e confiança recíproca. A mediação transforma pessoas antes mesmo de transformar conflitos. É justamente por isso que as técnicas de mediação assumem papel decisivo. A construção gradual de confiança devolve às partes o protagonismo de suas próprias decisões.

Essas técnicas não são meros instrumentos procedimentais. São verdadeiras expressões de uma ética do diálogo. É tempo de compreender que o futuro da Justiça não repousa apenas em tribunais mais eficientes, mas em sociedades capazes de dialogar. Cada mediação bem conduzida representa uma vitória da palavra sobre a hostilidade, da escuta sobre a acusação e da cooperação sobre o antagonismo.

Que se reconheça a mediação não somente como um meio alternativo, mas como um caminho superior sempre que a preservação das relações humanas seja um valor jurídico relevante. Mediar é devolver voz àqueles que o conflito silenciou. Mediar é transformar adversários em interlocutores. Em última análise, mediar é resgatar os diálogos perdidos para que o Direito volte a cumprir sua mais elevada missão: restaurar a paz, sem sacrificar a dignidade das pessoas.

Visão do Direito



Guilherme Campelo
Diretor de licenciamento da superintendência nacional de Previdência Complementar (Previc)

O futuro além do ativo: longevidade e qualidade de vida no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC)

O aumento da expectativa de vida impõe um novo paradigma para os fundos de pensão. Mais do que garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos planos, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) precisam atuar como promotoras de uma longevidade ativa, saudável e financeiramente segura. Este artigo analisa os impactos do envelhecimento populacional na gestão previdenciária e propõe estratégias que integram a educação financeira ao bem-estar integral dos participantes.

A transição demográfica no Brasil deixou de ser uma projeção para se tornar realidade corrente. Dados recentes apontam que a população idosa cresce a passos largos, redefinindo o conceito de aposentadoria. Antigamente vista como o fim do ciclo produtivo, hoje ela representa o início de uma nova fase que pode durar três décadas ou mais.

Diante desse cenário, as EFPC enfrentam um duplo desafio: mitigar os riscos atuariais advindos do aumento da sobrevida dos participantes e, simultaneamente, oferecer ferramentas para que esses anos adicionais sejam vividos com dignidade, saúde e qualidade de vida.

Para os gestores de previdência complementar, a longevidade é tradicionalmente medida como o "risco de sobrevivência" — a probabilidade de o participante viver mais do que o provisionado pelas tábuas de mortalidade vigentes. Esse descompasso pressiona os planos de Benefício Definido (BD) e exige estratégias de conversão de renda mais conservadoras nos planos de Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV).

As fundações de previdência privada têm uma proximidade única com seus participantes, construída ao longo de carreiras inteiras. Essa relação de confiança permite que a entidade atue não apenas como pagadora de benefícios, mas como um hub de soluções para a vida pós-carreira.

A qualidade de vida na longevidade sustenta-se em um tripé fundamental: educação previdenciária e financeira, saúde física e mental, além de propósito e inserção social. As EFPC possuem canais para fortalecer cada um desses pilares e contribuir para que esse objetivo seja alcançado.

A educação financeira não deve cessar no momento da concessão do benefício. O assistido necessita de orientação sobre gestão de patrimônio na fase de desinvestimento, planejamento sucessório e prevenção a fraudes financeiras — um problema crescente que afeta a estabilidade emocional e financeira do público idoso.

Diversas entidades já perceberam que investir na saúde preventiva do participante reduz a sinistralidade de planos de saúde de autogestão (frequentemente ligados às mesmas empresas instituidoras) e melhora a qualidade de vida geral. Programas de estímulo à atividade física, nutrição adequada e check-ups regulares são fundamentais.

O isolamento social é um dos maiores gatilhos para quadros de depressão e declínio cognitivo na terceira idade. Estimular o voluntariado, o empreendedorismo sênior e a educação continuada reinserir o aposentado na comunidade, conferindo novos sentidos à rotina.

Garantir uma longevidade com qualidade de vida nas EFPC exige que o setor de previdência complementar adote uma visão holística e humanizada de seus segurados. Ao equilibrar a solidez técnica e atuarial com investimentos reais no bem-estar físico, mental e financeiro dos participantes, as entidades cumprem seu verdadeiro papel social: transformar o acúmulo de patrimônio de uma vida inteira em uma velhice genuinamente plena, ativa e sustentável.

Visão do Direito



Luis Carlos Alcoforado
Advogado

Voto distrital puro e voto distrital misto

O voto é a mais legítima expressão da vontade popular, ao traduzir a escolha do eleitor de seus representantes políticos, mediante a constituição de mandato que os habilita ao exercício do poder. O voto sacramenta o universo da representação de um povo, segundo o sistema eleitoral de cada país. No geral, o Direito Eleitoral confere legitimidade a três sistemas: i) o majoritário; ii) o proporcional; e iii) o misto.

No sistema majoritário, sob cujo regime se elegem o presidente da República, o governador, o senador e o prefeito, sagra-se vencedor o candidato que obtiver a maioria — absoluta ou relativa — dos votos válidos. Na disputa pelo Senado, vence o candidato que amealhar a maioria relativa, bem como na eleição para prefeito em municípios com menos de duzentos mil eleitores.

No sistema proporcional, escolhem-se os candidatos às Casas Legislativas (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), mediante, em linhas gerais, a obtenção de um número mínimo de votos, que se traduz no quociente eleitoral, determinado pela divisão do número de votos válidos pelo número de cadeiras a serem preenchidas em cada circunscrição eleitoral.

Frustrada a obtenção do quociente eleitoral, o partido ou a coligação ficará sem representante, salvo se nenhuma agremiação o alcançar, hipótese em que serão considerados eleitos os candidatos mais votados, até serem preenchidos todos os lugares. Nas eleições de 2026, o sistema de representação proporcional repetiu e permitiu muitas distorções, constatação que abriu espaço para a rediscussão do voto distrital, puro ou misto.

Certamente, o voto distrital puro prestigia a representação territorial e a escolha de candidatos em distritos, enquanto o distrital misto combina esse modelo com algum grau de representação proporcional dos partidos. No voto distrital puro, o processo é mais simples, porque o território é dividido em distritos eleitorais, cada um responsável por eleger um representante, de tal sorte que o eleitor vota em um candidato de seu distrito, e vence aquele que obtiver a maior votação, normalmente por maioria simples.

Trata-se de mecanismo conhecido como plurality ou sistema de maioria simples em distritos uninominais, uma vez que não se exige que o vencedor obtenha mais de 50% dos votos. Por sua vez, cogita-se, ainda, do voto distrital misto, que combina dois mecanismos de eleição: i) a escolha de representantes por distritos; e ii) a distribuição proporcional de cadeiras entre partidos.

No sistema de voto distrital misto, parte dos parlamentares é eleita em distritos e parte por listas partidárias. O eleitor, geralmente, dispõe de dois votos: i) voto distrital, com o qual escolhe um candidato para representar seu distrito; e ii) voto partidário, com o qual escolhe um partido, cuja votação determina a distribuição das cadeiras proporcionais (voto em lista), modelo que agrada aos caciques das legendas.

É inquestionável que o voto distrital puro propicia maior peso à competição entre candidatos em cada território. O voto distrital misto tenta combinar a representação territorial com a proporcionalidade partidária. Inexiste sistema eleitoral que se repute perfeito ou ideal, mas o voto proporcional carrega histórias de muitas imperfeições no processo de composição das Casas Legislativas.

Há casos consabidos segundo os quais aspirantes conquistam mandatos parlamentares com baixa densidade eleitoral e obscura representatividade, em decorrência do desempenho de candidatos extraordinariamente votados, como fenômenos atípicos, por força de cujos votos elegem-se verdadeiras bancadas.

Os chamados puxadores de votos desequilibram o processo político-eleitoral, ao artificializar a representação política, em detrimento de outros concorrentes mais qualificados, inclusive eleitoralmente, quando comparados com aqueles eleitos sob o benefício da avassaladora votação obtida pelo candidato que amealhou milhões de sufrágios. Diferentemente, no sistema distrital puro, existe aproximação entre eleito e eleitor, o que facilita a escolha e a valorização dos compromissos do mandato, bem como se impede a eleição de candidatos sem representatividade e sem votação expressiva, beneficiados pelos votos atribuídos a outros concorrentes.

Atualmente, vigora no Brasil o sistema proporcional para eleger deputados federais, estaduais e distritais e vereadores. Os votos nominais e de legenda são considerados na distribuição das cadeiras entre partidos e federações, e os candidatos mais votados, dentro das regras aplicáveis, ocupam as vagas conquistadas por suas legendas. A adoção de um sistema distrital exigiria mudanças na organização das circunscrições eleitorais, nas regras de candidatura e na distribuição de cadeiras.

Não se pode desconsiderar a premissa de que a adoção do voto distrital ampliaria o fosso na legitimidade da representação, porque haveria desproporcionalidade no valor individual do sufrágio, conforme a divisão dos distritos em circunscrições eleitorais de maior ou menor densidade populacional e eleitoral. Cabe ao Congresso Nacional a palavra final sobre mudanças no sistema eleitoral brasileiro.

A escolha de outro modelo, distrital puro ou misto, reclama cautela e muito debate, principalmente com a sociedade, em interlocução com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, porquanto o novo paradigma altera profundamente a realidade política nacional e os critérios da concepção do exercício da cidadania.

É fundamental que haja compreensão clara do povo sobre a mudança de baliza, principalmente para ampliar a confiança no sistema eleitoral, ainda cético quanto à eficácia do voto como instrumento de transformação das condições de vida do cidadão. Por fim, o mais importante é que a democracia brasileira se afirme sempre na vontade popular, expressada no exercício do direito de votar, em ambiente livre e plural, independentemente do sistema eleitoral.

Visão do Direito



Tatiana R. Kanas
Sócia da área tributária do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

Imposto seletivo: a conta que a reforma tributária ainda não fechou

Um imposto criado para desestimular o consumo pode se tornar indispensável para financiar o Estado? Essa contradição da reforma tributária veio à tona com a MP 1.399/2026, publicada em 4 de novembro, que fixa as alíquotas do Imposto Seletivo para 2027 com a promessa de preservar a carga atual. Manter a arrecadação estável, contudo, não afasta os riscos que o desenho do tributo carrega.

Conhecido como Imposto do Pecado, o Seletivo incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Sua função é indutora, mas também lhe cabe preservar a carga tributária — e aí surge a tensão. Quanto mais eficaz o tributo, menor tende a ser sua arrecadação.

Como essa receita entrará no cálculo da alíquota de referência da CBS, a queda do consumo poderá recair sobre a tributação geral. Um imposto regulatório não deveria ser tratado como fonte permanente de receita.

Em 2027, a intenção é manter o encargo do IPI, mas isso se dará por meio de fatores de conversão calculados por categoria de produto, que não refletem necessariamente a realidade de cada empresa.

Além disso, o Seletivo será cobrado uma única vez, na fabricação, importação ou extração, sem gerar créditos, e integrará a base da CBS e do IBS, com possíveis efeitos sobre os preços. As alíquotas variam bastante: cigarros terão 66,7% sobre base reduzida, mais R$ 3,50 por maço; bebidas alcoólicas, entre 4,2% e 24%; e refrigerantes, 2,6%. Disparidades entre produtos semelhantes sem justificativa consistente poderão ser contestadas judicialmente.

O maior risco imediato está no calendário. A Constituição limita a cobrança de impostos instituídos ou majorados por medida provisória: se a MP não for convertida em lei até 31 de dezembro, será controversa a exigência do Seletivo em 2027. Se a conversão da MP se der apenas no próximo ano, a cobrança em 2027 será questionável e poderá chegar aos tribunais.

Há, ainda, uma lacuna em janeiro: o IPI terá alíquotas zeradas a partir de 2027, mas o Seletivo só será cobrado a partir de 2 de fevereiro. Sem nova providência legislativa, nenhum dos dois tributos incidirá nesse intervalo. O teste do Seletivo será reduzir danos sem criar distorções.

Um tributo concebido para corrigir comportamentos não pode depender da permanência deles para equilibrar as contas, nem transferir ao contribuinte o custo da imprevisibilidade legislativa. É essa coerência que dará legitimidade à reforma.

Visão do Direito



Leonardo Corrêa
Sócio do 3C LAW | Corrêa & Conforti Advogados, com LL.M pela University of Pennsylvania (EUA). Cofundador e presidente da Lexum

A reforma que já foi feita sem votação

Tramita no Senado a reforma do Código Civil (Projeto de Lei 4/2025), que trata da responsabilidade civil no ambiente digital. Definir quem suporta o risco cibernético cabe ao Congresso Nacional, não ao Judiciário. Antes da votação, alguns tribunais já construíam, por presunção, regime não previsto em lei.

O Projeto de Lei exige segurança compatível com o risco e condiciona a responsabilidade sem culpa a risco "especial e diferenciado", aferido por estatísticas, prova técnica e classificação regulatória. Não autoriza deduzir responsabilidade do êxito de um ataque. A Emenda 211 do projeto afasta o dever de indenizar quando comprovada a adoção, de boa-fé, das medidas disponíveis para evitar ou mitigar o dano. Já a Emenda 209 exige "falha ou omissão" dos prestadores digitais.

No REsp 2.121.904/SP, relatado pela ministra Nancy Andrighi e julgado por unanimidade, em fevereiro de 2025, pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), firmou-se que, em seguro de vida, o vazamento de dados sensíveis do segurado gera responsabilidade objetiva da seguradora e dano moral presumido. O acórdão transcreve o artigo 44 da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): o tratamento é irregular quando não oferece a segurança que o titular pode esperar, considerados os riscos razoáveis e as técnicas disponíveis à época. Mas o dispositivo desaparece da fundamentação, e a conclusão prescinde dele. Esse artigo fixa parâmetro contextual, não absoluto, para aferir a irregularidade.

A seguradora alegou adotar protocolos de segurança. O Tribunal de origem disse que não os esclareceu, embora a prova requerida pela empresa tenha sido indeferida. Indefere-se a prova e depois se cobra a ausência. Falha de segurança é questão técnica, dependente de perícia.

A responsabilidade objetiva não é automática. O Código de Defesa do Consumidor incide na relação securitária e dispensa a prova de culpa, não a do defeito, do dano e do nexo causal. Se o sucesso da invasão "prova" o defeito, a natureza dos dados "prova" o dano e o nexo resulta dessas presunções, chega-se à responsabilidade por risco integral.

A LGPD prevê outra sequência. O artigo 42 da legislação impõe reparação a quem causar dano em violação à lei. O artigo 43 permite demonstrar que não houve violação ou que o dano decorreu de culpa exclusiva do titular ou de terceiro. Já o 44 exige que a ausência de medidas de segurança tenha causado o dano. O nexo continua necessário – e foi o ponto menos examinado. Não se identificou qual informação do segurado foi acessada nem que consequência produziu.

Há controvérsia sobre o conceito de dado pessoal sensível. No AREsp 2.130.619/SP, julgado em 2023 pela Segunda Turma do STJ, afirmou-se que o artigo 5º, II, contém "rol taxativo". Dois anos depois, porém, a categoria passou a abranger informações capazes de gerar discriminação, "sobretudo" as previstas na lista legal. Rol taxativo em 2023, exemplificativo em 2025, sem alteração da lei.

Foram consideradas sensíveis informações fiscais, bancárias e de saúde. As duas primeiras não constam do artigo 5º. Sobre saúde, o comunicado dizia que as propostas poderiam conter tais informações. Uma possibilidade genérica virou fato incontroverso.

Também se confundiram risco e dano. O acórdão afirma que o vazamento expõe o consumidor a riscos e reconhece dano moral presumido. Risco é possibilidade; dano é lesão produzida. O risco reclama comunicação e mitigação; o dano, reparação.

Isso não confere imunidade. Vulnerabilidade negligenciada ou descumprimento de padrões técnicos demonstram falha e contribuição causal – nesses casos, a reparação é devida. O que se pede é investigação. Igualar quem investiu em segurança a quem nada fez transforma o dever de comunicar do artigo 48 da LGPD em armadilha para quem o cumpre.

O desfecho do REsp 2.121.904/SP sintetiza o problema. A sentença condenou a seguradora a informar quais dados haviam sido violados e a pagar R$ 10 mil. O Tribunal de origem afastou a obrigação de informar e elevou a indenização para R$ 15 mil; o STJ manteve ambas. O segurado recebe, mas continua sem saber o que vazou.

Cabe ao Judiciário dizer o que a lei é, não o que deveria ser. A responsabilidade objetiva por vazamento de dados me parece má política legislativa. Essa é uma opinião: em democracia, opiniões precisam conquistar votos. Quem pensa o contrário que submeta a proposta ao Legislativo. Entre a indiferença diante de uma invasão e a responsabilidade integral, há o caminho traçado pela LGPD. Um caminho que os tribunais precisam voltar a percorrê-lo.

Visão do Direito



Patrícia Feitosa
Advogada criminalista

Falsas promoções e golpes na Black Friday: como o consumidor deve agir?

A Black Friday movimenta o comércio e amplia as oportunidades de compra, mas também exige atenção diante do aumento de golpes e fraudes. Falsas promoções, anúncios enganosos, perfis fraudulentos, clonagem de cartões e pedidos de pagamento via Pix estão entre os riscos. Conhecer os sinais de alerta e saber como agir diante de uma fraude é fundamental para evitar prejuízos e tentar recuperar o dinheiro.

Dependendo da forma como a fraude é praticada, a conduta pode configurar estelionato, previsto no artigo 171 do Código Penal. O crime ocorre quando alguém utiliza artifícios para induzir ou manter outra pessoa em erro, com o objetivo de obter vantagem ilícita. É importante diferenciar, porém, uma fraude intencional de problemas relacionados ao descumprimento de uma oferta ou contrato. Nem todo problema em uma compra configura crime, e cada caso deve ser analisado individualmente.

Antes de finalizar uma compra, o consumidor deve verificar se está acessando o site oficial da loja, conferir o endereço eletrônico e desconfiar de ofertas muito abaixo dos preços praticados no mercado. Perfis recém-criados, páginas que imitam marcas conhecidas e links suspeitos também merecem atenção. Nos pagamentos via Pix, é essencial conferir o nome do destinatário e os dados da conta antes de confirmar a transferência. Se as informações não corresponderem às da empresa anunciada, o mais seguro é interromper a operação.

Caso perceba que foi vítima de um golpe, a primeira orientação é reunir provas. Comprovantes de pagamento, conversas, anúncios, notas fiscais, e-mails, números de telefone e dados das contas envolvidas podem ajudar a demonstrar como a fraude aconteceu. Também é importante registrar um boletim de ocorrência, que formaliza o caso e pode contribuir para a investigação e a identificação dos responsáveis.

Nos casos envolvendo Pix, o consumidor deve entrar em contato imediatamente com o banco, pelos canais oficiais, e solicitar a contestação da transação por suspeita de fraude, com acionamento do Mecanismo Especial de Devolução (MED), quando cabível. O pedido pode ser feito em até 80 dias após a transferência, mas a recuperação do dinheiro não é garantida. O procedimento depende da análise da instituição financeira e da disponibilidade de recursos nas contas envolvidas. Quanto mais rápida a comunicação, maiores as possibilidades de adoção das medidas para tentar recuperar os valores.

Outro risco é o golpe da recuperação, em que criminosos prometem devolver o dinheiro perdido mediante o pagamento de taxas ou o fornecimento de dados pessoais e bancários. A vítima deve desconfiar de promessas de recuperação garantida e nunca compartilhar senhas ou códigos de segurança com desconhecidos. O caminho mais seguro é procurar diretamente o banco e os canais oficiais das autoridades.

Além de buscar providências para reduzir o prejuízo, o consumidor deve preservar todas as informações relacionadas à fraude, evitando apagar mensagens ou registros da negociação. Esses materiais podem contribuir para a investigação criminal e para eventuais medidas na esfera do consumidor. A prevenção continua sendo a principal forma de proteção: verificar a procedência das ofertas, utilizar canais oficiais e conferir os dados antes de realizar pagamentos são cuidados essenciais durante a Black Friday.

Visão do Direito



Léo Rosenbaum
Advogado e sócio do Rosenbaum Advogados. Atua em direito do consumidor, com foco em direito à saúde

A origem da judicialização excessiva dos planos de saúde

Quando um paciente precisa entrar na Justiça para conseguir um tratamento que o próprio plano deveria cobrir, o problema já chegou tarde ao Judiciário. Antes da petição inicial, houve um contrato, uma promessa de cobertura, uma prescrição médica, um pedido de autorização e, em algum momento, uma negativa ou uma resposta que não respondeu. Discutir a judicialização da saúde suplementar só pelo número de processos ou pelo custo das decisões é ler o fim de uma história que começou muito antes, na relação entre o consumidor e a operadora.

Os números dão a dimensão do fenômeno. O Diagnóstico da Judicialização da Saúde Pública e Suplementar, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), identificou, entre agosto de 2024 e julho de 2025, 123 mil novos processos de saúde suplementar no primeiro grau e outros 108 mil no segundo. No mesmo período, 69,5% das liminares foram deferidas e 87% das ações terminaram procedentes. Esses dados não provam que toda negativa de cobertura seja abusiva. Mas também não autorizam a tese de que a judicialização é um problema criado pelo consumidor que bate à porta da Justiça.

A pergunta que importa é outra: quantos desses conflitos poderiam ter sido resolvidos antes de virar processo? Entre o pedido do beneficiário e a sentença existe um longo caminho: a solicitação do procedimento, a análise da cobertura, o envio de documentos, a autorização ou a negativa e a revisão administrativa. Quando esse percurso funciona com eficiência e transparência, o Judiciário volta a ser o que deveria ser na maior parte desses casos: o lugar das controvérsias que, de fato, não tiveram outra solução.

A legislação já oferece as ferramentas. A Lei nº 9.656/1998, que regula os planos de saúde, convive com o Código de Defesa do Consumidor, que garante informação clara e adequada e veda cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada. Em um contrato de adesão tão complexo quanto o de um plano de saúde, transparência não é gentileza: é obrigação jurídica. Uma negativa genérica, ou mal fundamentada, transforma uma divergência que se resolveria por telefone em um processo judicial.

O mesmo vale para o rol de procedimentos da ANS. A Lei nº 14.454/2022 definiu o rol como referência básica de cobertura e estabeleceu critérios para os tratamentos que não estão na lista. Na prática, analisar uma negativa exige mais do que consultar o rol: é preciso considerar o contrato, a doença coberta, a indicação médica, as evidências científicas e as normas aplicáveis ao caso. O rol é uma referência regulatória. Não pode virar resposta automática para qualquer pedido médico.

Há, ainda, um dado que deveria provocar uma reflexão mais funda. Segundo a ANS, as despesas judiciais das operadoras somaram cerca de R$ 3,9 bilhões nos 12 meses encerrados no primeiro trimestre de 2025, e aproximadamente 62% desse valor envolvia procedimentos que já deveriam estar cobertos pelos próprios contratos. Se a maior parte do custo judicial vem de obrigações que o contrato já prevê, culpar o "excesso de demandas" não explica o problema. A questão é entender por que direitos que deveriam ser reconhecidos no balcão da operadora estão chegando aos tribunais.

Isso não significa que toda negativa seja ilegal ou que todo pedido judicial deva ser acolhido. Há controvérsias legítimas sobre limites contratuais, critérios técnicos, tratamentos experimentais e exigências regulatórias. Mas uma controvérsia legítima exige uma resposta legítima. O consumidor tem o direito de saber por que o pedido foi recusado, qual cláusula ou norma sustenta a recusa e como pode pedir a revisão. Quanto mais clara e tecnicamente consistente for essa resposta, maior a chance de o conflito terminar sem processo.

É preciso cuidado, também, para que o discurso de redução da judicialização não se transforme em restrição ao acesso à Justiça. O artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Judiciário. Na saúde, essa garantia pesa ainda mais quando há risco de a doença se agravar ou de o tratamento ser interrompido. Prevenir conflitos não é dificultar o processo; é evitar que o consumidor precise dele para obter o que poderia ter sido resolvido administrativamente.

Nesse cenário, mecanismos como a Notificação de Intermediação Preliminar (NIP), da ANS, ganham peso. Eles mostram que a desjudicialização não depende só do Judiciário: passa pela qualidade do atendimento, pela eficiência dos canais de reclamação, pela revisão séria das negativas, pela clareza das informações e pela disposição das operadoras de corrigir rapidamente os próprios erros. Cada conflito resolvido antes da petição inicial é mais do que um processo a menos. É tempo, dinheiro e, muitas vezes, sofrimento poupado ao paciente.

A sustentabilidade da saúde suplementar é indispensável, mas não pode ser construída transferindo o conflito para o consumidor ou para o Judiciário. Do mesmo modo, proteger o consumidor não significa presumir que toda negativa é abusiva. O caminho está no equilíbrio entre viabilidade econômica, segurança jurídica, boa regulação e efetividade do direito à saúde. Quem quer reduzir a judicialização precisa olhar para a origem do problema. A conta não começa quando o consumidor procura um advogado ou pede uma liminar. Começa muito antes: na contratação, na informação, na negativa e na capacidade de resolver o conflito. O melhor processo, sobretudo quando o assunto é saúde, continua sendo aquele que não precisou existir.

Visão do Direito



Maurício Sampaio da Cunha
Advogado especialista em direito do trabalho e sócio do Badaró Almeida & Advogados Associados

Mensagens no Teams ou Slack podem justificar justa causa? Os limites da fiscalização no trabalho

Uma conversa informal entre colegas, registrada no Microsoft Teams ou no Slack, pode justificar uma demissão por justa causa? A resposta depende não apenas do conteúdo das mensagens, mas também das circunstâncias em que foram trocadas e da forma como a empresa teve acesso a elas. A utilização crescente dessas plataformas no ambiente corporativo trouxe uma questão jurídica relevante: até onde vai o direito do empregador de fiscalizar as comunicações de seus funcionários?

As empresas têm o direito de proteger informações estratégicas, prevenir irregularidades e acompanhar o uso de suas ferramentas digitais. Esse poder, porém, não é ilimitado. A Constituição Federal assegura a proteção à intimidade e à vida privada, direitos que também devem ser respeitados nas relações de trabalho. O fato de uma plataforma ser disponibilizada pelo empregador não significa que todas as mensagens nela armazenadas possam ser acessadas indiscriminadamente.

Essa distinção é importante porque conversas profissionais e manifestações pessoais podem coexistir no mesmo ambiente digital. Uma crítica à gestão, um comentário inconveniente ou uma divergência entre colegas não possuem, necessariamente, a mesma gravidade de uma ofensa, do vazamento de informações confidenciais ou de uma conduta capaz de comprometer a relação de confiança entre empregado e empregador.

O artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece as hipóteses de demissão por justa causa, mas a aplicação dessa penalidade exige análise das circunstâncias, provas consistentes e observância da proporcionalidade. Desconsiderar o contexto das mensagens ou recorrer a métodos abusivos de fiscalização pode comprometer a validade das provas obtidas e, consequentemente, da própria penalidade.

A questão também envolve a proteção de dados pessoais. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece princípios como finalidade, necessidade e transparência, que devem orientar o tratamento de informações dos trabalhadores. Na prática, isso exige que o monitoramento tenha objetivos legítimos e definidos, observe critérios proporcionais e seja acompanhado de políticas claras sobre o uso das ferramentas corporativas e as condições de acesso às comunicações.

A ausência desses cuidados pode expor as empresas a questionamentos judiciais e ampliar os riscos trabalhistas. Por isso, políticas internas transparentes, orientação prévia aos empregados e procedimentos de fiscalização compatíveis com a finalidade pretendida são medidas fundamentais para conciliar a proteção dos interesses empresariais com o respeito aos direitos individuais.

A tecnologia ampliou a capacidade de monitoramento das organizações, mas não afastou os limites legais do poder diretivo do empregador. Fiscalizar o ambiente de trabalho é uma prerrogativa legítima; invadir indiscriminadamente a esfera privada dos trabalhadores, não. Quando essa fronteira é ultrapassada, uma medida criada para proteger a empresa pode se transformar em motivo para sua própria responsabilização.

Visão do Direito



Guilherme Veiga
Doutor em direito constitucional e advogado com atuação no STF e STJ

O Supremo, a sociedade e o desafio de decidir melhor

Há muito tempo, o Supremo Tribunal Federal (STF) deixou de ser apenas o tribunal que decide, em silêncio institucional, se uma lei é constitucional ou inconstitucional. Nas últimas décadas, a Corte passou a ocupar um lugar central na vida brasileira. Temas que antes pareciam restritos ao Parlamento, ao Executivo ou à administração pública passaram a chegar ao STF com intensidade crescente: saúde, educação, sistema prisional, meio ambiente, tecnologia, proteção de dados, liberdade de expressão, políticas públicas, conflitos federativos e direitos fundamentais.

Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Em várias democracias constitucionais, as supremas cortes passaram a ser chamadas a decidir questões difíceis, muitas vezes marcadas por desacordos morais profundos e por elevada complexidade técnica. A diferença brasileira está na dimensão desse processo. A Constituição de 1988 é ampla, generosa e analítica. Ela trata de muitos aspectos da vida social e política do país. Por isso, quando a sociedade entra em conflito, é comum que o debate também assuma uma dimensão constitucional.

Foi a partir dessa constatação que desenvolvi o livro *Jurisdição Constitucional Dialógica: legitimidade, procedimento e produção de conhecimento no Supremo Tribunal Federal*. A obra nasceu de uma pesquisa acadêmica de doutorado, posteriormente reelaborada para alcançar um público mais amplo, sem perder o rigor jurídico. Seu objetivo central é simples de enunciar, embora complexo de desenvolver: demonstrar que, em uma sociedade plural e altamente técnica, a legitimidade das decisões constitucionais não depende apenas de quem decide, mas também de como se decide.

Durante muito tempo, a legitimidade da jurisdição constitucional foi explicada principalmente pela autoridade formal da Corte. O Supremo decide porque a Constituição lhe atribui a função de guardião da Constituição. Essa afirmação continua verdadeira, mas já não é suficiente. Quando o Tribunal julga temas que afetam milhões de pessoas, reorganizam políticas públicas ou exigem compreensão científica especializada, a qualidade do procedimento que antecede a decisão passa a ser tão relevante quanto o resultado final.

Em outras palavras, uma decisão constitucional legítima não nasce apenas no momento do voto. Ela começa a ser construída antes: na forma como o processo é organizado, na escuta dos interessados, na participação de especialistas, na transparência dos atos, na consideração dos dados técnicos e na capacidade institucional de compreender os fatos constitucionais envolvidos.

É nesse ponto que surge a ideia de jurisdição constitucional dialógica. O diálogo, aqui, não é uma palavra ornamental. Não se trata de transformar o Supremo em assembleia permanente, nem de substituir a autoridade judicial por negociações políticas. O que se propõe é algo mais preciso: reconhecer que determinadas controvérsias constitucionais exigem procedimentos mais abertos, mais qualificados e mais adequados à complexidade dos problemas que chegam à Corte.

O livro examina instrumentos que já fazem parte da experiência brasileira, como as audiências públicas, a participação de amici curiae, as audiências de contextualização, a instrução dos fatos constitucionais e, em situações excepcionais, a mediação constitucional. Esses mecanismos permitem que o Tribunal amplie seu horizonte de compreensão antes de decidir. Em vez de julgar apenas a partir de argumentos jurídicos abstratos, a Corte pode ouvir especialistas, representantes institucionais, grupos afetados e órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas discutidas.

Isso é especialmente importante em casos de alta densidade técnica ou social. Quando o Supremo decide sobre saúde pública, sistema prisional, proteção ambiental, novas tecnologias ou conflitos federativos, ele não lida apenas com normas jurídicas. Lida também com fatos, dados, impactos financeiros, evidências científicas, capacidades administrativas e consequências sociais. A Constituição continua sendo o centro da decisão, mas a correta aplicação da Constituição exige conhecimento adequado da realidade sobre a qual ela incide.

A obra, contudo, não faz uma defesa ingênua da participação. Mais participação não significa, automaticamente, melhor decisão. Um processo aberto, mas desorganizado, pode produzir confusão. Uma audiência pública sem método pode gerar excesso de informações, desequilíbrio entre participantes ou simples legitimação simbólica de uma decisão já tomada. Uma mediação constitucional sem limites pode comprometer a função do Supremo, gerar insegurança jurídica ou permitir que interesses particulares negociem aquilo que pertence à ordem constitucional.

Por isso, o livro insiste em uma ideia fundamental: diálogo exige método. A abertura procedimental da jurisdição constitucional só se justifica quando acompanhada de critérios claros de transparência, representatividade, contraditório, igualdade entre os participantes e responsabilidade decisória. O Supremo pode ouvir mais, mas não pode deixar de decidir quando a Constituição exigir uma resposta. Pode estimular consensos, mas não pode permitir que o sentido da Constituição seja privatizado. Pode mediar aspectos instrumentais ou executivos de determinados conflitos, mas não pode abdicar de seu papel institucional.

"A autoridade judicial não se enfraquece pelo diálogo; enfraquece-se quando decide sem demonstrar que compreendeu a complexidade do problema submetido à sua apreciação"

Essa distinção é essencial. A mediação constitucional, quando cabível, não deve ser compreendida como uma forma de as partes "negociarem a Constituição". A Constituição não está disponível para transação. O que pode ser discutido, em determinados casos, são caminhos de implementação, prazos, medidas de transição, formas de cumprimento, ajustes institucionais e soluções práticas capazes de tornar efetivos os direitos constitucionais. A consensualidade, nesse contexto, não substitui a jurisdição; ela pode funcionar como técnica auxiliar de concretização constitucional.

Outro ponto central do livro é a necessidade de se pensar a produção de conhecimento dentro do processo constitucional. O Supremo não decide no vazio. Muitas vezes, precisa compreender realidades complexas antes de fixar uma tese constitucional. Por isso, a instrução dos fatos constitucionais deve ser levada a sério. Não basta afirmar que determinado tema é relevante, urgente ou sensível. É preciso criar condições para que os fatos sejam debatidos com seriedade, os dados sejam submetidos ao contraditório e as informações técnicas sejam incorporadas de modo racional à fundamentação da decisão.

A jurisdição constitucional dialógica, portanto, não diminui a autoridade do Supremo. Ao contrário, pode fortalecê-la. Uma Corte que decide depois de estabelecer o contraditório efetivo sobre o fato constitucional, pode justificar de forma transparente as razões de sua decisão, tendendo a produzir julgamentos mais legítimos e mais racionais. A autoridade judicial não se enfraquece pelo diálogo; enfraquece-se quando decide sem demonstrar que compreendeu a complexidade do problema submetido à sua apreciação.

A obra também procura situar esse debate em um contexto mais amplo: a expansão da jurisdição constitucional, a judicialização da política, a separação de poderes, os direitos fundamentais, os litígios estruturais e os desafios das democracias contemporâneas. O Supremo é frequentemente acusado de decidir demais. Em alguns casos, essa crítica pode ser pertinente. Mas há, também, situações em que a Corte é chamada a agir porque os demais Poderes não conseguiram produzir uma resposta adequada ou porque direitos fundamentais estão em risco.

O problema, portanto, não se resolve com fórmulas simples, como defender ativismo irrestrito ou autocontenção absoluta. Entre a omissão e o excesso, há um caminho institucional mais sofisticado: uma atuação constitucional responsável, procedimentalmente estruturada e aberta ao diálogo. A isso o livro chama de autocontenção qualificada. O Tribunal pode, em determinadas circunstâncias, devolver o debate aos Poderes políticos, construir soluções graduais, estimular acordos institucionais ou estabelecer parâmetros constitucionais sem substituir integralmente o espaço próprio da política democrática.

Ao final, a principal mensagem da obra é que o desafio contemporâneo do Supremo Tribunal Federal não é escolher entre decidir ou dialogar. O verdadeiro desafio é decidir melhor por meio de procedimentos mais adequados. A jurisdição constitucional do futuro deverá combinar autoridade decisória, abertura institucional e produção qualificada de conhecimento.

Não se trata de enfraquecer a Constituição, mas de levá-la mais a sério. Levar a Constituição a sério significa reconhecer que seus valores não se realizam apenas no texto das decisões, mas também no caminho institucional percorrido até elas. Significa compreender que a legitimidade democrática de uma Suprema Corte depende de sua capacidade de ouvir, ponderar, justificar e decidir com responsabilidade.

Em tempos de polarização, desconfiança institucional e conflitos cada vez mais complexos, o Supremo Tribunal Federal precisa ser mais do que o órgão da última palavra. Precisa ser também um espaço de razão pública, de escuta qualificada e de construção responsável do conhecimento constitucional. Essa é a proposta central do livro: pensar uma jurisdição constitucional que não abdique de decidir, mas que compreenda que, em uma democracia plural, a qualidade da decisão começa pela qualidade do procedimento.

DIÁRIOS ASSOCIADOS | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 12 de novembro de 2026

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA
2 IMÓVEIS ALUGUEL
3 VEÍCULOS
4 CASA & SERVIÇOS
5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES
6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíite, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíite, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

1.2 ÁGUAS CLARAS

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 suítes pronto p/;morar 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES



PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

2 QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 GUARÁ

QI 23 Guará Nobre 3qts garagem elevador desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 48 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

TAGUATINGA

3 QUARTOS



1.2 TAGUATINGA

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

PARA INVESTIDOR
TENHO casa p/reformar 3qts (suite) 1 escritório 1wc social 2 salas coz ár/serv dce 99872-0907

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS



CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

OUTROS ESTADOS

3 QUARTOS

CALDAS NOVAS GO Vendo excelente casa mobiliada, 2qtos sendo 1 suíte no Cond. Vila Verde QD 157 Chalé 07. Para pessoas de fino trato. Valor R$ 140 mil . Tr: (61) 99982-7832/ 99945-1948 3345-6714

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES CONSULTORA IMOBILIÁRIA CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!
(62) 98280-1111



1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

GUARÁ

SR. IMÓVEIS CJ 9417
QI 08 Oportunidade ! R$ 1.250.000,00 Lotes de 400 metros , contrói três vezes, residencial e comercial Contato: 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO CHÁCARA
CORUMBÁ IV 20.984 m2 quit cs poço artesiano energia solar, frutíferas, tanque peixe 345 mil. Ac imóvel no DF/ carro (61) 9 8621-4352

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

QUITINETES

911 GARDEN PARK Conj. G, bloco I, Kit 216. Aluga-se kit, área 26 m2, 1 vaga de gar. Tr Pedro (61)98659-1796/ 3273-9561.

911 GARDEN PARK Conj. G, bloco I, Kit 216. Aluga-se kit, área 26 m2, 1 vaga de gar. Tr Pedro (61)98659-1796/ 3273-9561.

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc $ 1.400 991577766 c9495

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

QD 06 Alugo casa 4qts c/suite e gar portão eletrônico 99983-1953 c3149

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 SUDOESTE

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417
SCRN 704 Norte c/ 3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de parea de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417
SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS CJ 9417
SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

GAMA

ALUGO IMÓVEIS comerciais no Gama-DF 99976-4334.

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CITROEN

EXCLUSIVE
C3/13 autom. preto único dono, 13.780 km, flex, teto zenith panorâmico, banco de couro, ar digital, chave reserva. Raridade! R$ 50.000,00. F: (61) 99977-3233.

RENAULT

DUSTER 25/26 Iconic 1.6 CVT 16.000km preto ótimo estado R$ 136mil (61) 98114-9319

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

TOYOTA

HILUX 21/21 CD, 4x4, diesel, manual, 233mil km , R$ 160.000,00 Tr.(81) 98288-1108

HILUX 21/21 CD, 4x4, diesel, manual, 233mil km , R$ 160.000,00 Tr.(81) 98288-1108

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO
ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

SOARES NETO
ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

CONVOCAÇÃO
JHON EBERT Ferreira De Oliveira CPF: 057.311.921-03 CD ED002 comparecer no prazo de 48h no Endereço do serviço Chác.27 Rua 05 Nucléo Rural Lago Oeste, sob pena de caracterização de abandono de emprego, nos termos de lei, conforme art 482 Letra I da CLT.

5.2 MÍSTICOS

MÍSTICOS

BENÇÃO ESPIRITUAL
DONÁ PERCILIA Renove sua vida , resolva seus problemas. Seu sofrimento tem solução. Trabalhamos c/ as forças e auxílio dos Espíritos de luz. Fazemos e desfazemos qualquer tipo de trabalho, Amarração p/ o Amor. Abertura de caminhos,ProteçãoEspiritual, União de Casais, Afastamento de Rivais, Passes, rezas e benzimentos p/ Brigas, Separação, Vícios, Depressão, Ansiedade , Inveja, Dificuldades. Afasta quem te perturba, Frigidez sexual e p/Filhos Problemáticos. Búzios Cartas Tarot. QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua Colégio Guiness 3971-2575 ou 98363-5506 (Zap)

PAI AKAYRAN
JOGA-SE BÚZIOS e trabalhos em geral. Aqui tiramos todas suas dúvidas com assertividade, e realizamos qualquer tipo de trabalho com segurança e resposta imediata. (61) 98160-2275

5.3 INFORMÁTICA

WEBSITE

TENHA UM SITE PROFISSIONAL E CONQUISTE MAIS CLIENTES A sua empresa merece estar na Internet! Criamos sites modernos, rápidos e profissionais , otimizados para o Google e adaptados para celulares. Valorize sua marca, conquiste novos clientes e aunente suas oportunidades de negócio. Solicite seu orçamento pelo WhatsApp (61) 99278-4283

ANUNCIE O SEU IMÓVEL
LIGUE PARA:
61 3342-1000
CLASSIFICADOS

5.7 HOSPEDAGEM

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

RESORT ENCONTRO das guas - Caldas Novas-GO. Vendo cota quitada, escriturada de apartamento R$ 35.000. Tr: (61) 98316-7496.

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

FOTOGRÁFO DAS GPS Já ha 15 anos! 10 fotos Tops! 100 Reais. Realizo as fotos no seu local ou Motel. Zap (61) 98474-3116 Edy

FOTOGRÁFO DAS GPS Já ha 15 anos! 10 fotos Tops! 100 Reais. Realizo as fotos no seu local ou Motel. Zap (61) 98474-3116 Edy

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CASEIRO CASAL com referências, serviços gerais. Sítio no DF. R$ 2.500,00 mais cesta/gás Tr. (61) 99221-3898

CASEIRO PARA Serviços Gerais, p/morar, só casal . Tr. 99906-0503.

CONTRATA-SE
MARCENEIRO c/ experiência e Meio Oficial . p/ Tag.Sul Whats 98128-0346 inoveambientes@gmail.com

CONTRATA-SE
MARCENEIRO c/ experiência e Meio Oficial . p/ Tag.Sul Whats 98128-0346 inoveambientes@gmail.com

CASEIRO CASAL com referências, serviços gerais. Sítio no DF. R$ 2.500,00 mais cesta/gás Tr. (61) 99221-3898

6.1 NIVEL BÁSICO

PINTOR AUTOMOTIVO c/experiência R$3.500 + VT Tr: 61 99903-3085

TRABALHADOR RURAL c/ experiência em manutenção/servente, p/ morar no local. Salário R$ 1.630,00 a combinar + insalubridade, + gratificação. Auxiliar nos serviços gerais da fazenda, localizada na beira da rodovia, perto da cidade e com ponto de ônibus. Tratar: 61 98275-9742

TRABALHADOR RURAL c/ experiência em Granja de Suínos ou Aves, p/ morar no local. Salário a combinar, + insalubridade + gratificação. Auxiliar nos serviços gerais da granja, localizada na beira da rodovia, perto da cidade e com ponto de ônibus. Tr: 61 98275-9742

PINTOR AUTOMOTIVO c/experiência R$3.500 + VT Tr: 61 99903-3085

6.1 NIVEL BÁSICO

EMPREGO EM LANCHONETE Iniciais de R$ 2.450 a R$ 4.500 Sobradinho CV p/ barlanche12@gmail.com

LANCHONETE CONTRATA - Vagas com iniciais a partir de R$12 por hora vários horários, em Sobradinho. Enviar CV para: sobr2010@gmail.com

MECÂNICO c/ Experiência 3.500 + Passagem e almoço Tr. 99903-3085

LANCHONETE CONTRATA - Vagas com iniciais a partir de R$12 por hora vários horários, em Sobradinho. Enviar CV para: sobr2010@gmail.com

EMPREGO EM LANCHONETE Iniciais de R$ 2.450 a R$ 4.500 Sobradinho CV p/ barlanche12@gmail.com

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação nº 336/2026

OBJETO: Fornecimento de materiais para instalação, movimentação, manutenção e atualização da Rede Local do Senado Federal.
ABERTURA: 27/11/2026, às **09h30**, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CÔRTES
Pregoeiro

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

BRASIL TEMPER CONTRATA
AUX. DE PRODUÇÃO e EXPEDIÇ O p/ trabalhar na ADE de guas Claras. Enviar currículo para: Zap RH (61) 9.9680-9278 ou e-mail: brasiltemper.brasiltemper@gmail.com

PET SHOP NO COND SOLAR DA SERRA JD BOTÂN ICO PRECISA
BANHISTA COM EXPERIÊNCIA pontual e gostar de animais, 44 hs semanais, R$2.100 + VL Transporte e 2 folgas/mês, além dos domingos. Currículo p/ Zap 61 99606-6235.

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE
COZINHEIRA , Atendente e Sushiman. Que seja pró-ativo. Local de trabalho em Taguatinga . Enviar CV para e-mail: curriculum.guara@gmail.com

CONTRATA-SE
MOTORISTA FREELANCER Categoria D ou E. . Atuação c/ pessoas em situação de rua, Desejável experiência . Diária: R$ 150,00 (12h). Trab. em várias regiões administrativas. Enviar currículo só quem tiver interesse p/ e-mail: setordetransportes.seas@gmail.com

CONTRATA-SE
COZINHEIRA , Atendente e Sushiman. Que seja pró-ativo. Local de trabalho em Taguatinga . Enviar CV para e-mail: curriculum.guara@gmail.com

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.359.877/0001-73, intimar DMAF - METALURGIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, com sede nesta Capital, CNPJ nº 10.701.287/0001-30, representada por: Márcio Antônio de Morais CPF nº 417.738.451-87, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Escritura lavrada em 11 de setembro de 2023 às fls. 184/189 do Livro nº 1323-E do 2º Ofício de Notas de Sobradinho-DF, registrado sob os nºs R.1 e R.2 na matrícula nº 33.308 desta Serventia, referente ao Lote nº 29 da Quadra 06 do Setor de Expansão Econômica, Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R$ 36.476,52, posição de 11/10/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO de bem **IMÓVEL** (abaixo descrito) e para **INTIMAÇÃO** da Devedora Fiduciante **Lindem - Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ nº 12.440.313/0001-40), representada por sua sócia, Raquel Khoury Carvalho Rosa (CPF nº 016.705.015-07),** de acordo com as regras e condições dispostas na Lei 9.514/1997 (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA), no Decreto 21.981/32 e no presente Edital de Leilão. **1.** Imóvel: Sala nº 1003, Torre 2, Lotes nºs 34 e 36, Rua 210, QS 1, Águas Claras Distrito Federal, características: área real privativa de 32,45m², área real comum de divisão não proporcional de 21,01m², área real comum de divisão proporcional de 12,32m², totalizando 65,78m² e fração ideal do terreno de 0,001172. **Matrícula 326.794 do 3º C.R.I. do Distrito Federal. 1.1. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, conf. art. 30 da Lei 9.514/1997. **1.2. Débitos Fiscais**: Todos os débitos até o ato da arrematação serão de responsabilidade do VENDEDOR. **1.3.** O bem será vendido em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra física e documentalmente, sem garantias, sendo que as áreas mencionadas neste Edital, catálogos e outros veículos de comunicação são, meramente, enunciativas (e as fotos, meramente, ilustrativas). **2. Do Leiloeiro, do Leilão e das Datas**: O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi** (Jucesp 950), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário/Vendedor **LED Águas Claras Empreendimento Imobiliário Ltda.,** inscrita no CNPJ sob nº 12.513.091/0001-48, com sede na QS 1, Rua 210, Lote 34, Águas Claras - Distrito Federal, na qualidade de atual detentor dos direitos creditórios decorrentes Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário com Garantia Real Imobiliária, no qual figura a Devedora Fiduciante acima nomeada. **2.1.** O leilão será realizado presencialmente na Av. Nove de Julho, 3229, Cj. 401, Jardim Paulista, São Paulo/SP – CEP 01407-000 e através da plataforma eletrônica www.mercado.bomvalor.com.br/leiloei e, também, seguindo integralmente os termos e condições do presente Edital, será divulgado simultaneamente, de forma não exclusiva e em suas respectivas praças de atuação, pelos Leiloeiros Públicos Oficiais integrantes da rede colaborativa Mercado Bomvalor® (www.mercado.bomvalor.com.br), todos devidamente credenciados nas suas relativas Juntas Comerciais, onde os lances serão recepcionados, pelos valores e nas datas e horários abaixo (**horários de Brasília/DF**): **1º Leilão**: 25/11/2026, às 15h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$ 302.443,20 (trezentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos). 2º Leilão**: 10/12/2026, às 15h00 (fechamento). Lance mínimo: **R$ 1.072.623,49 (um milhão, setenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais, quarenta e nove centavos). 3.** A Devedora Fiduciante será comunicada na forma do §2º-A, do art. 27, da Lei 9.514/1997, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no §2º-B do mesmo artigo e lei, devendo apresentar manifestação formal de interesse. **4. Da Comissão:** O Arrematante ou a Devedora Fiduciante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do bem, que não se inclui no preço do lanço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da comunicação, por e-mail, da concretização da arrematação. **5. Condições gerais e de venda**: **5.1.** Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar no site www.mercado.bomvalor.com.br e se habilitar no lote com antecedência de até 24 horas do início do leilão, sendo que os lances deverão respeitar o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O Lance ofertado é revestido de irrevogabilidade e irretratabilidade, não podendo o arrematante vencedor se desincumbir das obrigações decorrentes da arrematação. **5.3.** A desistência do lance ou inadimplência em relação aos pagamentos e envio de documentação pelo arrematante vencedor ensejará o cancelamento da arrematação de pleno direito, **ficando o inadimplente obrigado a pagar uma multa de 20% (vinte por cento) ao Credor Fiduciário e 5% (cinco por cento) ao Leiloeiro, sobre o valor do lance**, a título de perdas e danos. **5.4.** Será celebrada, entre Vendedor e Comprador (ou Fiduciante), Escritura Pública de Venda e Compra no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização do Leilão (correrão por conta do Arrematante/Fiduciante todas as despesas com a transferência do bem arrematado, inclusive foro e laudêmio, se o caso), sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo Vendedor. **5.5.** Eventuais outros avisos/menções relacionados ao imóvel e divulgados na página eletrônica do presente leilão, aderirão ao Edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb
@classificadoscb

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos

ANUNCIE CONOSCO !

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões



ENTRE EM CONTATO :

(61) 98167-9999

(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE